

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Ana Lúcia de Leão Dagord

VIVA MARIA
dez anos

Porto Alegre
2003

ANA LÚCIA DE LEÃO DAGORD

VIVA MARIA

dez anos

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Enfermagem da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de **MESTRE** em **ENFERMAGEM**.

Orientadora: Dr^a Marta Julia Marques Lopes

Porto Alegre

2003

D127v Dagord, Ana Lúcia de Leão

Viva Maria : dez anos / Ana Lúcia de Leão Dagord ; orient.

Marta Julia Marques Lopes. – Porto Alegre, 2003.

136 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Enfermagem. Curso de Mestrado em Enfermagem, 2003.

1. Mulheres maltratadas. 2. Alojamento. 3. Maus-tratos conjugais. 4. Violência doméstica. 5. Formulação de políticas. I. Lopes, Marta Julia Marques. II. Título.

Catálogo por Celina Leite Miranda (CRB-10/837).

ANA LÚCIA DE LEÃO DAGORD**Viva Maria:** dez anos.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Enfermagem da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Enfermagem.

Aprovada em Porto Alegre, de setembro de

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Marta Julia Marques Lopes

Profa. Dra. Jussara Reis Prá

Profa. Dra. Patrícia Krieger Grossi

Profa. Dra. Tatiana Engel Gerhardt

Dedicatória

A todas as mulheres que lutaram e continuam lutando pela transformação da nossa sociedade, principalmente pelo fim à violência baseada na desigualdade entre homens e mulheres e pela ousadia que tiveram ao proporem a criação de uma casa-abrigo em Porto Alegre. Às trabalhadoras da Casa de Apoio Viva Maria pelo comprometimento com a “causa” das mulheres e empenho em tornar realidade essa política pública. E que continuemos com todo o entusiasmo, garra e criatividade, atendendo às mulheres em situação de violência, mesmo ao nos depararmos com situações tão difíceis.

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, Marta Julia Marques Lopes, pela competente orientação, estímulo e apoio na condução desse trabalho.

A colega e amiga Sandra Leal, pela amizade construída ao longo do curso de mestrado, pelas contribuições, estímulo e apoio nas horas difíceis.

A todos os colegas de mestrado, pela amizade, companheirismo e agradável convivência no decorrer dessa jornada.

Às colegas e amigas, Fátima, Lisiane, Cida, Gisele e Télia pela inspiração, torcida e estímulo.

Aos colegas de trabalho que tão gentilmente se propuseram a fazer parte desse estudo contribuindo com seus depoimentos sobre as suas vivências na Casa de Apoio Viva Maria.

Às moradoras e ex-moradoras da Casa de Apoio Viva Maria pela sua disponibilidade em prestar seu testemunho da passagem pela Casa de Apoio Viva Maria.

Às estagiárias Camila e Caroline pela ajuda na coleta de dados.

À bolsista Adriana Roese pela presteza na confecção do banco de dados e tabelas.

À professora Adriana Fertig, pela inspiração.

À Lou Zanetti, pela sábia revisão.

À bibliotecária Celina Leite Miranda, por sua contribuição e paciente revisão.

Que venha essa nova mulher
De dentro de mim
Com olhos felinos felizes
E mãos de cetim
E venha sem medo das sombras
Que rondam o meu coração
E ponha nos sonhos dos homens
A sede voraz da paixão

Que venha de dentro de mim
Ou de onde vier
Com toda a malícia e segredos
Que eu não souber
Que tenha o cio das corsas
E lute com todas as forças
Conquiste o direito de ser
Uma nova mulher
Livre, livre, livre para o amor
Quero ser assim, quero ser assim
Senhora das minhas vontades
E dona de mim

(Paulo Debétio/Paulinho Rezende, Simone, CBS, 1989, Uma nova mulher, 3 min., 33 1/3, sulco, stereo/mono, 177.217, lado A)

RESUMO

Viva Maria: dez anos, é um estudo que se propôs, a partir de uma abordagem sócio-histórica, a problematizar a trajetória dos dez anos, de 1992 a 2002, da Casa de Apoio Viva Maria e a caracterizar, do ponto de vista sociodemográfico e epidemiológico, as mulheres abrigadas nessa casa, nesse período. A Casa de Apoio Viva Maria é uma Unidade especializada da Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre. É uma casa-abrigo para mulheres e seus filhos menores em situação de violência, inaugurada em setembro de 1992. Para a descrição dessa trajetória utilizou-se a memória dos sujeitos sociais, trabalhadoras e usuárias que vivenciaram o cotidiano da casa-abrigo, desde a sua implantação até 2002. As informações obtidas através das trabalhadoras e usuárias, agregaram-se às da pesquisa documental nos arquivos formais e informais da Casa de Apoio Viva Maria. Essas fontes evidenciam, através do perfil a precária inserção socioeconômica das usuárias e a importância da casa-abrigo como um espaço, no qual as mulheres, em situação de violência doméstica, encontram refúgio seguro, apoio psicológico, jurídico, social e novas perspectivas de vida. O estudo mostra a necessidade de constituição de serviços como este, como uma política pública de saúde, atuando como retaguarda dentro de uma rede de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica, em um sistema de referência e contra-referência.

Descritores: mulheres maltratadas; alojamento; maus tratos conjugais/reabilitação; violência doméstica; formulação de políticas.

RESUMEN*

Viva Maria: diez años es un estudio que se propone a discutir la trayectoria de los diez años, desde 1992 hasta 2002, de la Casa Abrigo Viva Maria bajo un abordaje socio histórico y a caracterizar, bajo el punto de vista sociodemográfico y epidemiológico, las mujeres abrigadas en esta casa durante ese periodo. La Casa Abrigo Viva Maria es una Unidad Especializada de la Secretaría Municipal de la Salud de Porto Alegre, Brasil, inaugurada en septiembre de 1992. Tratase de una casa abrigo para mujeres y sus niños menores víctimas de violencia. Para la descripción de esa trayectoria, se utilizó la memoria de los sujetos sociales, las mujeres trabajadoras y usuarias que experimentaron la vida cotidiana de la casa abrigo desde su implantación hasta 2002. A las informaciones obtenidas por intermedio de las mujeres trabajadoras y usuarias se adjuntó aquellas de la investigación en documentos de los archivos formales e informales de la Casa Abrigo Viva Maria. Estas fuentes evidencian, a través del perfil, la precaria inserción socioeconómica de las usuarias y la importancia de la casa abrigo como un espacio en lo cual las mujeres, víctimas de violencia doméstica, encuentran un refugio seguro, apoyo psicológico, jurídico y social y que también les abre nuevas perspectivas de vida. El estudio muestra la necesidad de constituir servicios como este, como una política pública de salud, actuando como soporte dentro de una red de atención a las mujeres víctimas de violencia doméstica en un sistema de referencia y contrarreferencia.

* Tradução de Lou Zanetti

Descriptores: *mujeres maltratadas; alojamiento; maltrato conyugal/rehabilitación; violencia domestica; formulación de políticas.*

Título: *Viva Maria: diez años*

ABSTRACT*

Viva Maria: ten years is a study intended to discuss, under the social and historical points of view, the ten-year trajectory from 1992 to 2002 of Viva Maria Shelter Home and to outline the women hosted in this house both socially and demographically and under the light of the epidemiology over the mentioned period. Viva Maria Shelter Home is a specialized unit of the Municipal Health Secretariat of Porto Alegre, Brazil, opened in September 1992. It shelters women and their minor children who are victims of violence. In order to describe this trajectory, it has been used the memory of the social subjects, workers and users that have experienced the everyday life in the shelter home from its implantation until 2002. To the information obtained through the workers and users it has been added those obtained through the research on documents in the formal and informal files of Viva Maria Shelter Home. These sources evidence, through their profile, the precarious social and economic insertion of the users and the importance of the shelter home as a space where women endangered by domestic violence find a safe refuge, psychological, legal and social support and that opens them new life perspectives. The study shows the need of offering services life this as a public health policy and acting as a backing within an attendance network to women endangered by domestic violence in a reference and counter-reference system.

Descriptors: *battered women; sheltering; spouse abuse/rehabilitation, domestic violence; policy making.*

* Tradução de Lou Zanetti

Title: *Viva Maria: ten years*

.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Trabalhadoras da Casa de Apoio Viva Maria entrevistadas no período de novembro de 2002 a janeiro de 2003.....	45
Quadro 2 -	Moradoras da Casa de Apoio Viva Maria entrevistadas no período de novembro de 2002 a janeiro de 2003.....	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Distribuição das mulheres abrigadas na Casa de Apoio Viva Maria, segundo idade, setembro de 1992 a dezembro de 2002.....	57
Tabela 2 -	Distribuição das mulheres abrigadas na Casa de Apoio Viva Maria, segundo estado civil, setembro de 1992 a dezembro de 2002.....	58
Tabela 3 -	Distribuição das mulheres abrigadas na Casa de Apoio Viva Maria, segundo o número de filhos, setembro de 1992 a dezembro de 2002.....	58
Tabela 4 -	Distribuição das mulheres abrigadas na Casa de Apoio Viva Maria, segundo raça/cor, setembro de 1992 a dezembro de 2002.....	59
Tabela 5 -	Distribuição das mulheres abrigadas na Casa de Apoio Viva Maria, segundo raça/cor e as mulheres segundo esse critério na população de Porto Alegre.....	60
Tabela 6 -	Distribuição das mulheres abrigadas na Casa de Apoio Viva Maria, segundo a escolaridade, setembro de 1992 a dezembro de 2002.....	62
Tabela 7 -	Distribuição das mulheres abrigadas na Casa de Apoio Viva Maria, segundo ocupações, setembro de 1992 a dezembro de 2002.....	63

Tabela 8 -	Distribuição das mulheres abrigadas na Casa de Apoio Viva Maria, segundo instituições de encaminhamento, setembro de 1992 a dezembro de 2002.....	64
Tabela 9 -	Distribuição das mulheres abrigadas na Casa de Apoio Viva Maria, segundo a queixa, setembro de 1992 a dezembro de 2002.....	65
Tabela 10 -	Distribuição das mulheres abrigadas na Casa de Apoio Viva Maria, segundo o tempo de permanência na violência, setembro de 1992 a dezembro de 2002.....	66
Tabela 11 -	Distribuição das mulheres abrigadas na Casa de Apoio Viva Maria, segundo os agressores informados por elas, setembro de 1992 a dezembro de 2002.....	67
Tabela 12 -	Distribuição das mulheres abrigadas na Casa de Apoio Viva Maria, segundo local de moradia, setembro de 1992 a dezembro de 2002.....	68

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	19
2.1	A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: argumentos para a compreensão.....	19
2.2	“QUEM AMA NÃO MATA”: o movimento organizado de mulheres e a violência.....	26
2.3	CASA-ABRIGO – uma abordagem de saúde pública.....	33
3	OBJETIVOS	39
3.1	GERAL.....	39
3.2	ESPECÍFICO.....	39
4	METODOLOGIA	40
4.1	TIPO DE ESTUDO.....	40
4.2	O CAMPO DO ESTUDO.....	42
4.3	OS SUJEITOS DO ESTUDO.....	42
4.4	A COLETA DE DADOS.....	43
4.5	ANÁLISE DOS DADOS.....	46
4.6	CONSIDERAÇÕES BIOÉTICAS.....	48
5	A CASA DE APOIO VIVA MARIA	49
5.1	NASCIMENTO: o movimento organizado e a comunidade.....	49
5.2	A CASA E O PERFIL DAS MORADORAS.....	55
6	A CASA DE APOIO VIVA MARIA: vivências individuais e coletivas	72
6.1	COMEÇAR...razões e reações.....	72
6.2	UM PROGRAMA PARA ALÉM DA CRISE.....	84

6.2.1	As identificações com a equipe.....	110
6.2.2	A proposta e a transformação: uma nova mulher.....	116
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
	REFERÊNCIAS.....	127
	APÊNDICE A – Guia de entrevista realizada com a equipe da Casa de Apoio Viva Maria.....	133
	APÊNDICE B – Guia de entrevista realizada com as mulheres abrigadas na Casa de Apoio Viva Maria.....	134
	APÊNDICE C – Termo de consentimento livre e informado.....	135
	ANEXO – Parecer da Comissão de ética e Pesquisa.....	136

1 INTRODUÇÃO

Este estudo é requisito parcial para obtenção do título de Mestre na Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Propôs-se, a partir de uma abordagem socio-histórica, problematizar a trajetória de dez anos, de 1992 a 2002, da Casa de Apoio Viva Maria e caracterizar, do ponto de vista sociodemográfico e epidemiológico, as mulheres ali abrigadas nesse período.

A Casa de Apoio Viva Maria é um abrigo protegido para mulheres em situação de violência doméstica e sexual, em risco de vida e/ou de novo episódio de agressão grave. Localiza-se em Porto Alegre e pertence ao Programa Municipal de albergues para mulheres vítimas de violência. Desenvolve atendimento psicológico, jurídico, orientação para o trabalho e atenção de enfermagem às mulheres e seus filhos menores em situação de violência. Foi criada em 1992, sob a gerência da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre. O atendimento ocorre na forma de moradia protegida, inserida em um programa que visa a ajudar as mulheres a reiniciarem suas vidas em melhores condições e sem violência, a partir do seu fortalecimento enquanto sujeitos de direito e da melhora da auto-estima.

Para executar o programa de apoio às mulheres em situação de violência a Casa de Apoio Viva Maria conta com uma equipe multidisciplinar. As atividades de apoio são desenvolvidas, à medida do possível interdisciplinarmente, com atendimentos individuais e em grupo às mulheres e às crianças. A abordagem individual e em grupo têm por objetivo desenvolver uma atitude crítica e de reflexão em relação à violência vivenciada, para promover a autonomia em um processo de reorganização da identidade e da cidadania.

A criação de casas-abrigo é muito recente no Brasil e estão se constituindo em uma política pública de atendimento às mulheres em situação de violência e a seus filhos menores. Até o momento, existem poucos estudos ou publicações que se ocupem dessa história e dos processos de trabalho desenvolvidos nesse tipo de serviço.

Considerando-se a necessidade de um serviço dessa natureza e a referência em que se transformou a Casa de Apoio Viva Maria, desenvolveu-se este estudo, nos moldes de uma pesquisa histórico-social institucional. Utilizou-se a história oral como método da problematização e de resgate dos processos institucionais e relacionais que fizeram e fazem o cotidiano dessa casa nos dez anos de sua existência.

Aliam-se a isso, os oito anos de atuação da mestranda, nas funções de enfermeira e coordenadora dessa casa; a demanda de outros abrigos que estão se organizando no Brasil, e a experiência dos dez anos de funcionamento, em Porto Alegre, os quais motivaram a escolha do tema para esta dissertação de mestrado. Pretendeu-se, também, contribuir criticamente para a constituição de outros abrigos no País e para a consolidação de um modelo de política pública para mulheres em situação de violência.

Ao longo do estudo, optou-se pela utilização preferencial da expressão violência contra a mulher e, ocasionalmente, violência doméstica, conforme Soares (1999) adota, pois descreveram-se as dinâmicas de atendimento de um serviço que abriga mulheres em situação de violência nas relações de casamento (formais ou informais). Os demais membros da família não foram desconsiderados no conjunto das vítimas desse tipo de violência, principalmente as crianças de ambos os sexos. No entanto, o estudo privilegiou as mulheres que sofrem esse agravo produzido pelo

parceiro com quem estabelecem ou estabeleceram uma relação íntima.

Este estudo integra o Núcleo de Estudos Interdisciplinares do Gênero, Saúde e Trabalho da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Estruturado a partir de uma introdução, na seqüência apresenta a contextualização do objeto de pesquisa e os objetivos traçados sob essa ótica. Seguem-se os fundamentos e procedimentos metodológicos utilizados e suas implicações bioéticas. Os resultados são apresentados nos capítulos seguintes, além de um esforço de síntese na forma de considerações finais.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

2.1 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: argumentos para a compreensão

Desde 1948, quando assinou, juntamente com os países que participam das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Brasil tem sido signatário de vários documentos que preconizam medidas para tornar real o exercício desses direitos.

A violência contra a mulher é um fenômeno que revela as desigualdades entre homens e mulheres na sociedade. Grossi (1996, p.133) afirma que “é uma das violações de direitos humanos mais praticadas e menos reconhecidas no mundo. Trata-se de um problema de saúde pública, pois afeta a integridade corporal e o estado psíquico e emocional da vítima”. A violência contra a mulher acarreta sérias e graves conseqüências para o seu pleno e integral desenvolvimento, comprometendo-lhe o exercício da cidadania e dos direitos humanos.

Desde a década de 1980, pela pressão dos diversos movimentos sociais, mediante denúncias e diversas campanhas internacionais, os Estados integrantes da ONU se comprometeram com a implementação de medidas para a erradicação da violência contra a mulher. Tais medidas visam, entre outras, a assegurar a igualdade de direitos e oportunidades entre os sexos e a adoção de medidas afirmativas com a finalidade de acelerar esta igualdade de fato.

A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW – Convention on the Elimination of All Forms of

Discrimination against Women), que permite à sociedade elaborar relatórios e diagnósticos sobre a condição das mulheres e apresentar denúncias à ONU e a outros órgãos, foi aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas através da Resolução 34/180, em 18 de dezembro de 1979. Foi assinada pelo Brasil, com reservas na parte relativa à família, em 31 de março de 1981, e ratificada pelo Congresso Nacional, com a manutenção das reservas, em 1º de fevereiro de 1984.

Em 1994, tendo em vista o reconhecimento pela Constituição Federal brasileira de 1988 da igualdade entre homens e mulheres na vida pública e privada, em particular na relação conjugal, e da coibição da violência nas relações familiares, o governo brasileiro retirou as reservas, ratificando plenamente toda a Convenção. No Brasil, essa Convenção tem força de lei interna, conforme o disposto no § 2º do artigo 5º da Constituição Federal vigente.

A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) define a expressão “discriminação contra a Mulher” como

toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer campo (INSTRUMENTOS, 2001, p. 35).

Essa Convenção foi fruto do esforço do movimento feminista internacional em comprometer os Estados membros das Nações Unidas na condenação da discriminação contra a mulher em todas as suas formas e manifestações. Em grande parte, a Convenção resultou da I Conferência Mundial da Mulher, realizada pelas Nações Unidas, na Cidade do México, em 1975.

Depois de quase 20 anos da ratificação pelo Brasil, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW, no dia

22 de outubro de 2002, o governo brasileiro apresentou à sociedade civil o primeiro Relatório Nacional que trata da situação da mulher no país e, em julho de 2003, apresentou-o em Nova Iorque, na sede das Nações Unidas, no Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher, em seu 29º período de sessões.

Outro instrumento jurídico importante é a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – “Convenção de Belém do Pará” –, possui esse nome porque o 24º período de sessões ordinárias da Organização dos Estados Americanos foi realizado no Brasil, em Belém do Pará, em 6 de junho de 1994. O Brasil ratificou a “Convenção de Belém do Pará”, em 27 de novembro de 1995. No Brasil, essa Convenção tem força de lei interna, conforme o disposto no § 2º do artigo 5º da Constituição Federal vigente (INSTRUMENTOS, 2001).

Essa importante Convenção ratificou e ampliou a Declaração e o Programa de Ação da Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena, em 1993, e representa o esforço do movimento feminista internacional para dar visibilidade à existência da violência contra a mulher e exigir seu repúdio pelos Estados-membros da Organização dos Estados Americanos – OEA. É o instrumento jurídico internacional mais significativo para as mulheres de todo o mundo.

A Convenção de Belém do Pará declara que a violência contra a mulher constitui uma violação aos direitos humanos e às liberdades fundamentais e limita total ou parcialmente à mulher o reconhecimento, gozo e exercício de tais direitos e liberdades. Essa Convenção entende por violência contra a mulher “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” (INSTRUMENTOS, 2001, p. 97).

Grande parte dos direitos humanos das mulheres é ainda ignorada pelos

governos, mesmo com todos estes documentos e protocolos. No Brasil, a Constituição Federal reconhece a igualdade de homens e mulheres na vida pública e no espaço da casa e, mesmo assim, a violência continua ameaçando mulheres e crianças, limitando sua participação nos processos de tomada de decisões.

A magnitude desse problema, no Brasil, pode ser constatada nos estudos de Fontana e Santos (2001), quando ressaltam que, no final da década de 1980, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000) constatou que 63% das vítimas de agressões físicas ocorridas no espaço doméstico eram mulheres.

A Fundação Perseu Abramo (2002), em pesquisa realizada em 2001, intitulada “A mulher brasileira nos espaços público e privado”; em relação à violência, constatou que 43% das mulheres já sofreram algum tipo de violência sexista e mais de 50% delas não pedem ajuda, sendo que em 53% dos casos os maridos e parceiros são os agressores.

Do ponto de vista econômico, o Banco Mundial (1998) salienta que os custos com a violência doméstica na América Latina são da ordem de 14,2% do Produto Interno Bruto e especificamente o Brasil perde cerca de 10,5% do seu Produto Interno Bruto em decorrência deste grave problema (A VIOLÊNCIA..., 1998).

Esses dados reforçam que a violência contra a mulher não prejudica apenas as mulheres, mas fragiliza a sociedade como um todo, refletindo no acesso desigual entre homens e mulheres a usufruírem seus direitos.

A produção científica acadêmica sobre mulher e gênero tem contribuído para desvendar as “*naturalizações*” dos processos sociais, dando visibilidade à situação de mulheres em diferentes âmbitos. A adoção da perspectiva dos estudos de gênero auxilia a compreensão dessas naturalizações e acredita-se que Joan Scott (1995), autora inglesa, ao conceituar gênero, traz uma perspectiva fundamental para a

leitura das realidades das mulheres. Diz a autora: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e é uma primeira forma de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 75).

Louro fornece outros elementos, nessa compreensão, quando diz:

Gênero é mais do que uma identidade aprendida (é mais do que uma aprendizagem de papéis) sendo constituído e instituído pelas múltiplas instâncias e relações sociais; pelas instituições, símbolos; formas de organização social, discursos e doutrinas. Essas diversas instâncias sociais são instituídas pelos gêneros que também os instituem, concluindo que são “generificadas” (LOURO, 1996, p. 9).

Já, Pierre Bourdieu, a partir da idéia do “poder dos símbolos”, consubstancia essa perspectiva no que chama de “*violência simbólica*” e ressalta que a diferença biológica, especificamente anatômica entre os órgãos sexuais, pode ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros. Por sua vez, os gêneros, longe de serem simples “*papéis*”, estão inscritos nos corpos e em todo o universo do qual extraem sua força. O princípio da inferioridade e da exclusão da mulher é o princípio de divisão de todo o universo, não é mais que a dissimetria fundamental, a do sujeito e do objeto, do agente e do instrumento, instaurada entre o homem e a mulher no terreno das trocas simbólicas. As mulheres só podem ser vistas como objetos – símbolos – cujo sentido se constitui fora delas e cuja função é contribuir para a perpetuação ou aumento do capital simbólico em poder dos homens (BOURDIEU, 1999).

Mesmo que sujeito a questionamentos e críticas, em especial de autoras feministas, o poder dessa argumentação está na centralidade e nos elementos da cultura simbólica como perpetuadores das assimetrias sociais entre homens e mulheres.

Neste estudo, refletindo sobre as dificuldades das mulheres em romperem

com a situação de agressão e dominação, mesmo que negada a violência física, está expressa a pertinência desse poder, que não se esgota na força física.

Para Kergoat¹ *apud* Lopes (1996, p. 56), em uma abordagem de base mais sociológica e considerando as relações sociais, as relações sociais de sexo em particular, como elementos constitutivos das sociedades,

o gênero expressa uma ruptura radical com as explicações biológicas das diferenças entre as práticas sociais masculinas e femininas; ainda, é a afirmação de que essas diferenças são construídas socialmente, repousam sobre uma deliberada hierarquização e têm portanto uma base material que deve ser apreendida historicamente (KERGOAT, 1982 *apud* LOPES, 1996, p. 56).

A autora aponta para a visibilidade possibilitada pela observação das assimetrias presentes nas práticas sociais de homens e mulheres, as quais não se constituem em permanentes e, sim, em situações históricas, móveis e capazes de serem transformadas. As práticas relativas ao campo do trabalho são um exemplo dessa mobilidade para esse tipo de leitura.

As noções de relações de gênero (ou sexo), para as autoras francesas referenciadas, apontam para a compreensão de que as desigualdades persistentes entre homens e mulheres resultam de uma construção social não-determinada pelo sexo, mas com base nele, que é produto da cultura. Soares ([2000?]), ao referir-se às instituições, acrescenta que essa construção social é mantida pelas diversas instituições que perpetuam o conservadorismo das leis e de sua aplicação, o que é reforçado pela inexistência de políticas públicas comprometidas com o enfrentamento à violência contra a mulher. Para a autora, a sociedade “*banaliza*” a violência masculina contra a mulher e negligencia os riscos e sofrimentos que ela causa.

¹ KERGOAT, D. *Lés Ouvrières*. Paris, Le Sycomore, 1982.

Para Kergoat² *apud* Lopes (1996, p. 57),

tornou-se indispensável mostrar que o que é percebido como natural por uma sociedade o é porque a codificação social é tão forte, tão interiorizada pelos atores, que ela se torna invisível: o cultural se torna evidência, o cultural se transmuta em natural (KERGOAT, *apud* LOPES, 1996, p. 57).

Esses “elementos naturalizados” transformados em “códigos sociais internalizados”, na idéia da autora, podem ser geradores e perpetuadores do que Bourdieu define como “poder simbólico”. Evidentemente, essas idéias são “costuras interpretativas” e não esgotam, nem pretendem, a complexidade da obra desses autores citados.

Assim, o ato de enfrentar as várias formas de violência praticadas contra mulheres inicia com o reconhecimento da sociedade de que é um problema real e de todos. Soares ([2000?]) propõe a compreensão e a apropriação pelos governos e pela sociedade civil dos processos que produzem e reproduzem a subordinação de gênero e o desenvolvimento de políticas públicas e estratégias integradas que conformem um sistema de atendimento à mulher. A autora afirma ser necessário incorporar a violência contra as mulheres à agenda das políticas públicas, oferecendo atendimento qualificado, garantindo-lhes condições para que se sintam capazes de romper com segurança o ciclo da violência em que estão envolvidas.

Políticas públicas que incorporem na sua agenda a problemática da violência contra a mulher é, há vários anos, uma das principais reivindicações do movimento organizado de mulheres e alvo de inúmeras mobilizações. Segundo Prá (2002, p. 82), pode-se entender políticas públicas como “o conjunto de procedimentos que transformam as demandas sociais em prioridade política e em objeto de decisões governamentais”.

² KERGOAT, D. *Lés Ouvrières*. Paris, Le Sycomore, 1982.

Negrão (2003) afirma que ao analisar as políticas públicas contra a violência no Brasil encontra-se uma trajetória de cerca de vinte anos de efetivação dessas políticas, as quais coincidem com o processo de redemocratização do País, reforçadas pela maior presença de mulheres junto às gestões públicas. A existência de dados que comprovam sua gravidade, nesse período, tornou evidente para a sociedade que a prevenção e combate à violência contra a mulher é responsabilidade dos governos.

Essas abordagens, as quais se adotam na discussão e análise nesta dissertação, têm se constituído em importantes referenciais para a constituição de políticas públicas de atenção às mulheres. O sistema de casa-abrigo que se apresenta e se analisa é uma dessas estratégias institucionais de proteção às mulheres.

2.2 “QUEM AMA NÃO MATA”: o movimento organizado de mulheres e a violência

O movimento para proteção às vítimas de violência doméstica iniciou nos primeiros anos da década de 1970, na Inglaterra. Um grupo organizado de mulheres alugou uma velha casa para realizar reuniões e, aos poucos, as mulheres das redondezas foram solicitando a utilização da casa como refúgio e proteção contra os maridos violentos. Em pouco tempo, outros grupos de mulheres também passaram a utilizar residências para este fim e iniciaram a organização de redes de apoio, pressionando o governo para a criação de novas acomodações e de mudanças na legislação que favorecessem as vítimas de maridos agressores.

Segundo Soares (1999), o primeiro refúgio criado na Europa que se conhece, foi em Amsterdã, em 1974. No final da década de 1970, somente na Inglaterra e Gales já havia, aproximadamente 150 abrigos, 20 deles na Escócia. A autora, relata que, nos Estados Unidos, a violência doméstica e a violência contra a mulher são objeto de regulamentação legal por parte da administração pública e existem mais de 1300 abrigos para mulheres vítimas de violência.

Segundo Ruffa,

durante as décadas de 1970 e 1980 as casas-abrigo se estenderam gradual e amplamente por vários países europeus, Estados Unidos e Canadá, constituindo, em alguns casos, autênticas redes distribuídas por todas as regiões e localidades, os refúgios, verdadeiros estandartes da luta em defesa dos direitos da mulher, cuja criação e difusão representou uma autêntica vanguarda na denúncia de um problema até então silenciado. São, antes de tudo, uma resposta a um problema para o qual a sociedade não possuía uma correta visualização, assim como, inclusive, propunha soluções contraproducentes (RUFFA, 1990, p. 14).

Até este momento, a sociedade negava a existência da violência contra a mulher, permitindo a produção e reprodução desse fenômeno. Não havia ações específicas para tratar da necessidade de apoio e proteção às mulheres, gerada pela violência de seu marido ou companheiro. O movimento organizado de mulheres denunciando e criando alternativas de atendimento às mulheres colocou na agenda pública esta situação, exigindo uma resposta tanto da sociedade quanto do poder público. Nesse sentido, falar em movimento organizado de mulheres é “compreendê-lo como movimento social que se organiza em torno de bandeiras sociais e populares e que também incorpora algumas bandeiras do feminismo” (GLOSSÁRIO, 2002, p.107).

Dessa forma a criação de espaços como as casas-abrigo colocou as mulheres na condição de sujeito privilegiado da atenção, responsabilizando os homens pela situação de violência, além de questionar todas as formas de opressão

e exigir uma resposta social do Estado, na qualidade de poder público. Seu principal objetivo foi o de criar uma conscientização em toda a sociedade.

Beaudry³, *apud* Ruffa (1990, p. 19-20), considera que a casa-abrigo é

uma possibilidade na qual o espaço doméstico deixa de ser o âmbito do isolamento, da solidão, das regras estereotipadas, das rotinas para passar a ser o espaço onde é possível dialogar, compartilhar, crescer e dar os primeiros passos para um novo modelo de convivência e participação. A casa-abrigo foi evoluindo, não era uma casa nem uma instituição, mas uma alternativa, a idéia de uma casa para mulheres encarna um princípio radical de mudança social – ir a um refúgio significa abandonar a outra casa. Uma casa para mulheres deve representar uma radical oposição a casa definida por um sistema econômico com divisão de regras e tarefas que mantém a mulher presa ao local. Uma casa-abrigo para mulheres é uma alternativa a sociedade para dar um primeiro passo para superar um condicionamento histórico uma resposta inovadora ao peculiar confinamento de que são vítimas as mulheres maltratadas. As casas-abrigo têm sido consideradas desvios porque sua existência representa um desafio para as relações entre homens e mulheres. As casas-abrigo tem oferecido a milhares de mulheres ‘permissão’ para deixar o lar em contraste com as instituições tradicionais que não sabiam fazer outra coisa além de mandá-las de volta para a sua casa.

As mulheres elegeram o campo de batalha que melhor conheciam e o transformaram ‘o símbolo da obrigação cotidiana se transformou no símbolo da rebelião, sua condenação doméstica se transformou no primeiro passo para a liberação’ (BEAUDRY, 1985 *apud* RUFFA, 1990, p. 19-20).

No Brasil, o movimento organizado de mulheres vem divulgando a situação da violência contra a mulher desde a década de 1970. No final do ano de 1980, com o lançamento do SOS-Mulher, em São Paulo, o movimento passou a atuar diretamente em um trabalho de atendimento à mulher vítima de violência. Até então, a violência contra a mulher era apenas denunciada. Com a criação do SOS-Mulher, em 10 de outubro de 1980, inaugurava-se uma nova forma de serviço para atendê-las, um serviço de informações dos direitos das mulheres e orientação jurídica para as mulheres nessa situação (GREGORI, 1993).

³ BEAUDRY, Micheline. *Battered Women* – Black rose books, Montreal, Canadá, 1985.

O SOS-Mulher foi a primeira experiência de atendimento às mulheres em situação de violência. Não era um abrigo, mas uma experiência inédita no Brasil, pois, até então era realizado mais um trabalho de divulgação e de organização das mulheres em torno de questões como creche, anistia e redemocratização, e a violência contra a mulher era apenas mencionada. Segundo Gregori (1993, p. 66), “o primeiro ano de funcionamento (...) foi marcado pelas descobertas sobre o universo das mulheres que sofrem violência”. Em 1982, devido à gravidade da situação, e mesmo não tendo preparo para tal, cinco mulheres foram abrigadas pelo SOS, evidenciando a carência de recursos do tipo casa-abrigo e gerando a seguinte reflexão:

A quebra do isolamento das mulheres, a conscientização de que partilham um mesmo gênero de opressão, a ajuda material e a formação de novos núcleos de mulheres foram os objetivos desse tipo de experiência. A idéia que sustentava tal projeto é a de que não basta recusar e denunciar o tratamento social a que as mulheres estão sujeitas, mas que é necessário criar novas formas de serviço que articulem os problemas sociais por ela enfrentados em uma resolução que passe pela mobilização política (GREGORI, 1992, p. 26).

Em São Paulo, o SOS-Mulher funcionou durante três anos, de outubro de 1980 a junho de 1983, encerrou suas atividades por decisão das próprias militantes que atuavam nos atendimentos. Um número cada vez menor de militantes estava disposto a atender as mulheres nos plantões, o que gerou uma situação de crise. As discussões sobre a situação da entidade se davam nas contradições entre a ação política do SOS (entendida como denúncia e autonomia) e a ação assistencialista (entendida como ajuda e reivindicações concretas). A mesma autora atribui como fator de fracasso do SOS a falta de articulação da entidade ante outros grupos feministas e a sociedade em geral.

Nesse sentido, admite-se a definição de movimento feminista como “uma

forma de atuação das mulheres que se identificam com a plataforma feminista que visa transformações profundas da sociedade, questiona os paradigmas baseados na hierarquia e desigualdade entre os sexos” (GLOSSÁRIO, 2002, p. 107), e considera fundamentais esses movimentos no avanço da compreensão das relações sociais de opressão.

Os anos 1980, no Brasil, foram caracterizados pelas denúncias do movimento organizado de mulheres sobre a impunidade de atos de violência perpetrados contra a mulher pelos seus cônjuges, amantes, companheiros ou namorados, chegando, muitas vezes, ao homicídio, com a alegação de legítima defesa da honra para desculpabilizar o agressor. A morte de Ângela Diniz, alvo de quatro tiros disparados pelo namorado, o “*playboy*” Doca Street, uniu fortemente o movimento organizado de mulheres. O crime foi em Cabo Frio, no verão de 1976. Quando foi a júri, três anos depois, em 1979, Doca livrou-se pela tese de legítima defesa da honra utilizada pelo seu defensor. As mulheres realizaram um ato público no centro de Belo Horizonte, com grande repercussão na imprensa. No dia seguinte ao protesto, a cidade apareceu pichada com a frase “*Quem Ama não Mata*”. Até hoje não se sabe quem teve essa idéia, mas estas palavras foram rapidamente adotadas pelo movimento organizado de mulheres. Em novembro de 1981, no Fórum de Cabo Frio, dois anos após a primeira sentença, Doca foi condenado a 15 anos de prisão. “*A virada se deve às feministas*”, reconheceu o advogado assistente da acusação (GREENHALGH, 2002, p. 83).

Esse contexto influenciou fortemente a criação das delegacias especializadas de atendimento à mulher ou de delegacias de defesa da mulher. Entendeu-se, para sustentar essa estratégia, que sem um atendimento especializado à mulher, a violência contra ela continuaria banalizada, impune e legitimada pelo senso comum.

Em 2001, a Secretaria Executiva do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública, realizou uma Pesquisa Nacional sobre as Condições de Funcionamento das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres (DEAMS). Segundo essa pesquisa,

a primeira DEAM (Delegacia Especializada no atendimento às Mulheres) criada no país foi em 1985, em São Paulo, Estado onde ainda estão concentradas 40,70% de todas as DEAMs do país. Desde então, proliferaram delegacias de mulheres – o nome mais popular destas entidades – nas várias unidades da federação brasileira. Em 2001 elas somavam o total de 307 unidades, número significativo, mas que não cobre sequer 10% dos municípios brasileiros. Elas foram criadas pelos governos estaduais e constituíram-se até recentemente, na principal, senão, muitas vezes única, política pública de prevenção e combate à violência contra as mulheres. Foram estruturadas como resposta aos diversos movimentos sociais feministas e de mulheres nascidos no País, a partir da década de 70. A entrada das DEAMS no cenário institucional dos aparatos de segurança pública tem como sentido a desnaturalização da violência doméstica e sexual contra as mulheres, e conseqüente criminalização de ações que coloquem em risco a integridade física e moral delas, bem como seus direitos individuais (SILVA, 2001, p. 5).

Em decorrência da criação das DEAMs (Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher) e do incessante trabalho de divulgação e conscientização perpetrado pelo movimento feminista, as mulheres foram adquirindo coragem e denunciando a violência sofrida. Com a denúncia formalizada, também se expuseram mais ao risco de sofrer nova e mais grave violência por parte do agressor, pois, com a denúncia, estavam tornando público e visível um ato até então privado e invisibilizado. Em relação a essa situação, Rufino (2001) destaca que,

quem trabalha cotidianamente com mulheres em situação de violência conhece bem a angústia de ter que achar um lugar seguro para aquelas que não devem voltar para casa porque podem morrer. (...) a mulher que está em risco de vida precisa ter um lugar fora de casa para residir temporariamente, quando ela denuncia o agressor, ou quando quer escapar da morte iminente (...) não é possível que as mulheres, nesta virada de milênio, continuem sendo assassinadas porque não dispõem de um lugar seguro para se refugiar com as crianças (...) a casa-abrigo é uma etapa importante para assegurarmos às mulheres o direito a uma vida livre de violência (RUFINO, 2001, p. 172).

No Brasil, na década de 1990, em decorrência de uma maior visibilidade das situações de violência sofridas pelas mulheres, foi se delineando a necessidade da criação de abrigos protegidos. Inicialmente, esses abrigos tinham apenas o objetivo de proteger temporariamente as mulheres. À medida que esse trabalho se desenvolveu, foram aparecendo novas necessidades e objetivos, entre eles o de desenvolver um programa de atendimento; criar um programa específico só para as crianças que, via de regra, acompanham suas mães. Esse último era um dado novo, pois, até então, os projetos atendiam apenas as mulheres. Ainda, propunham-se desenvolver um programa não só de proteção, mas capaz de fortalecer a auto-estima dessas mulheres para promover a autonomia, resgatando e promovendo o exercício pleno da cidadania, um projeto de reinserção na comunidade, enfim, um programa para *“além da crise”* (PORTO ALEGRE, 1998).

No final da década de 1990, houve o estímulo por parte do Ministério da Justiça, através do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres para a criação de casas-abrigo. Em 1997, foi elaborada uma Norma Técnica que orientava os novos abrigos, e, em 1998, iniciaram os convênios para a liberação de verbas visando à construção e manutenção de casas-abrigo.

Em outubro de 2001, o Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo iniciou a pesquisa *“A mulher brasileira nos espaços público e privado”*. Esta fundação, com sede em São Paulo, foi instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, em maio de 1996, para o desenvolvimento de atividades de reflexão política, ideológica e de promoção de debates, estudos e pesquisas. Em uma pesquisa inédita, quase 300 pesquisadores entrevistaram 2502 mulheres, a partir de 15 anos de idade, de 187 municípios de 24 estados das 5 macrorregiões

brasileiras. Essa pesquisa abordou a questão da violência contra a mulher e constatou que 43% das pesquisadas elegeram a criação de casas-abrigo como proposta de combate a esse grave problema, e a destaca como uma das políticas públicas essenciais para o enfrentamento dessa situação vivida pelas mulheres (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2002).

Hoje, no Brasil, há 71 casas-abrigo em funcionamento, quatro delas no Rio Grande do Sul, segundo dados do Relatório da Gestão 1999/2002 do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (SEDIM) (BRASIL, 2002a).

2.3 CASA-ABRIGO – uma abordagem de saúde pública

No ano de 1990, a OMS, em seu relatório *“Perfil Epidemiológico de La Salud de La Mujer en la Región de Las Américas”*, na seção referente a *“Las Condiciones de la Salud de las Américas”* (VIOLENCIA, 1990), refere-se ao “gênero como uma construção social a partir dos sexos e incorpora, como fatores de risco de enfermidade para as mulheres, a dupla jornada, as gestações precoces e repetidas e a violência familiar”.

Esse relatório é uma conquista para uma visão integral de saúde pública e faz com que serviços do tipo casas-abrigo sejam vinculados a Secretarias Municipais de Saúde, como Unidades Especializadas, e atuem como serviço de retaguarda no atendimento à mulher em situação de violência dentro de um sistema de referência e contra-referência. Os serviços de saúde pública no Brasil estão organizados

segundo as diretrizes e princípios do Sistema Único de Saúde – SUS, regulamentado através da Lei Orgânica da Saúde nº 8080 (CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE, 2000). Entre os princípios dessa organização destaca-se a hierarquização dos serviços, que prevê a atenção aos indivíduos em diferentes níveis de complexidade, da Unidade de menos complexidade na atenção até a Unidade de mais alta complexidade. A partir desta organização, os serviços e os usuários no sistema de saúde devem ser organizados a partir de um sistema de referência, ou seja, o encaminhamento do usuário de uma Unidade de menor complexidade para uma Unidade de maior complexidade e contra-referência quando o usuário, após ser atendido, é novamente referenciado para a Unidade de menor complexidade para a continuidade da atenção.

No atendimento às mulheres em situação de violência, entende-se que as Unidades de Saúde são as referências. No esquema proposto, são as Unidades de menor complexidade e as casas-abrigo são as Unidades Especializadas (de maior complexidade) a serem referenciadas. Pensa-se que se constituem em um avanço na responsabilização dos profissionais de saúde em relação à detecção precoce dos casos de violência, pois, muitas vezes, mulheres e crianças chegam até os serviços de saúde com queixas difusas que podem passar despercebidos quando os profissionais não estão sensibilizados e capacitados para “*enxergar*” esse problema.

Concorda-se com Grossi, quando salienta que

os profissionais de saúde estão em uma posição estratégica para detectar os riscos da violência e identificar as possíveis vítimas de violência familiar, uma vez que as mulheres, em geral, procuram os serviços de saúde em decorrência de danos físicos, mentais ou emocionais. Muitas vezes, o problema da violência contra a mulher permanece oculto, pois o motivo da procura de ajuda é o tratamento de problemas, como: palpitações, ansiedade, nervosismo, insônia, perturbações digestivas, que são sintomas decorrentes da tensão e violência do cotidiano dela. O profissional deve procurar conhecer a história de vida da mulher agredida, pois muitas vezes, ela é

medicada com tranqüilizantes, mas o problema persiste (GROSSI, 1996, p. 142).

Reforçando essa preocupação apresentada em relação ao preparo dos profissionais de saúde, no sentido de estar em condições de ouvir com atenção e respeito os problemas da usuária, reconhecendo precocemente os casos de violência, é importante, também, que se desenvolva a articulação entre os serviços de saúde com os serviços especializados: casas-abrigo, delegacias especializadas, centros de referência e outros. Cabe ao profissional de saúde, que estabelece o primeiro contato com a mulher, identificar, orientar e encaminhá-la adequadamente. Nessa linha de raciocínio, Fontana e Santos (2001) dizem que, “no Brasil, 1/3 das internações em unidades de emergência é consequência da violência doméstica”, e Santos destaca que “apenas 1 em cada 10 mulheres que procuram atendimento médico é oficialmente reconhecida pelos/as profissionais de saúde como uma mulher espancada” (SANTOS, 2001). Na maioria das vezes, as mulheres não revelam que sofreram agressões. O atendimento médico às mulheres espancadas limita-se ao tratamento das lesões físicas causadas pelo espancamento e, em muitos casos, a mulher é culpabilizada pela violência sofrida.

Leal (2003), em sua dissertação de Mestrado em Enfermagem, refere que, em geral, a equipe de saúde se detém no atendimento ao indivíduo e os profissionais de saúde direcionam seu cuidado ao “órgão ou à parte do corpo lesada” e não se evidencia envolvimento com as questões sociais que embasam a violência. Nesse sentido, pensa-se que essa idéia complementa o quadro em que se materializam os atendimentos na rede de saúde e o descompromisso com a origem desses agravos.

D’Oliveira (2001, p.158), entre outros autores, sugere capacitações

específicas:

O/a profissional de saúde tem que conseguir incorporar na prática profissional, questões como a violência que não são apenas do corpo. A violência está associada com doença, mas ela é muito mais do que uma doença, ela é uma situação de vida (D'OLIVEIRA, 2001, p. 158).

Esses dados apresentados afirmam a relevância da capacitação dos profissionais de saúde, e dos trabalhadores envolvidos nos serviços, desde a auxiliar de limpeza às chefias, para o reconhecimento, acolhimento, correta orientação e encaminhamentos às mulheres em situação de violência. Nesse sentido, desenvolve-se a idéia de que, para a eficácia das ações de saúde no enfrentamento de tão grave problema de saúde pública, a rede de serviços, as delegacias especializadas, os centros de referência e as casas-abrigo devem estar capacitados e articulados para a continuidade da atenção necessária. As casas-abrigo seriam o último recurso da rede a ser acionado, pela complexidade que envolve a sua intervenção.

A estratégia das casas-abrigo

Para a compreensão das casas-abrigo, como estratégia assistencial de saúde e de suporte social às vítimas de violência, buscou-se conceituá-la a partir de alguns autores que se dedicaram ao tema.

Ruffa, em 1990, já as definia como

um espaço destinado e preparado para atender de maneira específica e exclusiva mulheres maltratadas e seus filhos, (...) garantindo plena proteção, sem limitar sua liberdade levando em consideração os acordos imprescindíveis para a harmonia da

convivência, para a segurança e sem condicionar suas decisões (RUFFA, 1990, p. 21).

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, no Termo de Referência para a implantação de casas-abrigo, as considera

locais seguros, para atendimento a mulheres em situação de risco de vida iminente, em razão da violência doméstica. Trata-se de um serviço de caráter sigiloso e temporário, onde as usuárias poderão permanecer por um período determinado, após o qual deverão reunir condições necessárias para retomar o curso de suas vidas (BRASIL, 2002b).

Nessa linha, o relatório publicado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, resultado do Encontro de casas-abrigo da América-Latina, realizado na Nicarágua, em setembro de 2000, assim define casa-abrigo:

Um espaço temporário, seguro para mulheres em situação de violência doméstica grave, que oferece serviços estruturados com um enfoque sistêmico integral e com perspectiva de gênero, os quais facilitem o início do processo de maior autonomia e interrupção do ciclo da violência (CASTILLO-RUIZ *et al.*, 2001, p.6).

Soares (1999, p. 106) acrescenta que

de um modo geral, os abrigos e os programas voltados para a violência doméstica tanto buscam oferecer condições práticas para as mulheres se libertarem da relação violenta, como tentam recondicionar as percepções tradicionais de toda a sociedade, sobre os papéis de gênero, 'reeducando', particularmente, os profissionais das várias áreas que têm contato com as vítimas e perpetradores.

A essas definições dos autores e, partindo da experiência vivenciada, formula-se uma “definição” referencial que considera casas-abrigo como espaços de proteção provisórios que primam pelo acolhimento, constituídas por equipes contínuas, com manejo respeitoso e flexível das relações e das dificuldades surgidas, tanto particulares quanto de convivência. São lugares de confiança para as mulheres, onde não sintam medo de serem julgadas, criticadas ou maltratadas. Nesses locais, as mulheres, em situação de violência doméstica, dedicam tempo e

energia na reflexão sobre suas vidas e nas possibilidades de enfrentamento de seus problemas. Configuram-se, enfim, em lugares onde podem pensar sobre seus conflitos e suas relações, livres das pressões do seu meio, de parentes, amigos e vizinhos, com ritmo próprio, dando tempo ao tempo para decidirem sobre suas vidas.

Essa forma de compreender e definir essa estratégia alicerça-se na convicção de que atuar na prevenção desse tipo de violência passa pela inclusão de sujeitos, cenários, e situações em que ocorrem esses tipos de agravos.

Nesse sentido, a casa-abrigo é uma política de enfrentamento à violência doméstica ainda muito recente. A sua missão é salvar vidas, acolhendo mulheres e seus filhos menores, em situação de risco iminente por parte de alguém com quem convivem: marido, ex-marido, namorado ou amante.

O reconhecimento dessa estratégia de atenção à saúde da mulher, na perspectiva de uma política de saúde pública, que incorpora elementos teóricos a ação no campo da promoção da saúde, do combate a violência e, especialmente, aquela marcada pelas relações de subordinação calcadas no gênero, constituiu-se na base da elaboração do objetivo deste estudo.

3 OBJETIVOS

3.1 GERAL

Historiar os dez anos de funcionamento da Casa de Apoio Viva Maria através das dinâmicas do Programa de Atendimento às Mulheres abrigadas ali nesse período.

3.2 ESPECÍFICO

Conhecer o quantitativo de atendimentos e o perfil sociodemográfico e epidemiológico das mulheres abrigadas na Casa de Apoio Viva Maria desde a sua fundação.

4 METODOLOGIA

4.1 TIPO DE ESTUDO

Trata-se de uma pesquisa histórico-social institucional, de caráter qualitativo, que privilegia a perspectiva da história nova. Utiliza a história oral como método da problematização e resgate dos processos institucionais e relacionais que fizeram o cotidiano da Casa de Apoio Viva Maria nos dez anos de sua existência. Os elementos para a caracterização sociodemográfica e epidemiológica foram obtidos através de dados dos registros institucionais expressos em valores freqüenciais. Também foram consultados documentos como fonte de dados.

Ao abordar os processos institucionais, nos referimos à instituição como

coisa instituída ou estabelecida, instituto, associação ou organização de caráter social, educacional, religioso, filantrópico, estrutura decorrente de necessidades sociais básicas, com caráter de relativa permanência e identificável pelo valor de conduta, alguns deles expressos em leis (INSTITUIÇÃO, 1999, p. 1119).

Essa adoção conceitual, sem pretensões teóricas, limita-se à discussão das relações sociais que se constroem nos moldes da estrutura da casa-abrigo, portanto, são os aspectos relacionais que são o foco do estudo. Evidentemente não se desconsideram as influências da estrutura político ideológica do sistema institucional, apenas faz-se um esforço para realçar os sujeitos desses cotidianos, instituintes.

Ao abordar a história nova inclui-se Le Goff (1995) quando diz que a história nova privilegia a história da técnica e dos costumes, é a história das estruturas,

história das evoluções e das transformações, é uma história explicativa, total, enfim, a história de todos, e que possibilita reconstituir ou explicar o passado, pois, “a história nova se inspirou na história do cotidiano e do concreto, trata-se de uma história sensível às diferenças e se desenvolve de acordo com seus próprios caminhos” (LE GOFF, 1995, p. 43).

Dessa forma, utilizando a perspectiva da história nova, investe-se na possibilidade de contar a história da Casa de Apoio Viva Maria sob o ponto de vista de quem viveu esse cotidiano, de percorrer os caminhos do processo de fundação, implantação e evolução de uma política pública de enfrentamento a problemática da violência contra a mulher.

Os depoimentos dos sujeitos da pesquisa foram tomados na perspectiva de Lozano (1998), na qual a História Oral é uma recuperação do passado, conforme a concepção dos que o viveram, e permite o estudo de Instituições a partir dos depoimentos de pessoas que vivenciaram os acontecimentos.

A opção pela História Oral foi, portanto, a de destacar a visão e a versão dos que vivenciaram o ato de criar e implantar a Casa de Apoio Viva Maria no município de Porto Alegre. A utilização dos depoimentos dos trabalhadores, profissionais ou não da instituição, e das suas usuárias, privilegiou a memória para escrever a história. De acordo com Le Goff (1992, p. 477), “essa memória tem a propriedade de conservar as informações, a memória procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”.

Salientando o que diz Félix (1998, p. 39), “a história é sempre um exercício do olhar, de um ver em profundidade, para que não se perca a memória dos feitos, para que os fatos não sejam esquecidos”.

Nessa perspectiva, a base para coleta dos dados e fatos foi construída com

base em Lozano (1998), quando afirma que a história oral é um roteiro para o processo detalhado e preciso da transcrição da oralidade que procura centrar sua análise a partir da experiência dos atores sociais envolvidos.

4.2 O CAMPO DO ESTUDO

Este estudo foi realizado na Casa de Apoio Viva Maria, que é uma unidade especializada da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre. É a única casa-abrigo do município de Porto Alegre, sendo referência para o encaminhamento e abrigo de mulheres e seus filhos menores em situação de violência, os quais aí podem permanecer por até noventa dias. Essa casa-abrigo tem o endereço protegido e pertence à Gerência Distrital 5, do setor de saúde.

4.3 OS SUJEITOS DO ESTUDO

Os sujeitos do estudo foram a equipe de trabalhadoras⁴ que atua ou já atuou na casa-abrigo e as mulheres que estiveram abrigadas em diferentes períodos desses dez anos.

A equipe de trabalho atual é composta por duas psicólogas, duas terapeutas ocupacionais, uma assistente social, uma enfermeira, uma nutricionista, cinco

⁴ Optou-se pela referência no feminino em razão da predominância de mulheres trabalhadoras no serviço, bem como da totalidade da composição da equipe técnica.

auxiliares de enfermagem, duas auxiliares de serviços gerais, duas atendentes de enfermagem, duas auxiliares de cozinha, uma cozinheira e três guardas municipais. Entre o total de trabalhadoras e trabalhadores, (trabalhadores, são os guardas municipais os homens que fazem parte da equipe), quatro permanecem nessa casa desde a sua fundação. As entrevistas foram realizadas conforme a adesão, incluindo duas trabalhadoras que já fizeram parte da equipe e que, no momento, estão em outros serviços.

Uma vez ao mês realiza-se um encontro das mulheres que já passaram pela casa, chamado de “*Encontro de Egressas*”. Esse momento de reunião permitiu entrevistar seis mulheres que foram atendidas pela casa em períodos anteriores.

4.4 A COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados utilizamos a técnica de entrevista com questões-guia que permitiram realçar as experiências dos atores sociais envolvidos e conectadas com o objetivo da pesquisa. As entrevistas foram realizadas pela própria pesquisadora.

As entrevistas com os membros da equipe de trabalho foram realizadas no próprio local, com hora e data previamente marcadas. As trabalhadoras que não atuam mais na casa foram entrevistadas em local definido com as mesmas e agendadas conforme sua disponibilidade e seus depoimentos foram gravados com a autorização delas, e, após sua transcrição, ficaram sob a guarda da pesquisadora.

A entrevista com as mulheres abrigadas ocorreu no próprio serviço, com hora e data previamente agendados. As egressas foram entrevistadas através de convite e marcados hora e data para virem até a casa. As entrevistas foram gravadas com a autorização das mulheres. Só participaram da pesquisa aquelas que aceitaram espontaneamente e que assinaram o termo de Consentimento Informado.

A escolha das entrevistadas foi intencional e a definição do número se deu pela qualificação das informantes, seu vínculo como profissional ou usuária e pela saturação dos dados obtidos nos depoimentos, no caso das ex-moradoras. Em relação a estas, o convite foi feito aleatoriamente, sendo mulheres que permaneceram abrigadas nos mais diversos períodos, dos dez anos de funcionamento da casa-abrigo. Esse método, apoiou-se em Minayo (1993), quando afirma que numa abordagem qualitativa o pesquisador deve se preocupar com o aprofundamento e abrangência da compreensão do estudo, da instituição. Portanto, o critério do número de sujeitos entrevistados não é numérico e, sim, definido pela qualidade das informações que se deseja buscar. “A questão da validade dessa amostragem está na sua capacidade de objetivar o objeto empiricamente, em todas as suas dimensões” (MINAYO, 1993, p. 103).

Foram realizadas entrevistas com 13 trabalhadoras(es) que atuam na Casa e com duas ex-trabalhadoras. Foram entrevistadas 12 moradoras e ex-moradoras da Casa de Apoio Viva Maria. As entrevistas com as ex-moradoras e com as trabalhadoras(es) ocorreram todas na própria casa-abrigo. As entrevistas com duas ex-trabalhadoras ocorreram nos seus locais atuais de trabalho.

Os quadros a seguir mostram os quantitativos das entrevistas por segmentos entrevistados.

Trabalhadoras entrevistadas*	Quantitativo
Trabalhadoras de Nível superior**	05
Trabalhadoras de Nível Médio***	04
Trabalhadoras Operacionais***	06
Total	15

Quadro 1 – Trabalhadoras da Casa de Apoio Viva Maria entrevistadas no período de novembro de 2002 a janeiro de 2003.

* A opção é no feminino por ser o contingente profissional majoritário.

**Nas falas optou-se por “técnica”, quando se fizer referência às trabalhadoras de nível superior.

***Nas falas optou-se por “funcionária” para referir-se as demais trabalhadoras.

****Na classificação das falas das trabalhadoras optou-se por utilizar numeração.

Moradoras entrevistadas*	Ano em que esteve abrigada
1	1993
1	1994
3	2000
1	2001
6	2002

Quadro 2 – Moradoras da Casa de Apoio Viva Maria entrevistadas no período de novembro de 2002 a janeiro de 2003.

*Nas falas constam como ex-moradoras, pois no momento das transcrições todas já se encontravam nessa situação.

**Na classificação das falas das ex-moradoras optou-se por utilizar numeração.

A pesquisa documental foi desenvolvida nos arquivos da Casa de Apoio Viva Maria. Os documentos utilizados como fontes de informação foram: atas de reuniões da comissão organizadora, justificativa da lei que criou o programa de atendimento, relatórios e reportagens publicadas na época, além dos registros que descrevem as

dinâmicas do Programa de Atendimento, elaborados pelas equipes que atuaram e atuam na Casa. Os mesmos foram selecionados através da leitura e agrupados conforme as questões pertinentes ao estudo proposto.

Os dados sociodemográficos para o quantitativo e a caracterização das mulheres que permaneceram abrigadas nessa casa nos dez anos de funcionamento, originaram-se dos prontuários. Foram analisados 502 prontuários, de setembro de 1992 a dezembro de 2002. A pesquisa foi realizada no arquivo morto, que se encontra localizado na própria casa-abrigo.

Os dados coletados foram: número de atendimentos; número do prontuário; idade; estado civil; número de filhos; escolaridade; ocupação; raça/cor; motivo da procura; quem agrediu; tempo de permanência na violência; quem encaminhou; endereço; tempo de permanência na casa-abrigo. Esses dados colhidos nos prontuários seguiram um roteiro de opção da pesquisadora, que mantinha coerência com o objetivo de traçar um perfil dessas mulheres, pois, no guia de registros também constam outros dados e informações.

4.5 ANÁLISE DOS DADOS

Após a transcrição das gravações procedeu-se a análise das entrevistas para a construção das análises histórico-interpretativas.

Procedeu-se a uma análise de conteúdo a partir da identificação de referências processuais, à evolução do trabalho na casa. A idéia de categorizar

certos cenários e situações surge no sentido de facilitar a sistematização dos processos ao longo desses anos.

A ordenação dos dados, na qual se faz a transcrição das gravações, a leitura exaustiva destas e a organização das transcrições e dos relatos, em determinada ordem, é adequada ao objetivo do trabalho, além da categorização dos registros conforme os eventos do cotidiano vivencial dos sujeitos. Neste estudo, as transcrições das entrevistas foram integralmente feitas pela pesquisadora.

Seguiu-se a exploração do material, com a sistematização e agregação dos dados discursivos conforme as categorias construídas no confronto das histórias pessoais com os questionamentos do pesquisador, baseadas no referencial teórico do estudo. Nesta etapa, com o aprofundamento da análise das falas, buscaram-se os eventos e as idéias centrais que constituíram um ordenamento, ora seqüencial e cronológico, ora expressando toda a dinamicidade dos processos vividos.

A partir desses procedimentos, desenvolveram-se reflexões e a dinâmica de interpretação dos conteúdos discursivos para responder aos objetivos de pesquisa.

Quanto à sistematização e o tratamento dos dados quantitativos sociodemográficos para a caracterização das mulheres abrigadas na Casa de Apoio Viva Maria, utilizou-se o Software Epi Info. Esses dados foram coletados pela própria pesquisadora, nos prontuários arquivados na Casa de Apoio Viva Maria, no período de janeiro e fevereiro de 2003, com a ajuda de duas estagiárias.

Os dados coletados foram inseridos no banco de dados do Epi Info, e elaboradas tabelas e quadros a partir dos cruzamentos de variáveis consideradas úteis para a análise e discussão dos dados. Nesta etapa, a pesquisadora contou com auxílio de uma bolsista de Iniciação Científica da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

4.6 CONSIDERAÇÕES BIOÉTICAS

O projeto que deu origem a este estudo e o documento de apresentação elaborado pelo Programa de Pós-Graduação da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul foram encaminhados à Comissão de Ética e Pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, para ciência e autorização, tendo recebido aprovação em 11 de novembro de 2002.

Os sujeitos da pesquisa foram convidados a participar, sendo esclarecidos sobre a justificativa e os objetivos. As entrevistas ocorreram somente após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Informado. O documento, redigido em duas vias, permanecendo uma delas com a entrevistada, garante o anonimato, o caráter confidencial das informações e o direito da não-participação em qualquer momento da pesquisa. O referido documento foi redigido conforme as normas de pesquisa em saúde expressas na Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 1996) (APÊNDICE C).

5 A CASA DE APOIO VIVA MARIA

5.1 O NASCIMENTO: o movimento organizado e a comunidade

Neste capítulo, passa-se a descrever e discutir os motivos e a mobilização do movimento organizado de mulheres pela criação de uma casa-abrigo em Porto Alegre e o processo de implantação da Casa de Apoio Viva Maria. Para tanto, foi realizada uma pesquisa documental nos arquivos da Casa de Apoio Viva Maria, com o intuito de localizar e selecionar os documentos pertinentes a este estudo. O arquivo investigado não é organizado oficialmente, portanto é um arquivo informal e os documentos também não estão todos assinados, datados e com autoria.

Os documentos analisados mostram a participação do movimento organizado de mulheres na publicação de denúncias e na realização de um levantamento de dados junto à Delegacia da Mulher, expondo o crescimento do número de queixas de agressões às mulheres no município de Porto Alegre propondo, a partir disso, a criação de políticas públicas voltadas ao atendimento de mulheres nestas “trágicas situações”, como referem. Esse processo iniciou com a criação da Lei 6919/91(PORTO ALEGRE, 1991b) que instituiu o Programa Municipal de Albergues para a Mulher Vítima de Violência e continuou até a implementação da referida Lei.

Alguns trechos dos documentos encontrados nos arquivos da Casa de Apoio Viva Maria relatam as justificativas, discussões, projetos e dificuldades na implantação da casa-abrigo. Ao se fazer referência aos documentos, agregam-se

também, trechos de entrevistas realizadas com trabalhadoras da equipe que participaram do processo de implantação dessa casa.

Em 17 de maio de 1991, a socióloga Licia Peres, então Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio Grande do Sul, publica, em um jornal local, um artigo intitulado “Albergue para mulheres”, no qual salienta:

muitas mulheres deixam de registrar queixa por não ter para onde ir após a denúncia, temerosas da reação dos companheiros.(...) Mais grave ainda é o caso das mulheres que denunciam agressões do companheiro e, pela absoluta falta de recursos financeiros, retornam para o convívio sob o mesmo teto do denunciado, no caso o agressor, muitas vezes para morrer ou matar. (...) Neste sentido, o albergue, solução emergencial e provisória para garantir a imediata separação de corpos enquanto a justiça é acionada para as providências cabíveis, é a única alternativa para determinados casos (PERES, 1991).

Nesse artigo, a socióloga salienta a preocupação com o risco que as mulheres que denunciam a violência sofrem, e aponta a casa-abrigo como recurso essencial para o enfrentamento do problema, principalmente para as mais carentes. Evidencia, com isso, as reivindicações do movimento de mulheres naquele período.

Aos 16 de setembro de 1991, a Câmara de Vereadores de Porto Alegre apreciou e aprovou, por unanimidade de votos dos vereadores presentes, o Projeto de Lei que instituiu o Programa Municipal de Albergues para Mulheres Vítimas de Violência, de nº 6919/91 (PORTO ALEGRE, 1991b), de autoria do Vereador José Valdir, da bancada do Partido dos Trabalhadores. Por ocasião da votação, estiveram na Câmara dezenas de mulheres que encaminharam à Presidência daquela Casa um abaixo-assinado com mais de mil assinaturas, pedindo a implantação imediata do serviço. Após, o prefeito Municipal de Porto Alegre recebeu um grupo de representantes de entidades do movimento organizado de mulheres, que solicitou a implementação da Lei.

Na seqüência, através de Decreto n° 10172 (PORTO ALEGRE, 1991a), o prefeito regulamentou a Lei, 6919/91 (PORTO ALEGRE, 1991b), em 31 de dezembro de 1991, e constituiu uma comissão específica, composta por representantes do governo e entidades do movimento organizado de mulheres, para projetar a implementação do novo serviço, atribuindo à Secretaria Municipal da Saúde e Serviço Social seu gerenciamento.

Essa equipe de trabalho, após várias reuniões, definiu junto a FESC (então Fundação de Educação Social e Comunitária) e a SMSS (então Secretaria Municipal da Saúde e Serviço Social) os locais nos quais seria possível estruturar esse programa. Após essa definição, a comissão elaborou a Proposta de Regulamentação da Lei, a Proposta Geral de Trabalho e o Orçamento que se encontram especificados no Plano de Implementação da Lei 6919/91 (PORTO ALEGRE, [1992?]).

Em Porto Alegre, em 21 de novembro de 1991, a comissão específica constituída pelo prefeito redige a exposição de motivos, a seguir transcrita.

Com a finalidade de implementar a Lei Municipal 6919/91, que prevê a criação do Programa Municipal de Albergues para Mulheres Vítimas de Violência foram realizadas uma série de reuniões entre a Prefeitura Municipal de Porto Alegre e representantes do Movimento de Mulheres. Tentamos, assim, atender as reivindicações da sociedade civil organizada que impulsionou e garantiu a aprovação desta lei (PORTO ALEGRE, 1991c, f. 1).

No mesmo documento consta a “Justificativa”.

Considerando que segundo dados da Delegacia de Mulheres/POA, de 1988 aos primeiros 5 meses de 1991, registraram-se 16.083 queixas de agressões à mulher, sendo que a cada ano cresce o número de queixas. Diariamente a imprensa publica casos de morte ou espancamento contra a mulher.

Considerando que dos 96 casos de estupro registrados na Delegacia de Mulheres/POA, 60% foram praticados por pessoas conhecidas das vítimas.

Tanto em nível Federal, Estadual e Municipal estão sendo tomadas medidas legais quanto à discriminação sexual sofrida pela mulher na sociedade.

Conforme exposição de motivos do Projeto de Lei Municipal n° 05/91 'para o enfrentamento da questão da violência contra a mulher na sociedade brasileira, é necessário que se considere o conjunto de elementos nela envolvidos: a dependência material e econômica, a falta de infra-estrutura de atendimento que garanta o impedimento do crime, sua impunidade e a ausência de uma atividade estatal, que assegure e garanta os meios de prevenção desta violência'.

No estado brasileiro, atualmente, se verifica uma ausência quase absoluta de definições de políticas públicas voltadas ao atendimento de mulheres nestas trágicas situações e, ao mesmo tempo, a criação de albergues com este fim é uma reivindicação histórica do movimento de mulheres.

Por outro lado, sabemos que as ações do Estado (no caso, o Município) na área social, como nas demais políticas de sua responsabilidade, devem ser definidas em conjunto com a sociedade civil organizada, respeitando-se, no caso aqui citado, o acúmulo de conhecimento adquirido e vivenciado pelo Movimento de Mulheres sem, obviamente eximir o Município de sua responsabilidade sobre outro assunto. A partir destas constatações, faz-se necessário que o Executivo Municipal de Porto Alegre contribua na criação de espaços que permitam à mulher, vítima de agressão, juntamente com os filhos, garantir seus direitos e o resgate de sua cidadania. Para que este programa consiga assegurar à mulher vítima de violência e seus filhos no momento da queixa policial e depois de vencida a situação crítica, faz-se necessário que tenhamos um atendimento para estas pessoas quando o retorno à sua residência constituir risco à sua vida (PORTO ALEGRE, 1991c, f. 2).

Um resumo das atas das reuniões realizadas pela Comissão de Governo, para implantação do 1° Albergue para Mulheres Vítimas de Violência, mostra a resistência da comunidade onde se localizaria o mesmo.

Nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 1992, na comunidade onde está localizado o prédio que sediará o Albergue foram realizadas 8 reuniões, nestas reuniões manifestaram-se muitas dúvidas em relação ao Programa de Albergues para Mulheres Vítimas de Violência, que foram respondidas com a participação da LBA, do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, da Federação Gaúcha de Mulheres, de órgãos e Secretarias do Governo Municipal. Permaneceu na comunidade um grupo de pessoas contrárias à implantação do Albergue. No entanto, segundo a comissão constituída pelo prefeito, o cerne da questão está nos temores de parte da comunidade em relação ao desenvolvimento deste projeto pioneiro e que desafia o senso comum em relação ao problema social da violência contra a mulher. Há uma grande resistência em encarar este problema tão próximo de cada um de nós, e encará-lo na sua real dimensão de revelação da opressão da mulher na família, de revelação da violência e brutalidade das relações

personais desenvolvidas a partir da desigualdade, de revelação da crise destas relações e das instituições que as constituem a família, o casamento etc (PORTO ALEGRE, [1992?], f. 1).

A resistência da comunidade em aceitar o local escolhido para sediar a Casa de Apoio Viva Maria evidencia o preconceito que a sociedade tem com a situação da violência contra a mulher. Constata-se que ainda é uma situação que deve permanecer privada e oculta e tem sido aceita na sociedade como um fenômeno natural, crônico e invisível. A sociedade é geradora e conservadora dessas relações sociais à medida que, ao naturalizar esse tipo de violência, negligencia os riscos e sofrimentos que ela gera, reforçando a situação de medo de falar e de denunciar que paralisa as mulheres.

Portanto, a reação da comunidade reproduz o comportamento do agressor, minimiza os riscos da violência contra a mulher e contribui para manter a invisibilidade dessa situação, já que é mais “cômodo” para a sociedade não “enxergar” este problema.

A resistência da comunidade residente no local escolhido para sediar a Casa de Apoio Viva Maria foi destacada também no depoimento das primeiras trabalhadoras da mesma.

No início, as dificuldades principais que a gente teve foram vinculadas aos mitos sobre violência de gênero, envolvendo fantasias do tipo isso é coisa de mulher sem moral, pobre ou desqualificada ou até criminosa, havia um grande medo na comunidade local quando a gente escolheu o bairro, de que haveria arruaças, brigas, clima de delegacia, tudo que elas sabiam ali na comunidade sobre o que era violência contra a mulher é que era um caso de polícia, um caso de delegacia, não se compreendia que poderia ser uma instituição da área da saúde que tivesse uma abordagem integral. Mas isso não era só na comunidade. Dentro da prefeitura também tinha esse problema. A situação mais marcante foi uma reunião que estava toda a coordenação de governo e se estabeleceu um debate de por que é que nós lutávamos para que a casa fosse um equipamento da área da saúde e nós fizemos um documento, onde a gente bancou essa visão que progrediu no mundo inteiro, desde 1992, a partir de um posicionamento da Organização Mundial da Saúde. Agora houve muitos episódios

engraçados, como uma assembléia na comunidade e essa assembléia sofreu um atentado com bombinhas, então foi um assunto bem polêmico (técnica 1).

Também enfrentamos uma comissão especial na Câmara de Vereadores, que eu acho que foi bastante importante, enfrentamos também uma enquete de rádio, então foi bem difícil mesmo, foi bastante polêmico a instalação da casa (técnica 1).

Foi difícil a implantação da casa naquele local, seria em qualquer lugar, as discussões com a comunidade para a implantação e, por incrível que pareça, as pessoas que eram mais fervorosas contrárias à implantação da casa eram as próprias mulheres que tinham muito medo até por uma questão de estar com a questão da violência tão perto, uma violência que elas mesmas sofriam. Mais tarde ficamos sabendo que muitas daquelas mulheres que eram contrárias sofriam violência ou tinham sofrido, mas acho que tudo foi importante, essa discussão toda feita com a comunidade. Enfim depois ter o local, toda a reforma da casa, a inauguração e aí o trabalho em si. Eu pude contribuir na organização de toda a documentação, mas também participava das reuniões dos técnicos secretariando e participava também de reuniões fora da casa, inclusive com o prefeito, governador, tudo isso foi importante (funcionária 1).

A mesma comissão que também recebeu colaboração de outras entidades e pessoas conhecedoras do assunto, elaborou uma proposta de Regimento Interno e Normas de Funcionamento do 1º Albergue para Mulheres Vítimas de Violência. Nessa primeira proposta já havia uma preocupação com o cotidiano das mulheres na casa, ou seja, através das relações estabelecidas no dia-a-dia entre as mulheres abrigadas, havia a idéia de construir novas perspectivas de vida. A proposta iniciava com esta justificativa:

O Regimento e as Normas de Funcionamento do Albergue que apresentamos aqui visam promover uma relação participativa, integrando as usuárias ao funcionamento coletivo do Albergue e construindo laços de solidariedade através da ajuda mútua. O aprendizado de vida coletiva deve permitir também a construção de referências novas frente à experiência anterior, rompendo a dependência e exercitando os princípios de autonomia e liberdade individual (PORTO ALEGRE, [1992], f. 1).

Ao elaborar as propostas de regimento interno, normas e rotinas para a casa-abrigo, a comissão já tinha a preocupação de o abrigo não ser apenas um espaço de proteção, mas já pensava o cotidiano dele, com a participação das mulheres abrigadas nas atividades cotidianas. A comissão já pensava em aproveitar a convivência entre as moradoras e equipe de trabalhadoras, oferecendo espaços de reflexão sobre a violência vivida com o objetivo de promover novas referências, exercitando o aprendizado de vida coletiva, criando novas opções de vida.

5.2 A CASA E O PERFIL DAS MORADORAS

A partir dos achados neste estudo afirma-se o que autores, entre os quais Saffiotti e Soares, já identificaram e discutiram em outros locais e momentos. As mulheres geralmente são agredidas no espaço doméstico e têm como agressor uma pessoa do seu convívio ou de suas relações afetivas, alguém em que elas confiam e amam, o que dificulta a denúncia. O medo e a vergonha, juntamente com a precariedade das políticas públicas, são também fatores que contribuem para a paralisação das mulheres frente a situação tão grave. Essa é, também, a realidade das mulheres que habitaram e habitam a casa-abrigo.

Nessa perspectiva, a criação das delegacias especializadas no atendimento à mulher ajudou a dar visibilidade à violência contra a mulher, pois passou a tornar público uma situação que até então era tratada como um problema “privado”. Crê-se que as delegacias especializadas para o atendimento às mulheres, com técnicas capacitadas para o adequado acolhimento, incentivam as mulheres à denúncia e à

conseqüente revelação de uma situação até então oculta. No entanto, a simples instalação dessas delegacias não resolve esse problema, pois limita-se a um espaço de denúncia, revelando dados, mas também “jogando” a mulher em outra situação de vulnerabilidade.

De acordo com os estudos de Lert (1996), “vulnerabilidades são as variantes que se constituem das dimensões individuais e coletivas e que definem uma situação de risco”. Na situação apresentada, a vulnerabilidade das mulheres, ao formalizarem a denúncia, está relacionada ao descaso da sociedade com o tema e a conseqüente impunidade dos agressores. Nesse sentido, é grande o risco de o agressor ficar revoltado ao tomar conhecimento da denúncia, agravando a situação. Esse é um dos aspectos que mostra a relevância de um espaço protegido, especializado no atendimento às mulheres e seus filhos, e com um programa voltado ao fortalecimento da autonomia destas, o que terá conseqüências na retomada da vida familiar.

A partir dessas considerações introdutórias passa-se a caracterizar, do ponto de vista sociodemográfico, as mulheres que permaneceram abrigadas na Casa de Apoio Viva Maria, no período de setembro de 1992 a dezembro de 2002. Os dados foram obtidos nos prontuários do arquivo da Casa de Apoio Viva Maria, tendo sido analisados 502 prontuários.

Considera-se que esses dados contribuem para evidenciar e visibilizar o perfil das mulheres vulneráveis a situações de violência doméstica.

Inicia-se pela faixa etária das mulheres que permaneceram abrigadas nesse período. É necessário esclarecer que as mulheres podem permanecer até noventa dias na casa-abrigo.

TABELA 1 - Distribuição das mulheres abrigadas na Casa de Apoio Viva Maria, segundo idade, setembro de 1992 a dezembro de 2002.

Faixa Etária	n	%
14 e 19 anos	45	9%
20 e 39 anos	405	80,6%
40 e 49 anos	46	9,2%
50 anos ou mais	05	1%
Ignorado	01	0,2%
Total	502	100%

Fonte: Dados primários coletados pela pesquisadora, Casa de Apoio Viva Maria. Dagord A., Porto Alegre, 2003.

Observa-se que as mulheres que permaneceram abrigadas na Casa de Apoio Viva Maria, na sua maioria tem entre 20 e 39 anos, perfazendo 405 mulheres, correspondendo a 80,6% do total, a mais jovem tem 14 anos e a com mais idade tinha 56 anos. A média de idade foi de 29 anos.

A faixa etária que mais sofre violência, ou que mais a denuncia é a faixa de idade produtiva e reprodutiva das mulheres, corroborando dados publicados por Heise (1994, p. 23), nos quais a prática da violência doméstica é causa significativa de incapacidade e morte de mulheres na idade produtiva, concluindo que um em cada cinco dias de falta ao trabalho decorre de violência sofrida pelas mulheres em sua casa. Também estima que a violência doméstica, no mundo, cause mais danos e mortes às mulheres entre 15 e 44 anos do que câncer, malária, acidentes de trânsito ou até mesmo a guerra.

Outros estudos, como o de Saffiotti e Almeida (1995), afirmam que das mulheres que denunciaram violência doméstica em Delegacias Policiais especializadas e distritais, no Rio de Janeiro, nos anos de 1991 e 1992, 29,8% encontravam-se na faixa etária de 18 a 29 anos e 65, 3% tinham entre 30 e 39 anos de idade. Ainda segundo as autoras, a maior incidência concentra-se entre 30 e 39 anos de idade, corroborando com dados globais existentes. Angulo-Tuesta (1997)

refere que a faixa etária dominante das mulheres em situação de violência doméstica, no Rio de Janeiro, é de 26 a 35 anos, representando 43,9% das denunciantes; 21,7% têm entre 36 a 45 anos; 12,8% têm entre 22 e 25 anos, e 8,1% têm 19 a 21 anos de idade. Segundo a autora, em geral, 86,5% das mulheres agredidas situam-se na faixa etária entre 19 e 45 anos. Os dados em relação à faixa etária corroboram com os dados pesquisados pelas autoras citadas, pois a faixa onde as mulheres estão mais suscetíveis a violência doméstica é de 18 a 39 anos.

TABELA 2 - Distribuição das mulheres abrigadas na Casa de Apoio Viva Maria, segundo estado civil, setembro de 1992 a dezembro de 2002.

Estado Civil	n	%
Solteira	379	75,5%
Casada	92	18,3%
Separada	15	3%
Viúva	12	2,4%
Ignorado	04	0,8%
Total	502	100%

Fonte: Dados primários coletados pela pesquisadora, Casa de Apoio Viva Maria. Dagord A., Porto Alegre, 2003.

A maioria das mulheres que permaneceram abrigadas na Casa de Apoio Viva Maria é solteira, 379 (75,5%), apenas 92 (18,3%) são formalmente casadas.

TABELA 3 - Distribuição das mulheres abrigadas na Casa de Apoio Viva Maria, segundo o número de filhos, setembro de 1992 a dezembro de 2002.

Número de Filhos	N	%
Nenhum filho	24	4,8%
1 filho	94	18,7%
2 filhos	132	26,3%
3 filhos	112	22,3%
4 filhos	70	13,9%
5 filhos	33	6,6%
6 filhos	23	4,6%
7 filhos	11	2,2%
8 filhos	03	0,6%
Total	502	100%

Fonte: Dados primários coletados pela pesquisadora, Casa de Apoio Viva Maria. Dagord A., Porto Alegre, 2003.

Em relação ao número de filhos, a média é de 2,7 por mulher, sendo que 132 mulheres tinham 2 filhos, e 112 tinham 3 filhos. Já, 24 delas não tinham filhos e 3 tinham 8 filhos cada. Esse dado atesta que a maior clientela da Casa de Apoio Viva Maria são as crianças, que demandam um programa específico e especializado de atendimento, sendo necessário maior número de profissionais para o seu efetivo funcionamento.

TABELA 4 - Distribuição das mulheres abrigadas na Casa de Apoio Viva Maria, segundo raça/cor, setembro de 1992 a dezembro de 2002.

Raça/Cor	N	%
Branca	328	65,3%
Negra	140	27,9%
Índia	02	0,4%
Ignorado	32	6,4%
Total	502	100%

Fonte: Dados primários coletados pela pesquisadora, Casa de Apoio Viva Maria. Dagord A., Porto Alegre, 2003.

Do total de mulheres atendidas na Casa de Apoio Viva Maria, no referido período, 328 (65,3%) são brancas e 140 (27,9%) são negras, 02 (0,4%) são índias e para 32 (6,4%) não constavam registros. Na distribuição da população quanto à raça/cor, na cidade de Porto Alegre, os indivíduos brancos representam 82,41% da população e os indivíduos negros representam 7,84% da população, segundo dados do IBGE, 2000. Ainda não estão disponíveis os dados específicos do percentual de mulheres brancas e mulheres negras na cidade de Porto Alegre.

Relativamente ao critério de classificação de raça/cor, nos primeiros anos de atividade da Casa de Apoio Viva Maria, os registros eram preenchidos pelo entrevistador, o qual informava a sua interpretação sobre esse critério. A partir de 1998, sob nova orientação, a equipe de profissionais passou a perguntar para a mulher qual a sua raça/cor. Apesar de todas as discussões e recomendações

realizadas com a equipe de trabalhadoras da casa, sobre o tema, quando da coleta dos dados, constatou-se vários prontuários que este item não estava preenchido.

Nestes casos, as informações foram buscadas no Boletim de Ocorrência da Delegacia da Mulher, do qual fica uma cópia no prontuário. Ainda sobre esses critérios não há uma distinção entre negras e pardas.

Considerando-se esses aspectos, observam-se, na tabela 5, as correlações proporcionais entre os índices na categoria raça/cor.

TABELA 5 - Distribuição das mulheres abrigadas na Casa de Apoio Viva Maria, segundo raça/cor e as mulheres segundo esse critério na população de Porto Alegre.

POPULAÇÃO DE PORTO ALEGRE				Estimativa da distribuição das mulheres, na população de Porto Alegre quanto a raça e cor**				Relação das mulheres abrigadas na Casa Viva Maria quanto à raça/cor e as mulheres da população de Porto Alegre			
CENSO 2000 – IBGE *											
Branca		Parda e Negra		Branca***		Parda e Negra***		Branca		Parda e Negra	
n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
1.121.312	82,41	225	16,55	597.283	82,41	119.949	16,55%	328	0,05	140	0,17

Fonte: Dados primários coletados pela pesquisadora, Casa de Apoio Viva Maria. Dagord A., Porto Alegre, 2003.

* A população total de Porto Alegre é 1.360.590 incluindo indígenas e orientais (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo 2000).

** A população total de mulheres, na cidade de Porto Alegre, é de 724.770 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo, 2000).

*** Estimativa relacionada à distribuição de brancos, pardos e negros em relação às mulheres na cidade de Porto Alegre.

Na cidade de Porto Alegre, a população branca é superior (82,41%), em comparação à população de negros e pardos (16,55%). É necessário considerar essa proporção ao se analisar a relação de mulheres brancas e negras que estiveram abrigadas na Casa de Apoio Viva Maria, no período estudado. Em uma

primeira visualização poder-se-ia afirmar que o maior número de mulheres atendidas na Casa de Apoio Viva Maria é de brancas (328, do total de 502), num percentual de 65,34%. Já, as mulheres negras são 140, perfazendo um percentual de 27,89% do total. No entanto, ao se estabelecer relação entre as mulheres abrigadas e a população de Porto Alegre, nessa categoria, pode-se observar que as mulheres brancas abrigadas correspondem a 0,05% da população estimada de mulheres brancas da cidade de Porto Alegre, enquanto que as mulheres negras correspondem a 0,17% da mesma população, como se pode visualizar na tabela 5. Esse dado indica correlação entre as precárias condições socioeconômicas da população abrigada e os índices relativos à situação de pobreza da população negra em geral.

Relativamente ao período de permanência das mulheres na casa-abrigo, a média foi de 62 dias, nos dez anos investigados. Este período está adequado às normas relativas que constam nos documentos de criação da Casa de Apoio Viva Maria, que estabelecem 90 dias no máximo. Também é compatível com o Termo de Referência do Programa de casas-abrigo (BRASIL, 2002b), elaborado pela Secretaria dos Direitos da Mulher e com a recomendação de autores, entre os quais Soares ([2000?]). Esta média de permanência tem demonstrado, mesmo considerando a complexidade da atuação nesse contexto de dificuldades, que o programa da Casa de Apoio Viva Maria tem cumprido seus objetivos. O prazo de permanência na casa-abrigo de, no máximo, noventa dias tem se mostrado, na maioria dos casos, suficiente para os propósitos estabelecidos como meta pelo programa de atendimento.

TABELA 6 - Distribuição das mulheres abrigadas na Casa de Apoio Viva Maria, segundo a escolaridade, setembro de 1992 a dezembro de 2002.

Escolaridade	n	%
Analfabeta	43	8,6%
1º grau incompleto	347	69,1%
1º grau completo	49	9,7%
2º grau incompleto	28	5,6%
2º grau completo	27	5,4%
3º grau incompleto	03	0,6%
3º grau completo	02	0,4%
Ignorado	03	0,6%
Total	502	100%

Fonte: Dados primários coletados pela pesquisadora, Casa de Apoio Viva Maria. Dagord A., Porto Alegre, 2003.

Quanto à escolaridade, a maioria das mulheres cursou o primeiro grau incompleto (69,1%). Do total de 502, 43 mulheres eram analfabetas, num percentual de 8,6%. O primeiro grau completo representa apenas 9,7% delas e o segundo grau completo, 5,4%. Esses índices evidenciam baixa escolaridade e, por consequência, pouca qualificação para o mercado de trabalho, reforçando que são as mulheres com precárias condições socioeconômicas que, conseqüentemente, são mais vulneráveis e que necessitam de abrigo. No entanto, não significa que as mulheres com maior escolaridade e em melhores condições socioeconômicas não sofram violência. O que se quer evidenciar é que o aparato social de apoio é que precisa ser disponibilizado com ênfase na situação de pobreza.

Esses dados corroboram estudos de autores, como Angulo-Tuesta (1997), ao verificar que 63,9% das mulheres em situação de violência doméstica no Rio de Janeiro, tem o primeiro grau, 17,4% cursaram o segundo grau, 4,6% são analfabetas e 4,6% cursaram o nível superior. Para Saffioti e Almeida, (1995), ao observar os dados das delegacias especializadas do estado do Rio de Janeiro, constataram que, dentre as mulheres que denunciaram a violência doméstica, 31,8% tinham de 1 a 4

anos de estudo e 24,3% de 5 a menos de 8 anos. Ou seja, 56,1% das mulheres não tinham o primeiro grau completo.

TABELA 7 - Distribuição das mulheres abrigadas na Casa de Apoio Viva Maria, segundo profissões/ocupações, setembro de 1992 a dezembro de 2002.

Profissões/Ocupações	n	%
Serviços de higienização e cozinha	255	50,8%
Do lar	139	27,7%
Biscate (comércio)	46	9,1%
Comerciária	36	7,2%
Auxiliar de enfermagem	09	1,8%
Garota de programa/prostituta	04	0,8%
Técnica de Informática	03	0,6%
Desempregada	03	0,6%
Profissional superior*	02	0,4%
Professora	02	0,4%
Aposentada	02	0,4%
Ignorado	01	0,2%
Total	502	100%

Fonte: Dados primários coletados pela pesquisadora, Casa de Apoio Viva Maria. Dagord A., Porto Alegre, 2003.

*Não constam outras informações.

As ocupações dessas mulheres evidenciam a pouca qualificação formal, corroborando o que foi constatado em relação à escolaridade. A maior parte das mulheres trabalha no ramo de serviços, particularmente em higienização e cozinha, representando 50,8% do total. Nesse item estão inseridas as empregadas domésticas, as faxineiras e as auxiliares de serviços gerais. Essas atividades não exigem qualificação e, conseqüentemente, remuneram mal. O segundo maior índice é o de mulheres que nunca tiveram trabalho formal, o que explica, em parte, a permanência na situação de violência pela dependência econômica e justifica a necessidade de abrigo pela maior vulnerabilidade social.

Segundo Saffioti e Almeida (1995), em estudo realizado no Rio de Janeiro, quanto à ocupação, as mulheres que denunciaram violência doméstica, 35,4% eram

donas-de-casa, 25,5% inseriam-se no setor de serviços e 17,6% prestavam serviços domésticos assemelhando-se ao perfil das mulheres abrigadas na Casa de Apoio Viva Maria.

Os dados revelados de ocupação e escolaridade confirmam o que já foi comentado sobre baixa qualificação formal e conseqüente trabalho mal-remunerado, o que leva a uma “revitimização” da mulher no contexto socioeconômico.

TABELA 8 - Distribuição das mulheres abrigadas na Casa de Apoio Viva Maria, segundo instituições de encaminhamento, setembro de 1992 a dezembro de 2002.

Instituições de encaminhamento	n	%
Conselho Tutelar	163	32,5%
Delegacia da Mulher	151	30,1%
Serviços de Assistência Social	59	11,7%
Serviços de Saúde	57	11,3%
Serviços Jurídicos	31	6,2%
Outros	27	5,4%
Outra Delegacia	09	1,8%
Escolas	03	0,6%
Ignorado	02	0,4%
Total	502	100%

Fonte: Dados primários coletados pela pesquisadora, Casa de Apoio Viva Maria. Dagord A., Porto Alegre, 2003.

Quanto às instituições que realizaram os encaminhamentos à Casa de Apoio Viva Maria, a maioria deles está entre os Conselhos Tutelares das diversas microrregiões da cidade (32,5%) e Delegacia da Mulher (30,1%).

Os serviços de saúde representam, atualmente, apenas 11,3% dos encaminhamentos. Considera-se que os serviços de saúde, que existem em todas as regiões da cidade, poderiam ser a principal porta de entrada do sistema de abrigo, pois são potenciais pontos de identificação precoce das situações de violência. Essa constatação aponta para o fato de que a violência contra a mulher é vista e considerada como uma questão policial. Pode-se incluir, nessa perspectiva,

os Conselhos Tutelares que têm também uma ação punitiva, no mesmo âmbito. Tratando-se de uma dimensão policial e punitiva e de caráter público, pode-se inferir que, quando essas mulheres chegam nessas duas instituições é porque já se agudizaram e as conseqüências representam maior tempo de sofrimento tanto para elas quanto para os seus filhos, pois suportaram a situação de violência até o momento em que se tornou “caso de polícia”. Isso se deve, em parte, ao desamparo representado pela “deslegitimidade social” da denúncia da violência cometida no âmbito da família, no espaço privado. As relações de poder, calcadas na dominação masculina “naturalizada”, podem se manifestar, inclusive, na forma de violências, pois, de alguma forma, estão isentas de julgamento e “protegidas” do aparato punitivo legal.

TABELA 9 - Distribuição das mulheres abrigadas na Casa de Apoio Viva Maria, segundo a queixa, setembro de 1992 a dezembro de 2002.

Queixa	n	%
Agressão e ameaça	356	70,9%
Agressão e abuso/estupro	23	4,6%
Forçada a se prostituir	1	0,2%
Ameaça e expulsão de casa/expulsão de casa/agressão e expulsão de casa/ameaça e destruição da casa	13	2,6%
Ameaça	49	9,7%
Ameaça e abuso/estupro	10	2%
Estupro/abuso	18	3,6%
Agressão, ameaça e abuso/estupro	30	6%
Outros e ignorado	2	0,4%
Total	502	100%

Fonte: Dados primários coletados pela pesquisadora, Casa de Apoio Viva Maria. Dagord A., Porto Alegre, 2003.

A maior incidência das queixas, 356 dos casos (70,9%), refere-se à agressão e ameaça. O segundo motivo refere-se à ameaça, representando 9,7%. Esse dado deve ser analisado junto aos 6% (30 mulheres) que foram vítimas de ameaças diversas com agressão e abuso; dos 2% (10 mulheres) vítimas de ameaça e estupro; dos 2,6% (13 mulheres) com ameaça e expulsão de casa, perfazendo um

total de 10,6%. Esses índices somados correspondem a 20,3% dos motivos. Os demais índices, em menor proporção correspondem à associação de motivos, os quais conferem maior gravidade à situação vivenciada pelas mulheres.

TABELA 10 - Distribuição das mulheres abrigadas na Casa de Apoio Viva Maria, segundo tempo de permanência na violência, setembro de 1992 a dezembro de 2002.

Tempo de permanência em situação de violência	n	%
1 episódio	01	0,2%
Até 2 anos	102	20,3%
De 2 anos e 1 mês a 5 anos	117	23,3%
De 5 anos e 1 mês a 10 anos	156	31,1%
Mais de 10 anos e 1 mês	117	23,3%
Ignorado	09	1,8%
Total	502	100%

Fonte: Dados primários coletados pela pesquisadora, Casa de Apoio Viva Maria. Dagord A., Porto Alegre, 2003.

Dentre as mulheres abrigadas, 31,1% permaneceram convivendo com o companheiro violento por cinco a dez anos; 23,3%, de dois a cinco anos, 23,3%, mais de dez anos, 20,3%, até dois anos. Os documentos de registro atestam que na primeira ocorrência de violência apenas uma mulher foi procurar ajuda, e em 1,8% dos registros não constava esse dado.

Achados de Saffioti⁵, no estudo “Violência Doméstica, Questão de Polícia e de Sociedade”, *apud* Fontana e Santos (2001), realizado a partir dos casos registrados em delegacias policiais de 22 capitais do Brasil, a autora constatou que em 50% dos casos, o casal tem entre 10 e 20 anos de convivência e 40% entre um e dez anos. Esses dados indicam a dificuldade da mulher em romper com esta situação e com a conseqüente “rotinização” e “cronificação” da situação de violência. Evidencia-se que, no curso dessa situação, há repercussão na integridade da saúde física e

⁵ SAFFIOTI, Heleieth. Violência doméstica: questão de polícia e de sociedade. No prelo.

mental da mulher, com conseqüências nos demais membros da família, podendo levar à desagregação familiar.

Na pesquisa da Fundação Perseu Abramo, realizada em 2001, dentre as mulheres que já sofreram violência, 32% afirmam que só aconteceu uma vez, e 20% dizem ter ocorrido duas ou três vezes. A declaração de espancamento por mais vezes é comum em 11% delas, além de 15% não determinarem a quantidade, mas o tempo que ficaram expostas a esse tipo de violência e 4% das mulheres sofreram espancamentos por mais de dez anos (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2002).

TABELA 11 - Distribuição das mulheres abrigadas na Casa de Apoio Viva Maria, segundo os agressores informados por elas, setembro de 1992 a dezembro de 2002.

Agressores	n	%
Companheiro	376	74,9%
Marido	90	17,9%
Ex-companheiro	02	0,4%
Ex-marido	01	0,2%
Outros	30	6%
Ignorado	03	0,6%
Total	502	100%

Fonte: Dados primários coletados pela pesquisadora, Casa de Apoio Viva Maria. Dagord A., Porto Alegre, 2003.

Na maioria absoluta das situações, o agressor é o companheiro da vítima (74,9%), e em 17,9% o agressor é o marido. Esses dados retratam o fato de que, a maioria das mulheres abrigadas na Casa de Apoio Viva Maria são solteiras e mantêm união estável com os companheiros, e evidenciam que as mesmas sofrem violência por parte da pessoa com quem convivem em relação afetiva.

Esses dados corroboram com outros estudos, entre os quais o da Fundação Perseu Abramo, que ressaltam a responsabilidade do companheiro ou marido como principal agressor em 53% dos casos (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2002). Estudos do Banco Mundial, referentes ao Brasil, demonstram que em 70% dos incidentes de violência registrados nas Delegacias Especializadas de Crimes contra

a Mulher, o agressor é o próprio marido ou companheiro (A VIOLÊNCIA...,1998). Dados do Rio de Janeiro, referenciados por Angulo-Tuesta (1997), demonstram que a maioria dos agressores (73,8%), é o marido ou companheiro e 3,8% são ex-maridos ou companheiros, o que totaliza 77,6%. A partir desses dados, a autora afirma: “o lar, na maioria dos casos, constitui-se em local de risco para as mulheres” (ANGULO-TUESTA, 1997, p. 20).

TABELA 12 - Distribuição das mulheres abrigadas na Casa de Apoio Viva Maria, segundo local de moradia, setembro de 1992 a dezembro de 2002.

Local de moradia/origem	n	%
Lomba do Pinheiro	40	7,9%
Restinga	40	7,9%
Sarandi	35	6,9%
Partenon	34	6,8%
Rubem Berta	31	6,1%
Santa Teresa	25	5%
Bom Jesus	21	4,2%
Glória	20	4%
Morro Santana	17	3,4%
Cristal	15	3%
Agronomia	13	2,6%
Navegantes	11	2,2%
Vila Jardim	10	2%
Passo das Pedras	09	1,8%
Cavanhada	09	1,8%
Vila Nova	08	1,6%
Ilhas (Pintada, Pavão, Marinheiros)	08	1,6%
Belém Novo	07	1,4%
Floresta	07	1,4%
Medianeira	07	1,4%
Nonoai	07	1,4%
São Sebastião	07	1,4%
Centro	06	1,2%
Santana	06	1,2%
Cidade Baixa	05	1%
Menino Deus	05	1%
Vila Santa Rosa	05	1%
Outros bairros de Porto Alegre	45	9%
Outras Cidades do RS*	42	8,4%
Outros Estados (Cuiabá, Paraná e São Paulo)	4	0,8%
Ignorado	3	0,6%
Total	502	100%

Fonte: Dados primários coletados pela pesquisadora, Casa de Apoio Viva Maria. Dagord A., Porto Alegre, 2003.

* Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Caxias do Sul, Gravataí, Guaíba, Pelotas, São Leopoldo, Sapucaia do Sul e Viamão.

A Casa de Apoio Viva Maria é uma Unidade Especializada da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, inaugurada conforme Lei Municipal, que estabelece o atendimento a mulheres domiciliadas em Porto Alegre. No entanto, nesses dez anos de funcionamento, devido à gravidade e emergência de algumas situações, ou por desconhecimento do real endereço, atendem-se algumas mulheres da região metropolitana, a qual ainda não conta com nenhum serviço dessa especificidade. Algumas mulheres de outros estados também ficaram abrigadas na Casa de Apoio Viva Maria pela gravidade da situação e por solicitação dos serviços especializados da cidade de origem, que indicaram a troca de estado como medida de proteção. Esse fato mostra o estabelecimento de uma rede, mesmo que ainda iniciante, de atendimento às mulheres em situação de violência para além das fronteiras dos municípios e estados.

A tabela 12 mostra as regiões da cidade de Porto Alegre de onde são originárias as mulheres que permaneceram abrigadas. O maior número, advém de dois bairros, Restinga e Lomba do Pinheiro, com 40 mulheres de cada localidade. Ao visualizar-se a tabela pode-se constatar que as mulheres abrigadas nesse período provêm, em sua maioria, de regiões da cidade menos favorecidas econômica e socialmente. Mesmo em relação às oriundas de bairros como Centro e Floresta pode-se fazer as mesmas afirmações, pois são regiões mistas que apresentam indivíduos vivendo em boas condições e outros vivendo em precárias condições, com relativa proximidade geográfica.

Em um esforço de síntese, os dados apresentados até aqui delineiam o perfil das mulheres abrigadas na Casa de Apoio Viva Maria em seus dez anos de atividades. O perfil das mulheres atendidas evidencia o seu alto grau de vulnerabilidade social, se confrontado com as definições de Lert (1996), variantes

que vão definir uma situação de risco que justifica a necessidade de abrigo. Essa autora agrega sentido ao conceito de vulnerabilidade definida a partir de noções epidemiológicas e das ciências sociais. Nesse sentido a vulnerabilidade individual vai além do risco, constituindo-se a partir de uma situação complexa que expressa a sucessão de estados e de mudanças a que estão submetidas essas mulheres. Assim compreendida a “situação de risco”, é um conjunto de vulnerabilidades que constituem, sob o ponto de vista da saúde pública, os fatos sociais e as relações sociais predisponentes a violência. Nessa situação a vulnerabilidade expressa-se nas dificuldades destas mulheres dentro e fora da casa-abrigo “em lidar com o individual e o coletivo”, “de romperem com o ciclo da violência” (o que as faz permanecer neste ciclo), com as “tensões nas relações de poder entre homem e mulher”, expressa na violência relacional e “na violência como única forma de comunicação” entre os sexos. A situação de estarem em um “aquário” (que possibilita compreender situações para construir novas), as “negociações de conflitos”, a “convivência sem privacidade”, etc. A noção de vulnerabilidade assim definida, possibilita sair de uma visão simplista e mecanicista da violência, possibilitando melhor conhecer e compreender as necessidades para um processo de mudança: “uma nova mulher”.

São mulheres, em sua maioria, na faixa etária entre 20 e 39 anos (80,6%), a maioria tem 2 filhos (75,5%), são solteiras, e o agressor é o companheiro, marido, ex-companheiro, ex-marido em 93,4% das situações. O grau de escolaridade é baixo, e 69,1% delas têm apenas o primeiro grau incompleto. Em relação à profissão/ocupação, 50,8% delas trabalham em serviços de higienização e cozinha, o que é compatível com a baixa escolaridade e, em consequência, com menores rendimentos. Chegam até a Casa de Apoio Viva Maria encaminhadas, em maior

proporção, pelos Conselhos Tutelares (32,5%), e em 30,1% pela Delegacia da Mulher. São provenientes de bairros periféricos do município de Porto Alegre, das regiões menos favorecidas, enfim, locais de precária inserção social. Em relação à permanência na situação de violência, em 31,1% das situações levantadas elas permaneceram de cinco a dez anos, indicando a cronificação da violência, com repercussões no desenvolvimento pessoal, na saúde física e mental e, principalmente, na auto-estima. As queixas em sua grande maioria são de agressão e ameaça (70,9%).

Essa caracterização evidencia a magnitude do problema a ser enfrentado. As dificuldades encontradas pela equipe de trabalhadoras da casa-abrigo ao atender essas mulheres, do ponto de vista da abordagem sobre as vivências de violência e o desafio de ressignificar a própria vida, é um constante desafio. A tentativa de reinserção social não é tarefa fácil frente a todos os obstáculos, tanto pelo grau de fragilidade das mulheres atendidas, quanto pelo despreparo da sociedade em geral, na proposição de alternativas a essas mulheres.

6 A CASA DE APOIO VIVA MARIA: vivências individuais e coletivas

6.1 COMEÇAR ... razões e reações

Em 28 de setembro de 1992 foi inaugurada a Casa de Apoio Viva Maria, sob a gerência da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre. Através dos depoimentos das trabalhadoras, construiu-se o processo do início das atividades dessa casa.

Conforme se observa nos de documentos e relatos, foi um serviço novo, sem modelos, um desafio e uma responsabilidade para as primeiras trabalhadoras que foram atuar na casa.

O trabalho em uma casa-abrigo é reconhecidamente complexo, e o problema das mulheres maltratadas tem um forte e intenso componente emocional. A questão da violência doméstica está diretamente ligada a temas essenciais à vida: o amor, o casal, os filhos, a identidade de gênero entre outros.

Nesse sentido, o que diz Ruffa (1990, p. 62) sustenta os sentimentos que afloram ao trabalhar com essa questão:

A situação que a equipe freqüentemente tem que enfrentar é com as situações limite, seja pela gravidade das agressões, seja pela cronificação das mesmas, seja pela situação indefesa, subjetiva e objetiva da mulher. Muitas vezes pode se experimentar a sensação de estar ante problemas sem saída.

Ao abordar a questão da equipe de trabalho, a autora afirma que, inicialmente, as casas-abrigo não tinham definição quanto à equipe de trabalhadoras, prevalecia à adesão ideológica, o voluntariado militante em torno de

um objetivo de luta e de denúncia, sobre qualquer outra preocupação acerca dos conhecimentos técnicos e das capacidades de realizar o trabalho. Sustentava-se que qualquer mulher conscientizada sobre o tema podia trabalhar na casa-abrigo.

Contrariamente, na implantação da Casa de Apoio Viva Maria havia uma preocupação em iniciar as atividades com uma equipe de trabalho com enfoque técnico, mesmo que reduzida, mas profissionalizada. A equipe inicial contava com uma coordenadora, uma assistente social, uma psicóloga, duas assistentes administrativas, duas cozinheiras e uma auxiliar de serviços gerais, além dos guardas municipais.

Entende-se, aqui, equipe de trabalho como “um grupo ou conjunto de pessoas com habilidades complementares, comprometidas umas com as outras pela missão comum e um plano de trabalho bem definido” (PIANCASTELLI, 2003, p. 47).

Nesse sentido, nos depoimentos observa-se que a equipe inicial, com poucas trabalhadoras, estava começando sua atividade com receio do desconhecido, enfrentando a hostilidade da comunidade local, com precários recursos de infraestrutura e sem muitos conhecimentos sobre a extensão do problema da violência. Apesar de tudo isso evidenciava-se entusiasmo e alegria. Estavam convictas da importância do trabalho que começavam a desenvolver. Essa situação de incerteza pode ser identificada nos trechos dos depoimentos a seguir:

Pela novidade e todo o desafio que representava (...) um trabalho que era novo, era vanguarda na época, não existia no RS outra casa-abrigo, a gente só sabia de São Paulo e nem chegamos a conhecer, só sabíamos notícias (técnica 2).

Avaliar o risco e começar a entender melhor a questão da violência foi o mais difícil do início (técnica 2).

Os depoimentos das primeiras trabalhadoras espelham os temores do desconhecido e a precariedade inicial. As falas que seguem constituem a história

viva da Casa de Apoio Viva Maria a partir das suas protagonistas, trabalhadoras e moradoras.

Quando eu cheguei aqui estava em reformas e eu fiquei para receber o material, os móveis, pegar os recados, os telefonemas, e depois quando foi inaugurada dia 16 de setembro e dia 17 chegou a primeira moradora, ainda não tínhamos cama nem gás. Ela passava o dia aqui e de noite quando eu ia para casa de ônibus eu levava ela para o albergue Bom Jesus. O guarda fez uma espiriteira para fazermos o almoço para ela. As técnicas ficavam lá na Secretaria, ficavam fazendo o atendimento para as mulheres lá. Eu é que quis vir logo para cá. No início era eu e o guarda. As coisas, o material foram chegando aos poucos, tinham os pedreiros que ainda estavam trabalhando. Na cozinha tínhamos apenas um fogão, um armário para guardar as coisas. No dia 28 de setembro veio todo o resto da equipe que estava lá na Secretaria para cá. Aí já tinham chegado as camas, os armários, os colchões. Até final de novembro fiquei só eu na cozinha, no início não sabia como fazer a comida para todos, eu não tinha prática. Depois em outubro já chegaram mais mulheres com 4, 6 filhos. Elas me ajudavam na cozinha, a gente fazia uma troca eu ensinava o que eu sabia e elas me ensinavam o que eu não sabia e a gente trabalhava assim, e aqui da equipe elas tinham o atendimento. Na época era meio apertado para fazer o serviço, não tínhamos a facilidade que temos hoje. Agora não tem mais falta de nada, no começo faltavam as coisas, mas era divertido (funcionária 2).

O primeiro momento dentro da casa quando iniciaram os atendimentos foi um caos, por uma questão estrutural, nós começamos a funcionar e a casa não estava ainda com todo o funcionamento adequado e em condições, nós ficamos umas duas semanas com uma primeira moradora que tomava banho no albergue Bom Jesus, porque não tinha chuveiro, foi muito complicado. O próprio fato de que a casa foi reformada sempre foi um empecilho, um obstáculo porque na verdade nós fizemos uma adaptação a grosso modo. Nós começamos com um fogão de quatro bocas e dali a pouco tínhamos dez albergadas e a cozinheira cozinhava para dez albergadas num fogão de quatro bocas, então foi um período muito difícil o início (técnica 1).

À medida que o trabalho da casa-abrigo foi se consolidando foram se agregando à equipe inicial outros profissionais, até se chegar à equipe atual. Desde 1995 a equipe conta com o mesmo número de trabalhadoras.

Quem entra no barco?

Os depoimentos das trabalhadoras evidenciam o sentimento de responsabilidade na avaliação do risco, a preocupação com uma correta decisão de quem deveria entrar na casa-abrigo. A preocupação justifica-se pelo limite de vagas que, desde o início, é de, no máximo, onze famílias. Identifica-se o esforço de toda a equipe para entender melhor a complexidade da problemática da violência contra a mulher e, ao mesmo tempo, vê-se a afinidade de todos com essa situação, apesar de perturbadora e geradora de sofrimento também na equipe. No início da atuação da Casa de Apoio Viva Maria não havia critérios precisos para avaliar em que situação as mulheres deveriam ingressar. Após o primeiro ano de trabalho e de reflexões acerca das situações atendidas, foram se delineando critérios para a triagem, denominação utilizada para a primeira entrevista de avaliação que é feita com a mulher em situação de violência. As falas das trabalhadoras revelam os sentimentos gerados: definir quem entra no barco era uma expressão que a gente usava desde o início” (técnica 3).

Era responsabilidade de também salvar vidas, pois no momento que fazíamos uma triagem a gente tava definindo se essa pessoa iria entrar para o abrigo ou se ela não ia e não entrar para a casa significava um risco, representava um risco muito difícil de se medir e isso me deixava um pouco ansiosa e preocupada. Eu acho que isso foi o mais marcante, o início, os primeiros meses até engrenar melhor, até a gente ter mais clareza de como avaliar uma situação de risco. Avaliar o risco e começar a entender melhor a questão da violência foi o mais difícil do início. A dificuldade que eu tive como profissional foi de me adaptar a esse universo que envolve a questão da violência, me apropriar melhor desse tema, porque a violência é um tema perturbador que causa muito sofrimento, quem atende não tem como não se afetar com isso, sofrer um pouco com isso (técnica 2).

No início tinha bem a questão de abrigo, toca a sirene vem todo o mundo correndo, era bem essa idéia de tocou a sirene corram para cá, então as portas tinham que estar abertas. As portas de um abrigo só se fecham quando lotam, quando não cabem mais, então a gente não tinha critérios, a gente foi se dando conta que não tinha critérios. É claro, era um fenômeno novo para todas nós com o qual a gente lidava com paixão, com fervor, com uma visão extremamente assistencialista que se tinha encharcadas daquela coisa de vítima, todas eram coitadas, um batalhão de coitadas. Criou-se aquela metáfora que estávamos todas num barco em alto mar e estávamos com muita gente dentro e tínhamos que saber quem a gente levava ou quem a gente colocava na água, era uma coisa deprimente o sofrimento, não tínhamos esse critério, essa visão criteriosa que a gente tem hoje (técnica 3).

Evidenciam-se, nos depoimentos, os equívocos iniciais quanto à intensidade da paixão na dedicação aos casos, a falta de critérios para o ingresso na casa-abrigo e o sofrimento nos atendimentos e ao longo do desenvolvimento do trabalho, o quanto a equipe de trabalhadoras foi aprimorando a metodologia do programa de atendimento e definindo os critérios. Também é evidente o orgulho que sentem pelo trabalho, de poderem participar de modo ativo dos esforços para enfrentar a violência, o sentimento de gratificação por estarem atuando nesse tipo serviço e a convicção da importância do mesmo.

“Era uma causa!”

No início das atividades da Casa de Apoio Viva Maria, devido as situações atendidas, que envolvem sentimentos muito intensos, a equipe agiu com “muita paixão” e, à medida da evolução do trabalho, encontraram o sentido do mesmo. As seqüências das falas nas entrevistas mostram essas dimensões do trabalho:

No início a gente se sentia o máximo, era uma coisa nova um projeto pioneiro. Acho que todas nós tínhamos essa coisa, essa semente na gente, porque motivo fosse, estivesse aliado ao que na nossa história pessoal, estávamos bem ligadas nessa questão (técnica 3).

O caso chegava e era uma dedicação exclusiva nossa, uma coisa que hoje a gente vê completamente atabalhoada, mais movida pela paixão do que por qualquer outro critério, embora a gente já estivesse começando a estruturar alguns critérios, era uma postura dos profissionais, a gente sempre foi muito cuidadosa, mas era um afã, uma loucura, uma paixão, era muito mais que um trabalho, era uma causa (técnica 3).

Acho que foi importante na implantação da casa, que todos os profissionais que se propuseram a trabalhar na casa tinham uma afinidade com esse tema, desde a cozinheira, as auxiliares de serviços gerais, a assistente administrativa, a psicóloga, a assistente social, todas foram para lá porque queriam trabalhar com essa questão e também de todo o trabalho de capacitação que foi feito e que continua com os funcionários, que tinham dificuldade com esse tema. Além da relação profissional tinha uma relação de afeto, acho que é importante para escutar essas mulheres, contê-las 'dar um holding' para elas porque a violência está dentro delas, elas sofrem a violência e a gente percebia que a violência está dentro delas, elas sofrem a violência e a gente percebia que elas reproduziam a violência dentro da casa com seus filhos, com a própria equipe, com elas mesmas (funcionária 1).

No início eu fiquei muito chocada, eu até chorava quando via, nunca imaginei que viessem tão quebradas, tão violentadas e nem de estupro, tentava não olhar, eu tinha até vergonha de olhar aí depois fui participando das reuniões, foram explicando que a gente não pode ser assim e aí eu comecei a me acostumar (funcionária 2).

Nas falas das trabalhadoras aparece o sentimento de dedicação “exclusiva” nos atendimentos, o “choque” devido a gravidade das situações de violência. No entanto, ao passar o momento inicial, “puseram-se em campo”, debruçaram-se na descoberta do que significava a violência de gênero, e quais suas conseqüências para as mulheres e principalmente descobriram o aparato social e a importância de uma casa-abrigo.

As crianças

Durante o processo de implantação da Casa de Apoio Viva Maria, a comissão constituída, juntamente com a equipe de trabalhadoras iniciais, estava ciente de que essa casa abrigaria mulheres e crianças, tanto que foram comprados berços e diversos equipamentos prevendo a especificidade da clientela infantil. Ao iniciarem os atendimentos, a situação mostrou-se diferente do planejado, como pode ser constatado através das falas das trabalhadoras e do documento de justificativa para a criação do programa específico para a clientela de crianças e adolescentes. As crianças tornaram-se e são ainda hoje numericamente, a maior clientela da casa-abrigo.

O projeto inicial da Casa de Apoio Viva Maria voltava-se principalmente às questões relativas ao atendimento às mulheres. A prática mostrou que se, por um lado, a missão da casa é, de fato, o atendimento às mulheres, necessariamente abrigávamos também uma clientela infantil, bem mais numerosa e até então pouco contemplada em nossa proposta. A partir deste processo de avaliação, foi se intensificando o atendimento à clientela infantil e de adolescentes, com a certeza de que as mesmas também sofrem com a violência, passiva ou ativamente. Trabalhar sua trajetória neste processo em que se tenta romper o ciclo da violência na vida das mulheres/mães e conseqüentemente de seus filhos é fundamental. A constituição de uma equipe voltada ao atendimento das crianças foi se consolidando a partir dos atendimentos dos casos, o que nos permitiu melhor visualizar a complexa rede de relações que gera a situação de violência, em que o marido, a mulher e também os filhos têm papel ativo, e nem sempre a postura da mãe é de proteção à criança.

Possibilitar um espaço diferenciado na casa que se mova a partir da ótica da criança tornou-se fundamental. Uma das primeiras tarefas da equipe de atendimento às crianças foi justamente o de melhor definir o que seria este trabalho. Durante o primeiro período, nosso trabalho caracterizou-se como maternagem das crianças; o trabalho da equipe assemelhava-se ao de monitores e/ou babás. O projeto terapêutico voltava-se para as mulheres abrigadas, e à equipe das crianças cabia manter estas ocupadas, a fim de permitir o desenvolvimento do projeto da casa. A definição de objetivos e

atividades a serem desenvolvidas com as crianças e a constituição da equipe foi se estabelecendo a partir de um processo de discussão bastante intenso (PORTO ALEGRE, 1997, f. 1).

Constata-se que a convivência na casa-abrigo proporciona às crianças, através da convivência com outras famílias com histórias parecidas de abandono e violência, e com a equipe de trabalhadoras, mediante interações e atendimentos, uma aprendizagem e trocas afetivas muito intensas.

As crianças chegam à casa-abrigo acompanhando suas mães. Muitas vezes não participaram da decisão e nem compreendem adequadamente o que está ocorrendo, porque são muito pequenas, porque a situação foi emergencial ou ainda porque a mãe não conversou com elas. Podem não ter sido o alvo da violência do pai, mas o fato de presenciarem, de maneira reiterada, as cenas de agressão, constitui uma experiência traumática que, em geral, deixa marcas. É provável que estas crianças tenham internalizado os padrões violentos do seu lar, a violência como forma de comunicação e resolução dos conflitos.

Por tudo isso e pela mudança brusca de seu cotidiano, as crianças na casa-abrigo mostram-se inquietas, preocupadas, confusas, sem saber bem o que está acontecendo e com dificuldades de adaptação ao cotidiano, às novas rotinas de vida.

Tornou-se necessário a existência de um programa específico para as crianças, com profissionais qualificados, com enfoque na recuperação da auto-estima, da confiança, desenvolvimento da iniciativa, responsabilidade e solidariedade, com respeito às diferenças e com o objetivo de internalização de padrões não-violentos na resolução de tensões e conflitos.

A equipe de trabalhadoras das casas-abrigo necessita desenvolver um olhar especial em relação às crianças, com sensibilidade e atenção às especificidades

delas, com capacidade de gerar um marco afetivo para que estas crianças se sintam compreendidas e estimuladas.

Com essa compreensão e mesmo com um programa e uma equipe de trabalho específica para o atendimento às crianças, a mãe é integralmente responsável pelo cuidado dos seus filhos na casa-abrigo.

Soares, nas suas recomendações sobre o programa de atendimento nos abrigos, ao abordar a clientela infantil ressalta:

Nos abrigos, as crianças devem, necessariamente, receber atendimento psicológico (elas sofrem direta e/ou indiretamente a violência experimentada pela mãe) e atenção especial no sentido de assegurar-lhes as atividades básicas (estudo, recreação, acompanhamento médico, etc...) (SOARES, [2000?], p. 75).

Castillo-Ruiz *et al.* (2001, p. 6) reforça: “no caso dos menores, trata-se de criar um espaço cujo fim não seja a sua adaptação à realidade do refúgio, mas a geração de processos de construção e reconstrução em um âmbito de liberdade e respeito”. A autora sugere algumas áreas para abordagens: jogos, desenhos, contos e dramatizações para elaborar suas angústias e sofrimentos.

Mesmo considerando fundamentais esses aspectos, as falas refletem os sentimentos das trabalhadoras no convívio com o sofrimento das crianças abrigadas.

O início para mim foi uma experiência que me deixava aflita pelos casos que a gente via que não estava acostumada a ver as pessoas sofrerem tanto, com muita violência, com crianças principalmente, que toca tanto ver as crianças sofrer, com o tempo a gente vai se acostumando, vai até criando uma resistência nos teus sentimentos, me emocionava muito com cada caso, me deprimia, em não poder ajudar a pessoa, hoje eu vejo que com o meu trabalho eu também posso ajudar. No início vinham casos que para nós era surpresa o tipo de violência, principalmente o abuso por parte dos pais. No início eram poucos funcionários, a gente se ajudava muito, a gente dava o melhor de si. Todo o mundo se dedicava, a gente se apegava muito às crianças, como hoje, a gente se envolve emocionalmente com elas (funcionária 3).

Também fica evidente pelos depoimentos a importância do programa específico de atendimento às crianças abrigadas.

No começo não estava previsto o atendimento de tantas crianças e adolescentes como é a proporção que vem de cada mulher três filhos. Foi difícil até conseguir lidar melhor com isso porque as crianças, é uma demanda muito maior do que das mulheres, eram crianças que estavam muito soltas na casa e quando a gente ia fazer um grupo e era uma loucura. Não sei como conseguíamos fazer alguma coisa, porque as crianças ficavam junto, não tinham um programa específico para elas, foi uma coisa que de certa forma atrapalhou o trabalho no início. A gente foi se dando conta que precisava ter um programa específico para o atendimento às crianças. Depois que esse programa foi montado e foi evoluindo ficou bem mais tranquilo fazer os grupos. Eles mesmos têm uma orientação mais direcionada, poder falar dos sentimentos em relação a estar nessa casa, assembleias que eu acho muito legal que eles conseguem perceber os problemas que acontecem, discutir sobre isso, ver também outras formas de se fazer diferente. Tudo isso é muito importante porque toda a família é afetada pela violência, desde o bebê até todos os integrantes da família, de forma bem particular, e acho que isso é trabalhar com prevenção. Essas crianças, trabalhadas desde cedo, tem muito mais chances de não repetirem o que elas viveram e por isso acho que essa atenção é superimportante que não estava previsto e todo o trabalho que começa é na prática que vai vendo o que precisa. Acho que temos uma capacidade boa de ir se dando conta e percebendo que é fundamental. Uma das coisas fundamentais de serem trabalhadas em uma casa-abrigo, não só a questão da mulher, mas na mesma proporção de importância o atendimento dos filhos (técnica 2).

As crianças mudam cem por cento, tem uns que chegam aqui com uma auto-estima muito baixa, as mulheres também, mas nas crianças a gente percebe mais rápido as mudanças. Tem uns que chegam aqui que não conseguem olhar para a gente quando a gente fala com eles, depois de uma semana já conseguem te olhar, depois falar. Eles aprendem novos valores, aqui que tem que respeitar e aprendem muito rápido, eles são acostumados com a lei do mais forte e aqui eles aprendem que tem que respeitar e eles aprendem muito rápido a lição (funcionária 4).

As maiores vítimas são as crianças,(...) a gente vê isso aqui dentro criança que chora, que se revolta, que não quer comer, que não quer ir com ninguém, que demora a se adaptar, porque eles não estão sabendo porque a mãe está aqui, o que foi que aconteceu, porque o pai ficou longe, porque a casa é outra, porque as pessoas são outras, eles não esquecem nunca mais. Eu acho muito importante oferecer segurança para as mulheres e para as crianças e eu acho que a casa deveria ser mais para as crianças, vale a pena apostar nas crianças (funcionária 5).

Nas falas das ex-moradoras também é ressaltada a importância de um programa específico de atendimento às crianças e o quanto isso lhes dá conforto e alívio:

A gente pode trazer os filhos, eles trazem a cabeça das crianças para outro mundo, porque a criança sabe, a criança sente a briga dos pais, então aqui tem o grupinho, outras brincadeiras que fazem a criança ser criança, não conviver naquele mundo que não era para eles (ex-moradora 1).

O pessoal dos grupinhos das crianças levam os trabalhos e ficam pensando em como vão fazer para desenvolver as crianças. É uma coisa feita de coração mesmo, ninguém faz por fazer (ex-moradora 2).

Os grupinhos das crianças é fundamental, as crianças sempre lembram disso, o cuidado com as crianças, as rotinas, os horários para as crianças dormir, para descansar, tudo é bom (ex-moradora 3).

O trabalho

No depoimento das trabalhadoras é evidente o despreparo com que iniciaram o trabalho proposto, mas também é ressaltado o entusiasmo e a paixão com que todos se dedicaram em tornar realidade o projeto, apesar do desconhecimento dos desdobramentos, da complexidade do cotidiano de uma casa-abrigo e de todas as dificuldades encontradas.

Quando eu cheguei aqui era um trabalho novo, eu me entusiasmei por esse trabalho, que seria algo novo, diferente, porque era trabalhar com mulher, provavelmente porque eu me identifiquei com a questão da mulher, por uma questão pessoal minha, de vivência minha, da minha vida privada, eu me identifiquei bastante. Enfim me entusiasmei muito com a proposta daqui, comecei do zero, aprendendo tudo sobre gênero, sobre abrigo, eu nunca tinha trabalhado num abrigo, foi um trabalho novo, me senti muito bem, gostei muito (técnica 4).

É um trabalho muito bom que me deixa até orgulhosa, tenho orgulho de tudo o que eu aprendi, de todos os cursos que eu fiz para entender como atender melhor as mulheres, para mim é como uma vitória, foi um desafio que eu consegui superar e hoje eu me sinto uma profissional (funcionária 2).

É um trabalho difícil, tem que gostar, porque a situação delas é difícil, às vezes a gente se depara com problemas que só tinha ouvido falar, e aí não podemos deixar que o que se pensa possa interferir na relação. O que eu penso é coisa minha, eu não posso julgar ela, aqui é um grande aprendizado, a gente aprende a ser tolerante, procurar ver o outro lado, procurar entender. Penso que se fosse comigo, como eu gostaria que fizessem (funcionária 4).

O nosso trabalho deu certo porque a gente não tinha receita, a gente começou e depois o nome foi dado, porque se a gente tivesse montado uma equipe dizendo que vamos ser uma equipe interdisciplinar, vamos trabalhar de forma interdisciplinar a gente não conseguiria. A gente conseguiu porque fez o sentido inverso, a gente não tinha receita a gente começou e depois o nome foi dado. Normalmente os nomes são dados já de saída e depois a gente é obrigada a rezar aquela cartilha. A nossa história é única porque não teve receita, a gente não sabia o que estava fazendo e estávamos fazendo, é uma coisa incrível isso, nome é uma coisa importante e a gente não teve e ficou desobrigada do nome a gente não tinha nada, não tinha referência nenhuma. A gente tinha alguns textos da Helleieth Saffioti só, e a gente começou a fazer tasteando no escuro, mas a coisa foi crescendo, foi gerando a necessidade de outras escutas de outros profissionais, mas mesmo assim fomos fazendo sem buscar modelos mesmo. Eu não sei se essa coisa da paixão, do calor também não tem muito da questão do tema mesmo. O tema suscita compaixão porque de repente não é que todas as pessoas aqui são maravilhosas apaixonadas, mas a gente quando juntas cria uma coisa, entra nessa rede nossa. A gente não deixa a norma esfriar, a gente é muito, humana, calorosa, generosa e tem compaixão com a realidade com que a gente trabalha, ninguém trata mal uma mulher aqui (técnica 3).

Ao referir-se como um trabalho sem receita, significa que a Casa de Apoio Viva Maria foi um trabalho que não foi construído a partir de um modelo de referência. Simplesmente, a comissão e a equipe de trabalhadoras iniciais sabiam que um dos mecanismos para auxiliar no rompimento da situação de violência, além dos atendimentos e denúncias na Delegacia para a Mulher, seria a casa-abrigo. Imaginavam que a simples proteção seria a solução para a situação de violência vivida pelas mulheres. Dessa forma, puderam experienciar os atendimentos sem

necessitar seguir protocolos. Através da experiência vivida nos atendimentos às mulheres, nos erros e acertos, foram delineando o programa de atendimento aqui apresentado.

Eu acho que essa coisa de poder participar, colaborar nessa mudança nessa reforma pessoal que acontece com a maioria das mulheres, de poderem vislumbrar horizontes diferentes, novas chances, novas oportunidades, tomarem suas vidas em suas mãos e viverem elas, eu acho que isso é uma coisa muito boa. Para mim é muito gratificante esse poder fazer alguma coisa por alguém seja na área em que for feita. Colaborar na promoção dessa mudança delas (funcionária 6).

As trabalhadoras também ressaltam a importância de poderem estudar e mergulhar no tema da violência, compreenderem a mulher que atendem, entenderem que o processo de rompimento dessa situação é lento e gradual e, principalmente, visualizar que é possível propor alternativas à situação de violência.

Eu vejo até mais aspectos positivos, eu acho que ter essa possibilidade ter essa experiência não só as mulheres e seus filhos mas como os profissionais também ter essa experiência de entender melhor, de poder mergulhar nesse universo da violência é uma coisa muito rica também, apesar de triste e sofrida, é muito rico também o conhecimento, as possibilidades de mudança as condições que são oferecidas, eu acho que a gente faz um trabalho realmente muito importante que dá condições para a pessoa realmente se ela optar por viver separado desse companheiro, não depender mais desse companheiro. O valor do trabalho está principalmente na compreensão da violência e que existem coisas que podem ser feitas. Muitas vem com a idéia de que tudo já foi feito e que não existe mais nada a ser feito e vão se percebendo que não, elas vão percebendo que elas tem condições de fazer diferente de não repetir a mesma coisa com outros companheiros (técnica 5).

6. 2 UM PROGRAMA PARA ALÉM DA CRISE

Todo e qualquer serviço ou instituição tem seu programa de atendimento, e as casas-abrigo não são exceção, mesmo com as características peculiares, tanto do

processo de trabalho que é desenvolvido com as usuárias. As casas-abrigo recebem mulheres e seus filhos num momento de crise, com medo, fragilizados, e que saíram da sua própria casa, da sua comunidade, rompendo com a sua rotina. É um momento muito especial. Esse tipo de serviço se outorga a função de motivar para um projeto de vida novo, “ressignificando” a vida dessas pessoas. Qual programa pode dar conta disso tem sido uma interrogação constante nesses dez anos de funcionamento.

No início, Ruffa (1990, p. 41), a partir de sua experiência e reflexões, forneceu subsídios para a implantação da proposta da Casa de Apoio Viva Maria.

Todas as casas-abrigo sustentam um objetivo principal de esclarecimento, apoio e estímulo. É necessário sustentar princípios básicos como a atitude da equipe no atendimento às residentes: capacidade de escutar, empatia, compreensão, confiança, esclarecimento, apoio, estímulo, e respeito pelas diferenças. Também devem ser aproveitados todos os momentos e situações para refletir, revisar e promover a interiorização de novos valores acerca do casal, da família, da maternidade, o papel da mulher fora do lar, assim como da internalização de pautas não violentas de relacionamento e de resoluções de tensões. Os objetivos principais das intervenções na Casa-abrigo são: estimular o desenvolvimento da autonomia, responsabilidade, solidariedade e motivação para um projeto de vida baseado nos próprios desejos e necessidades (RUFFA, 1990, p. 41).

A inspiração avançou e agregou idéias ao longo desses anos que foram sendo confrontadas com o cotidiano e com as vivências das equipes. A busca do programa “ideal” orienta-se por caminhos múltiplos e pode-se citar as idéias de Soares (1999), ao preconizar como devem funcionar os abrigos para mulheres em situação de violência doméstica:

Mais do que simplesmente ocultar essas mulheres, o abrigo pode, então, oferecer atendimento terapêutico, grupos de auto-ajuda, aconselhamento jurídico, acompanhamento para audiências e apoio para o desenvolvimento profissional (SOARES, 1999, p. 97).

Esses princípios de atenção estão presentes no conteúdo das idéias expressas nas entrevistas de usuárias e trabalhadoras, nas quais se identifica a preocupação com a proteção, mas principalmente com a reflexão para a transformação. Diz uma delas:

Basicamente a nossa função é abrigar, é proteger vítimas de violência doméstica e, em segundo lugar eu penso que além da proteção é criar um espaço de tempo para refletir, abrigar, proteger, se questionar, usar esse tempo, arregaçar as mangas e fazer alguma coisa no sentido de transformar esse momento da sua vida, essa fatia da sua vida. O trabalho todo é voltado para isso, para as mulheres e para as crianças, proteção, resguardo e reflexão, condições adequadas para que essa mulher consiga imprimir outro rumo na sua vida nesse momento, refletir o que é melhor para ela (técnica 3).

A transformação implica preocupação com a própria imagem e a permanência na casa-abrigo, a participação nas atividades cotidianas de atendimento, a convivência com as trabalhadoras e com as outras moradoras possibilita, às mulheres, perspectivas de mudança:

É raro uma mulher que, na segunda semana, não tenha operado uma mudança física, o cabelo, um batom, a roupa, a vaidade reflete um cuidado interno, um olhar mais cuidadoso interno que ela está dando a ela mesma. Reflete, é um espelho mesmo, vem uma força, senão elas estariam na cama deprimidas. Eu acho isso também porque esse programa ele é todo bem articulado, ele tem uma engrenagem, uma concatenação, não são atividades estanques sem ligação, tudo está fundamentado num ideário, num conjunto de idéias, de convicções da gente, a oficina tem um porquê (técnica 3).

Soares (1999, p. 101) reforça: “O abrigo idealmente deve funcionar como o espaço (...) onde o sofrimento e a dor se convertam em ação positiva e o fortalecimento pessoal e a autonomização tomam o lugar da passividade e da dependência”.

Um lugar para proteção

Essas reflexões iniciais foram o sustentáculo da adoção de algumas noções básicas. Nesse sentido, pensou-se que a função primeira de uma casa-abrigo era proteger e, quando a Casa de Apoio Viva Maria foi criada, a proteção tinha um grande destaque. Nessa perspectiva, a situação da mulher, ao ter que sair da sua casa, da sua rotina, é reconhecida como fator de desgaste para a mesma. Acredita-se que, somente protegida, esta mulher poderá ter tranquilidade para pensar e refletir sobre esse momento da sua vida. No entanto, é preciso salientar que o trabalho de uma casa-abrigo não se esgota na proteção, mas inicia com ela.

Autores, entre os quais Ruffa (1990, p.38), auxiliam na compreensão dessa função muito mais complexa do que a simples “proteção”, quando afirmam que “a decisão da mulher de recorrer a uma casa-abrigo, interrompendo o ritmo da vida cotidiana, saindo da sua casa, retirando as crianças da escola e do seu ambiente é sempre uma decisão difícil, complexa e angustiante para a mulher”.

Os depoimentos das ex-moradoras, quando perguntadas sobre os sentimentos na chegada na Casa de Apoio Viva Maria, deixam evidente o medo do desconhecido, o sentimento de perda, a dificuldade em sair da sua casa, de deixar tudo para trás. O sentimento de culpabilização e punição, de ter que ficar escondida como uma “criminosa”, ter que compulsoriamente ir para um lugar diferente, desconhecido, tendo que compartilhar este lugar com outras mulheres, totalmente estranhas, são referências freqüentes nas suas falas. A impotência frente a possibilidade de nunca mais poder ter seu espaço, de não conseguir mais sair da

casa-abrigo, são temores quanto ao futuro. Paralelamente, aparecem também os sentimentos de segurança, proteção, um lugar para falar, quando se referem à casa.

Os trechos das entrevistas corporificam esses sentimentos:

Ao chegar na casa senti desespero, angustia, medo, medo de ficar aqui também. A gente chega aqui fragilizada, a gente vem querendo carinho, um amparo, um diálogo, uma conversa (ex-moradora 4).

Ao mesmo tempo atestam a ambivalência quando se sentem em um “porto seguro”:

Ao chegar, tive uma ótima impressão, uma impressão acolhedora, me senti bem, me senti à vontade. Fui bem recebida por todos (ex-moradora 5).

Dar continuidade ao ciclo da violência era também uma possibilidade a ser enfrentada em um lugar desconhecido:

No começo, fiquei com medo de ter gente diferente de mim, pessoas estranhas, violentas, que viessem não com os mesmos casos que eu, depois eu fui conversar com elas e vi que quase todas têm a mesma história que a minha e aí fui me adaptando (ex-moradora 8).

O turbilhão de sentimentos velhos e novos torna difícil a decisão de ficar na casa, até constatar que se trata de um lugar para “descobrir a vida”:

Quando eu cheguei logo notei que era uma casa para abrigar mesmo, mas por mim eu não ficaria. No primeiro dia, na primeira semana foi muito difícil. Eu pensava porque eu tinha que ficar num lugar assim escondida se eu não tinha feito nada eu era vítima, não tinha porque eu ter a minha liberdade oprimida mas em questão da casa eu comecei a ver que não era uma prisão, não era um lugar para se esconder, mas era um lugar para ficar para descobrir a vida, é bem diferente. A primeira impressão foi o de ter de sair da minha casa, eu já estava separada, já tinha a minha rotina, já estava trabalhando, já tinha a minha vida, o meu filho na creche e de uma hora para outra desmoronou tudo, perdi tudo, me vi numa casa que não era a minha, me vi tendo que compartilhar com outras pessoas coisas que eu não estava acostumada, aprendi a conviver com outras histórias (ex-moradora 6).

Nos depoimentos das trabalhadoras, também se identifica a preocupação com a saída da mulher de sua casa e todas as decorrências desse fato.

O negativo é o afastamento da mulher e dos filhos de casa, a gente sabe que é difícil ter que se adaptar com outras famílias, com outras regras, com convívio coletivo, que tanto pode ser bom como para algumas pessoas um sofrimento. Muitas pessoas não se beneficiam do abrigo, a solução do afastamento do agressor da casa seria mais adequado. A mulher foi agredida, teve seus direitos violados e ela é punida com a saída da casa, esse aspecto é um aspecto a ser considerado, até que ponto é o melhor a mulher vir para o abrigo (técnica 2).

Essa reflexão vinculada ao sentimento de “punir a vítima” é uma questão real, compreendida, mas de difícil aceitação, pois traz consigo a questão da violação de direitos e, de certa forma, o sentimento da supremacia da “lei do mais forte” e a impotência individual e institucional no seu enfrentamento.

As falas das trabalhadoras e das mulheres abrigadas evidenciam as dificuldades no momento de chegada na casa-abrigo e o uso desse espaço de proteção para ressignificar suas vidas.

Nesse sentido, para além do atendimento da “crise”, a casa-abrigo também proporciona um ambiente acolhedor, que estimula a reflexão sobre a situação vivida, procurando recuperar a auto-estima e imprimir um outro rumo à vida dessas mulheres.

Essa compreensão ampliada do “para além da crise” pode ser vista em experiências como a de Ruffa que, já em 1990, fazia referência às características das casas-abrigo:

Tanto em sua dimensão real como simbólica, a casa-abrigo provê a mulher não só de um local seguro, mas também de um espaço psicológico, no qual ela pode reconhecer, expressar, dramatizar seu medo (muitas vezes reprimido até este momento) com suficientes garantias de proteção (RUFFA, 1990, p. 40).

A superação, nesses casos, constitui-se uma espécie de elemento motor para o além da crise. No entanto, essa possibilidade se constrói ao longo dos enfrentamentos nos meses em que estiveram abrigadas e da proteção oferecida.

A primeira impressão é de que eu não ia conseguir sair nunca do que eu estava vivendo, hoje consegui superar. Quando eu cheguei aqui me deparei com uma violência, pessoas machucadas, eu também bem debilitada, machucada, assustada, com bastante medo no início, hoje já não tenho mais isso, estou bem forte, eu achava que eu não ia conseguir que eu ia entrar aqui e não ia mais sair para a rua e não ia conseguir mais nada (ex-moradora 1).

Quando eu cheguei fiquei meio assim, um monte de mulher, com filhos, a minha impressão foi não vai ser legal de ficar aqui, um monte de gente. Eu imaginava quando vinha no carro que era uma casa grande, não assim, mas uma casa grande todo mundo num quarto só assim tipo um albergue, eu já fiquei em albergue. Eu disse não vai ser legal, ter normas para se acordar de madrugada para sair, para ir embora, mas daí eu cheguei fui conversando com as gurias, elas foram me explicando como é que era e eu fui me aliviando, assim, não acredito! (ex-moradora 3)

O mais positivo para as mulheres é saberem que têm um lugar que elas vão poder se abrigar, porque quando chegam na Casa de Apoio Viva Maria é porque não tem mais para onde correrem. No início da casa nós discutíamos essas mulheres são vítimas? Não, não podemos considerar vítimas porque acho que se considerarmos essas mulheres vítimas é porque nós vamos estar dizendo que elas não são capazes de construir a história delas. Não são vítimas, também tem que ser responsáveis por isso, tem que romper com isso. Mas num momento de extrema fragilidade elas tem para onde correr, onde respirar fundo, poder tomar paciência longe daquele poço onde elas estavam porque estavam num poço e tinha muita gente nesse poço, a avó, a mãe a tia, estava cheio de gente lá nesse poço (funcionária 1).

No depoimento das trabalhadoras é evidente a noção que todas tem da função da casa-abrigo como espaço de proteção e de reflexão para o rompimento com o ciclo da violência. Esse “ciclo da violência” é compreendido, conforme Walker⁶ (1979), *apud* Grossi (1994), e passa a ser constantemente referido na tentativa de compreendê-lo, tanto na perspectiva da permanência das mulheres na situação de violência, quanto permite pensar as possibilidades de ruptura.

Como forma de compreender essas condutas que dão sustentação ao plano de proteção e ajuda referido por ex-moradoras e trabalhadoras, convém fazer-se referência a essas idéias.

⁶ WALKER, Lenore. The battered woman. New York: Harper and Row. 1979.

O ciclo da violência descrito por Walker⁷ (1979), *apud* Grossi (1994), e adotado como referencial na casa, explica que a violência ocorre em situações cíclicas que podem ser referidas em três fases, que variam de intensidade e duração, conforme o casal. A autora explica que as mulheres não são agredidas o tempo todo e que entender e conhecer o ciclo da violência é fundamental para o rompimento e para a intervenção profissional. Essa idéia de ciclo tenta explicar como as mulheres permanecem na situação de violência, muitas vezes por diversos anos, e porque elas não tentam se separar do agressor.

Segundo a autora, o ciclo da violência apresenta três fases distintas. A primeira fase se caracteriza pela acumulação de tensão nas relações do casal. É um período de agressões psíquicas e pequenos golpes, no qual as mulheres negam a realidade da situação e os homens continuam exercendo as agressões certos da legitimidade da sua conduta. A tensão vai aumentando progressivamente até chegar ao ponto máximo, que é a segunda fase, caracterizada pelo descontrole e a inevitável agressão física. As mulheres são surpreendidas, a situação da agressão se desencadeia de maneira imprevista ante qualquer situação da vida cotidiana, por mais trivial que seja. A terceira fase é a do arrependimento e afeto do agressor e de aceitação da mulher que acredita no arrependimento. Nesta fase, a mulher tem uma imagem idealizada da relação. O agressor trata a mulher com carinho, pede perdão e promete que os episódios de violência não mais ocorrerão. Ele mesmo acredita que não agredirá mais a mulher. Logo em seguida, pouco a pouco, tudo recomeça e a primeira fase volta a ocorrer.

Segundo Soares (1999, p. 135), “quando se fala em violência contra a mulher não se pensa, portanto, em episódios discretos e isolados, mas em uma vitimização

⁷ WALKER, Lenore. *The battered woman*. New York: Harper and Row. 1979.

contínua e repetida (...) que parecem aumentar, com o tempo, em freqüência e intensidade”.

Pode-se considerar que as relações violentas de um casal estão vinculadas a um incremento da tensão nas relações de poder estabelecidas. A violência física emerge nos momentos em que a relação de dominação/subordinação que o homem supõe exercer sobre a mulher, necessita ser reconfirmada.

A fala das trabalhadoras evidencia o entendimento que elas têm sobre as dinâmicas da violência, das dificuldades que as mulheres têm para romper essa situação e da importância do programa de atendimento da casa-abrigo no processo terapêutico de rompimento desse ciclo. Também demonstram conhecer o processo que as mulheres enfrentam, desde a chegada ao abrigo até o momento do desligamento e da importância do programa de atendimento que, além da proteção emergencial, promove alternativas para a relação violenta.

O cotidiano da Casa-abrigo

O cotidiano de uma casa-abrigo é dinâmico e rico em detalhes. A equipe de trabalho convive todo o tempo com as famílias. Eu própria, como membro da equipe, costumo dizer que as famílias abrigadas estão vivendo em um “aquário”, constantemente “observadas” por todos os ângulos, entre si e por todas as trabalhadoras. Existe até um livro de recados, no qual são registradas todas as “ocorrências”.

Neste tipo de situação, as famílias ficam expostas, a equipe de trabalhadoras observa e interpreta para compreender todas as situações que ocorrem no convívio, desde as situações de conflito entre elas e os filhos, desavenças entre si, negligência com os filhos e outras situações.

Essa observação não é neutra, existe uma preocupação da equipe de trabalhadoras em fazer intervenções no sentido de ensinar/construir novas formas de negociação, promovendo a melhora da convivência entre estas famílias. Isto pode ser visto como positivo, mas também como uma confrontação muito negativa, o que, com frequência, resulta em um ambiente de muita tensão e conflito.

Sobre o cotidiano das mulheres em casas-abrigo Ruffa em sua experiência, se refere a essa perspectiva pedagógica de negociação do conflito.

A convivência representa uma intensificação das vivências. Na casa-abrigo, cada momento, cada situação, podem ser utilizados (e de fato o são) para esclarecer, orientar, sugerir, revisar, conter etc... cremos que esta concentração em cada fato da vida cotidiana, esta experiência direta, ao vivo, em permanente confrontação, pode ter por si mesma um forte efeito mobilizador. Mas isto não deve ser interpretado de uma maneira simplista ou mecanicista, como se estivéssemos sugerindo que existe uma relação direta entre horas-abrigo e aceleração do processo de mudança. Somente tentamos fazer empenho nesta condição particular e possível efeito dinamizador da experiência intensa que representa compartilhar a vida diária. Não podemos descartar que para algumas pessoas, a convivência longe de ser positivamente mobilizadora, pode ser asfixiante e portanto prejudicial (RUFFA, 1990, p. 40).

Outro aspecto que tem sido descrito como característico de muitos casos no abrigo é o da reprodução do sintoma da violência sofrida. Isto pode ser interpretado da seguinte maneira: o acúmulo de tensões da violência sofrida por muito tempo ao encontrar um local permissivo e protetor se expressa com uma série de pautas que repetem o esquema de abuso, irritabilidade, intolerância, agressividade com as companheiras, com as trabalhadoras, com seus próprios filhos e com os filhos das outras mulheres. Nesses casos, percebe-se que a conduta geral está carregada de

uma simbologia que reflete uma existência vivida abaixo de ameaças, desvalorização e opressão.

Assim, considerando-se o processo da casa-abrigo um processo terapêutico reconhece-se que

pode acontecer do mesmo modo que aflorem estados de ânimos que estavam negados ou encobertos. Por exemplo, uma mulher que nas primeiras entrevistas mostrava-se decidida e otimista, após alguns dias de permanência na Casa pode cair em profunda depressão. Isto pode ser interpretado pela complexa dinâmica dos mecanismos de defesa frente à violência, é provável que esta mulher não se haja permitido deprimir-se até chegar a um local que lhe oferece suficiente proteção para si mesma e para seus filhos, e que outro fator bastante específico no caso da mulher maltratada é a sua dificuldade para reconhecer que a decisão de abandonar uma relação violenta, apesar de saudável e construtiva, leva a um processo de ambivalência pelas perdas reais ou imaginárias. Não podemos ignorar as poderosas razões emocionais profundas que podem ter mantido uma mulher atada a um vínculo abusivo (RUFFA, 1990, p. 40).

Essas constatações apresentaram um cenário bem diferente do que se imaginava. Ao se idealizar e, falo como partícipe desta proposta, acreditava-se que, ao proporcionar o abrigo para mulheres em situação de risco de vida, estar-se-ia promovendo uma “significativa ajuda” a estas mulheres. Isso se expressa em alguns depoimentos e nas expressões “salvar vidas”, e não se consideravam as implicações que vinham juntas, como: a “salvação”; a própria violência; a paralisia das mulheres; a ambivalência; os sentimentos de perda advindas do rompimento, entre outros. Pensava-se, de forma ingênua até, que o simples afastamento do agressor seria a solução.

Essas atitudes e tomadas de consciência podem ser constatadas tanto nos depoimentos das mulheres que permaneceram abrigadas na casa, quanto na equipe de trabalhadoras que atuava e atua na mesma.

O nosso slogan ‘uma casa onde a violência não bate nem entra’ era a nossa pretensão, depois nós vimos que isso era muito importante

normativamente, normativamente a violência não bate nem entra agora na vida real de convivência do serviço a violência vai estar presente. Como lidar com ela, esse foi o nosso desafio. Agora, normativamente, tem que continuar dizendo que existem lugares, nós vamos lutar para preservar, que a violência não bate nem entra porque nós estamos lá para proteger, nós estamos lá para trabalhar com uma nova visão de como lidar com os conflitos. Se a gente não propuser isto, se a gente não tiver uma proposta para a sociedade, nós não vamos instituir nada diferente, nada novo. Agora, ter uma proposta para a sociedade não quer dizer calar e amordaçar e impedir a expressão do que existe que é real, que são os conflitos dessas pessoas, que são as suas vivências que são a sua forma de lidar com esses conflitos, enfim, que nós não vamos apagar. O que mudou com isso? Mudou o fato que a gente conseguiu encarar essa pessoa real como ela era, democratizou o serviço. Essas pessoas puderam se expressar, porque isso foi possível, porque havia uma metodologia dentro do serviço que era capaz de absorver essas demandas tais como elas vinham. Embora a gente tivesse uma tese, nós tínhamos uma metodologia absolutamente participativa, desde o detalhe do horário de fazer a mamadeira, cardápio, até o tipo de tema que a gente vai tratar no grupo, entre as pessoas. Então eu acho que a combinação dessa metodologia o confronto da tese com a realidade, criou um ambiente produtivo para mudanças posteriores da própria tese. Qual é a evolução que a tese teve? Teve a compreensão da violência como relacional (técnica 1).

A mulher se encontra na casa-abrigo com outras mulheres que viveram situações similares, este intercâmbio tem um efeito fortalecedor e reparador. Nas reflexões sobre as “teses” das trabalhadoras, questiona-se: que vantagem pode obter uma mulher ao ver-se refletida em um espelho que lhe dá uma imagem tanto ou mais desvalida que a sua própria?

Nessa linha de raciocínio, constata-se que as mulheres, numa casa-abrigo, estão vivendo situações muito semelhantes, as necessidades são muito parecidas, as histórias de vida se repetem. Pensa-se, então, que poderiam ser solidárias umas com as outras, poderiam se unir, se ajudar para saírem da situação de violência. Isto é o que a equipe esperava quando iniciou o trabalho da Casa de Apoio Viva Maria. No entanto, a realidade no dia-a-dia mostrou-se conflitante. As próprias moradoras, ao refletirem sobre o cotidiano, dão-se conta das dificuldades provocadas por elas mesmas, reveladas nos depoimentos.

Entre as usuárias, uma quer ser melhor que a outra, uma coloca mais para fora como eu, uma outra segura mais, mas também faz quietinha as coisas. Tinha que ter mais harmonia e mais sinceridade coisa que não tem muito, tu tem que estar sempre cuidando com o que tu vai falar. Tu fala uma coisa, daqui a pouco vai passando de boca em boca e aí já é um tormento, esse é um ponto negativo da casa. Não tem sinceridade entre nós mesmas, tem uma ou duas que tu pode sentar e conversar (ex-moradora 3).

Tinham atritos entre as mulheres, a própria violência, elas achavam que podiam continuar com aquilo ali, mas com o tempo iam vendo que não era assim, começavam a ver de uma forma diferente. As pessoas quando entram elas entram com uma coisa negativa, tu sente aquilo em relação às mulheres que vem da violência e depois com certo tempo elas vão aprendendo a conviver. Quando eu entrei aqui peguei turmas bastante negativas, eram pessoas boas como eu mas que vêm da violência, o que ela quer é gerar violência, elas não tem opção a não ser aquilo ali, de bater, e aqui a gente vai aprendendo aos pouquinhos que não é, que a gente pode mudar e que a vida pode ser diferente, sem ter a violência no meio (ex-moradora 1).

Os conflitos aqui são normais, todo o mundo tem conflito, mas são negativos, porque a gente está aqui para se ajudar e não pra ficar brigando por bobagem, por causa de crianças as crianças brigam e as mães brigam e as crianças ficam de bem e as mães ficam de mal (ex-moradora 6).

Uma das formas de compreender a origem dos conflitos entre as moradoras é a partir da convivência sem privacidade. A Casa de Apoio Viva Maria conta com quatro dormitórios, o que resulta em mais de uma família ocupando o mesmo dormitório, aumentando os motivos para conflito. Soares ([2000?]) recomenda que o espaço físico do abrigo deve ser minimamente acolhedor e que o ideal é cada família dispor de um dormitório independente. Diz, ainda, que todos os esforços devem ser feitos para garantir o máximo de privacidade para cada família, mas reconhece que isso nem sempre é possível, pois pode se tornar economicamente inviável.

Quando o funcionamento da casa iniciou, a equipe realizava um grupo de atendimento semanal, em que se discutiam os assuntos do cotidiano e temas específicos para reflexão. Contudo, devido aos inúmeros conflitos, sentiu-se a

necessidade de desdobrar o tema do grupo, abrindo um outro espaço semanal para discutir especificamente o cotidiano, as tarefas, as rotinas da casa, as normas de funcionamento e principalmente o relacionamento entre as moradoras.

A convivência, não existe uma privacidade, os quartos são coletivos, mulheres com hábitos diferentes, mulheres com bebês, outras que não têm bebês, poder conciliar isso não é uma coisa fácil. Ao mesmo tempo que existem os conflitos e que a gente tem que trabalhar muito em cima disso, também dá para ver o lado bom disso, que a dificuldade dessa pessoa não era só com o companheiro violento era também coisas pessoais dela, de abrir mão de algumas coisas, de se adaptar, de saber que existe uma outra pessoa que também tem uma liberdade e a sua vai até ali. Acho que também o bom disso é as pessoas com dificuldades de cuidado, de higiene também tem que conviver, para a outra pessoa é super difícil conviver com ela, mas ela acaba também sendo um modelo diferente do seu e que ela aprende nessa convivência a ver outras maneiras, outro jeito de fazer as coisas que pode beneficiar muito, principalmente as que tem maior dificuldade com o cuidado com os filhos e com a higiene (técnica 2).

Os conflitos entre elas no dia-a-dia é uma coisa quase natural pela convivência forçada que, essa vivência em comunidade que poucos seres humanos estão preparados, comunidade partilhada, onde tudo é compartilhado. Eu não digo que se perca a individualidade pessoal mas de alguma forma perde a privacidade, a privacidade é bem restrita e isso leva aos conflitos porque elas se expõem de uma forma que nem sempre elas gostariam de se expor (funcionária 6).

Tolerar e compreender o conflito necessita de aprendizado, e a equipe de trabalhadoras da casa-abrigo, nos espaços de reunião, seminários de capacitação e reflexão, tem, continuamente, trazido esse tema para discussão, tentando criar mecanismos para enfrentar a situação.

A gente aprende bastante, a ser controlada, ter mais entendimento, aprende a se colocar no lugar do outro. Tu procura ser mais tolerante, tem mais vontade de ajudar, o que mais eu posso fazer, porque eu acho como é bom tu ver que ao menos tu tentou fazer o melhor para ela e pelo bom andamento da casa (funcionária 4).

Tem que ter muita tolerância, tem que se policiar para não se colocar sobre o que se pensa, o importante é como eu vou agir com ela. Ela não pode pensar que tem algum tipo de discriminação com o problema dela, com a situação dela, tipo ela está aqui porque ninguém te quer em lugar nenhum. Elas chegam aqui porque não tem para onde ir, ninguém quer ficar com elas, nem a família. É um

trabalho muito interessante, muito bom, a gente tem que procurar ler e se informar para facilitar o teu trabalho com elas (funcionária 4).

A nossa expectativa inicial que foi imediatamente frustrada de que as pessoas chegassem ali e seria assim um céu, elas se sentiriam libertas e autorizadas a tomar conta das suas vidas, tudo aquilo que a gente achava que era automático, a gente descobriu que era muito mais contraditório e complexo do que a gente pensava. Havia um clima muito forte de conflito, tanto interno entre as moradoras quanto entre elas como grupo, delas com a instituição, enfim havia uma série de problemas mas acho que a equipe foi tão correta e adequada, avançou tão rápido que eu digo, que, ao contrário de pensar isso como um problema, foi uma coisa que mais me surpreendeu dentro do processo da casa foi a resposta da equipe (técnica 1)

O tema é a violência, porque a gente dizia que a casa era uma panela de pressão e o que é uma panela de pressão que cozinha, cozinha e depois sai um belo feijão, mas esta ali a gente tem medo que vá explodir. Acho que é isso o medo que todos passam, a equipe, as mulheres, as crianças, medo que vá explodir, mas no final das contas dá um belo de um caldo (funcionária 1).

É muito provável que as mulheres e as crianças atendidas na Casa de Apoio Viva Maria tenham internalizado os padrões de conduta vigentes no seu lar, a violência como única forma de comunicação e resolução de seus conflitos, reproduzindo na casa-abrigo as mesmas situações de violência vividas. No entanto, uma das principais intervenções utilizadas, no cotidiano, pela equipe da Casa de Apoio Viva Maria, é na resolução dos conflitos diários, a fim de mostrar alternativas para solucioná-los, sem precisar utilizar a violência, como um exercício de aceitação do outro.

Essas intervenções são realizadas nos atendimentos em grupo, ao abordar uma situação de conflito ocorrida no espaço da casa-abrigo, discutindo-se com as próprias mulheres as alternativas para as negociações. Também nas oficinas são propiciadas vivências de situações conflitivas, através de dramatizações, que proporcionam reflexões sobre as atitudes frente a situações-limite.

As Normas

Todo o espaço de convívio coletivo tem regras de convivência. Numa casa-abrigo não poderia ser diferente. Várias famílias, coletividades dividindo um mesmo espaço, durante um determinado período demandam normatizações que vão desde horários das refeições a atividades terapêuticas.

Em relação às normas e rotinas de uma casa-abrigo, Soares ([2000?]) refere que as mulheres, ao ingressarem, devem se comprometer a seguir as regras estabelecidas pela equipe do abrigo, mediante um Guia Prático, com o qual se concorda. A autora cita diversas normas que, no seu entender, não poderiam ser esquecidas e afirma que o seu descumprimento deveria gerar advertências, podendo, conforme a situação, levar ao desligamento da mulher. As normas citadas pela autora dizem respeito a regras básicas de convivência, manutenção do sigilo, horários de entrada, saída, refeições, atividades individuais e coletivas, tarefas de limpeza e manutenção, responsabilização por mobiliário e objetos de uso coletivo. As normas e rotinas da Casa de Apoio Viva Maria são muito semelhantes e estão afixadas em um mural. As mulheres, ao ingressarem no abrigo, recebem uma cópia das normas para leitura e o profissional que as recebe lhes esclarece as dúvidas. Além disso, ao ingressar no abrigo, assinam um “Termo de Compromisso”, e um de seus itens é sobre o conhecimento e a aceitação das “Normas e Rotinas”.

O espaço normatizado da casa é referido por algumas mulheres como algo que tolhe a liberdade. Essa normatização passa a ser compreendida como forma de facilitar a convivência, ao longo do tempo, considerada necessária para tornar

possível o cotidiano de trabalhadoras, mulheres e crianças. As falas das moradoras resgatam isso.

Bem legal ter as normas, foi legal ter recebido o manual das normas quando cheguei. Para as crianças, principalmente, é bom ter horários. Eu procurei ao sair daqui seguir o mesmo esquema (ex-moradora 6).

Todas as normas da casa facilitam o trabalho, nos ajudam a nos organizar (ex-moradora 7).

Eu acho boa todas as normas, às vezes eu fico meio chateada com alguma coisa, mas fico pensando imagina se não tivesse normas como seria, todas fazendo o que quizessem, a hora que bem entendessem não ia dar certo, eu acho que tem que ter normas, acho que todas estão certas e todas tem seu motivo para existir e tem que cumprir. Imagina se cada uma for comer a hora que quer viraria uma bagunça (ex-moradora 8).

Acho que todas as normas devem ter, senão não dava certo. Uma casa que não tivesse regras, ia virar uma bagunça tem que ter regras para a gente mesmo poder viver tanto nas tarefas como nos horários para a própria organização da casa (ex-moradora 5).

As normas da Casa de Apoio Viva Maria são uma constante preocupação da equipe e, periodicamente, são revisadas através de seminários, dos quais participam todas as trabalhadoras. A preocupação é de manter o espaço normatizado, mas sem exageros que possam prejudicar a permanência das famílias na casa-abrigo, procurando sempre ter flexibilidade. As trabalhadoras refletem sobre esse espaço normatizado e concluem:

A nossa relação com a norma de modo geral é uma outra questão que eu acho que a gente construiu de uma maneira muito diferente porque como toda a instituição ela precisa de cerquinha, tem que ter seus limites que são representados pelas normas. Eu me lembro que a gente sempre tem duas forças assim que vão e vem a medida que as situações vão surgindo, a primeira tendência é criar uma norma, uma situação inadequada a gente vai fazer um limite, mas, ao mesmo tempo, temos uma preocupação de cuidar que essa norma não secasse essa paixão. As normas se não são pensadas, se não são cuidadas elas acabam empobrecendo o trabalho. E isso é outra coisa formidável que conseguimos, é estar sempre atento para não deixar que a norma matasse isso. Agora eu acho que a gente conseguiu um molejo, um jeito tão flexível para a norma que eu não sei dizer uma norma que atrapalhe assim o trabalho. A gente sempre se preocupou muito ao ter que estipular uma norma de aplicar essa

norma com jeito, com cuidado, com colchão embaixo para que a coisa não caísse de supetão (técnica 3).

Eu acho que as normas são boas, não tem como modificar nada, até às vezes a equipe modifica alguma coisa, mas eu acho que as normas são corretas. Todas as normas facilitam o trabalho e tem que ter as normas e as regras também. Tem que ter alguém para fazer aquelas escalas de horários, escalas de trabalho, enfim de tudo, horário da televisão, horário para tudo tem que ter, tem que existir normas e está tudo correto, como eu vejo está tudo muito bom. Norma é uma coisa que vai sempre existir e acho que sempre cada dia pode ser modificado alguma coisa para melhor (funcionária 6).

Eu acho que as normas tem que existir senão o trabalho desandaria. Acho que essas normas tem que ser às vezes flexíveis em termos de horários conforme o caso, não que devam mudar para sempre mas devem ser adaptáveis, dependendo do caso, mas devem existir as normas senão vira bagunça. Todas as normas facilitam o trabalho (funcionária 5).

Talvez a preocupação da equipe de trabalhadoras em manter o espaço normatizado, mas com possibilidade de flexibilização, traz o reflexo de que as normas sejam aceitas pelas moradoras, como o demonstram nas falas.

As atividades cotidianas e suas protagonistas

Desde o momento da formatação do Regimento Interno e das normas e rotinas da casa-abrigo, organizadas pela comissão indicada pelo prefeito, e antes da inauguração da casa, já estava prevista, a participação das mulheres nas atividades diárias.

Segundo Beaudry⁸, *apud* Ruffa (1990, p. 19),

as mulheres que se incorporam a uma casa-abrigo não devem ser clientes, hóspedes ou beneficiárias da mesma, mas suas protagonistas. E isto deve ser entendido em seu pleno sentido com

⁸ BEAUDRY, Micheline. *Battered Women*. Black rose books. Montreal, Canadá, 1985.

as mesmas assumindo suas responsabilidades (Beaudry ⁹, *apud* Ruffa (1990, p. 19).

Na rotina da Casa de Apoio Viva Maria, as mulheres têm a responsabilidade da manutenção do seu dormitório, o cuidado com os seus filhos e a higienização das suas roupas. Dentre as tarefas de cunho coletivo, as moradoras participam, colaborando com as trabalhadoras da cozinha e dos serviços gerais, e também cuidam dos filhos das mulheres que necessitam se ausentar. Semanalmente, acontece um atendimento em grupo (Grupo de Integração), quando são discutidas as divisões dessas tarefas, cuja escala é avaliada e refeita semanalmente, procurando-se, sempre que possível, adequá-la, segundo as preferências e aptidões das moradoras. No documento de justificativa da implantação desse grupo (PORTO ALEGRE, 1995) ficam evidentes as dificuldades de convivência das mulheres expressas pelo boicote às tarefas, pelo descuido com a área física e utensílios da casa, exigindo um esforço das trabalhadoras para integrar as moradoras na participação das atividades coletivas. A esse respeito, dizem trabalhadoras e ex-moradoras:

Aquela rotina do dia-a-dia que sempre se repete, do diz-que-diz, da dificuldade delas em serem solidárias umas com as outras de dividirem as tarefas, de ajudarem umas as outras, isso passa ano e entra ano, mudam as mulheres mas as dificuldades são sempre as mesmas. É o mesmo tipo de clientela, com as mesmas histórias de violência de abuso, de vida, então a gente tem que saber que tudo vai se repetir mesmo e que a gente tem que estar trabalhando os mesmos temas (funcionária 6).

A divisão das tarefas era muito bom, todo mundo tem que ter o que fazer, eu gostava de estar na cozinha (ex-moradora 9).

Tu estás numa casa, tu tem que ter teu limite, tuas atividades, teus horários, tuas obrigações, se na tua casa tu é assim, dentro de outro lugar tu também vai ser (ex-moradora 6).

Eu ajudava nas tarefas, fui me distraíndo, eu gostava de ajudar na cozinha, gostava de levar as crianças na pracinha (ex-moradora 1).

⁹ BEAUDRY, Micheline. *Battered Women*. Black rose books. Montreal, Canadá, 1985.

Soares ([2000?], p. 73), ao analisar a questão do comprometimento com o coletivo e suas implicações salienta que as mulheres abrigadas precisam se comprometer com a manutenção do abrigo e afirma: “as mulheres devem sentir que estão recebendo algo, mas que, ao mesmo tempo, estão ativamente empenhadas na construção de seu processo de libertação, enquanto contribuem efetivamente para o bem-estar coletivo”.

Os grupos e oficinas

Desde o início das atividades da Casa de Apoio Viva Maria houve a preocupação em promover espaços de reflexão. Nos dois primeiros anos, realizava-se um grupo semanal para atendimento às mulheres. Após essa primeira etapa, a equipe de trabalhadoras foi constatando a importância desse tipo de trabalho e a necessidade do desdobramento temático desse espaço e também a criação de um momento específico para oficinas. Hoje, dez anos após, no programa de atendimento realizam-se três grupos semanais, com temas definidos e um espaço específico para o desenvolvimento de oficina.

As razões para a escolha do desenvolvimento de trabalho em grupos são construídas ao longo das reflexões e do fazer cotidiano. Autores, entre os quais Liebmann (2000, p. 23,24), auxiliam a compreender esses processos de trabalho e seus reflexos coletivos e individuais:

Muito do aprendizado social é feito em grupos, pessoas com necessidades semelhantes podem apoiar-se mutuamente e sugerir soluções para problemas comuns, ajudando umas às outras, os integrantes de um grupo podem aprender com o feedback dos outros, os integrantes de um grupo podem experimentar novos papéis, ao verem qual é a reação do outro diante deles (modelagem de papéis) e podem ser apoiados ou reforçados nisso (Liebmann, 2000, p. 23,24).

Soares ([2000?]) reforça a função primeira do abrigo que é a de salvar vidas, acolhendo as mulheres em risco de vida. Mas recomenda que, além da proteção, o abrigo “deve” desenvolver outras atividades: aconselhamento individual e atendimento em grupo, e argumenta que

os grupos de mútua-ajuda, ou de apoio mútuo, podem funcionar como espaços de suporte recíproco, de difusão de informações, ou como um bom lugar para compartilhar problemas e soluções. Eles podem operar também como núcleos de irradiação de força e poder das mulheres que experimentaram a violência (SOARES, [2000?], p. 141).

Esses argumentos também são referidos por Ferreira (1995), que ressalta a importância dos grupos de mútua-ajuda no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica. A autora define grupo de mútua-ajuda como um espaço de trabalho, onde todos os membros têm a possibilidade de aprender uns com os outros, onde se oferece a possibilidade de conhecer, refletir, avaliar alternativas e pensar por si mesmos, um espaço de recuperação e crescimento, que promove a expressão de sentimentos, emoções e afetos decorrentes das experiências vividas

Carlos (1998), ressalta que a dinâmica de grupo requer a presença de um profissional, cujo trabalho será o de auxiliar as pessoas envolvidas na experiência a pensarem sobre o processo que estão vivenciando. “Não é cada um individualmente, mas cada um participando de um mesmo barco que busca estabelecer uma rota” (CARLOS, 1998, p. 204).

Todos esses argumentos são considerados durante a escolha que a equipe de trabalhadoras da Casa de Apoio Viva Maria estabelece ao privilegiar o trabalho em grupos. Contudo, não deixa de destacar a importância dos atendimentos individuais e o vínculo com a técnica responsável por cada mulher e explorando as ricas vivências dos atendimentos de grupo. As técnicas são as duas terapeutas ocupacionais, as duas psicólogas e a assistente social que realizam o atendimento individual e são responsáveis pelo acompanhamento da mulher durante sua permanência na casa-abrigo.

Cita-se que um dos objetivos centrais do programa de atendimento da Casa de Apoio Viva Maria é promover espaços de reflexão e mobilizar, mediante abordagem terapêutica, os recursos pessoais dos indivíduos envolvidos no processo, estimulando a auto-estima e constituindo referências subjetivas próprias e autônomas. Dessa forma, na rotina de trabalho da casa constam, além dos atendimentos individuais com as técnicas, a participação em grupos, que ocorre três vezes por semana. Uma técnica de cada vez é responsável por coordenar os grupos que desenvolvem as seguintes temáticas: grupo de integração, no qual são discutidas as tarefas, rotinas e o cotidiano no abrigo; grupo de mães, no qual são discutidas as dificuldades da interação mãe/filho, e o grupo de reflexão no qual se propicia a expressão dos sentimentos sobre a violência vivida.

Tanto para as trabalhadoras da casa-abrigo, quanto para as moradoras, os atendimentos em grupo têm sido um momento terapêutico único, e as falas evidenciam isso.

Ter os grupos, ter as oficinas, os grupinhos das crianças é fundamental (ex-moradora 7).

O grupo é a minha paixão, acho que é um trabalho de maior impacto pela força que tem, pela idéia de compartilhar as mesmas vivências, histórias muito parecidas se repetindo. Acho que ajuda muito as

mulheres, especialmente a se darem conta que elas não são as únicas que viveram aquilo e isso ajuda a diminuir a culpa porque elas se sentem também culpadas, com vergonha, com medo por chegar num ponto desses, de precisarem de uma ajuda do estado, e não ter conseguido resolver na sua casa esse problema. Isso demonstra um fracasso de tentativas e isso é difícil, elas vem geralmente num momento de crise e a gente procura reforçar esse trabalho pela importância que ele tem de no momento que a pessoa vê que tem outras vivendo a mesma situação elas vão se fortalecendo. Tem violência de vários graus que vem para a casa desde as mais leves, até as de nível mais grave, então elas vão podendo se identificar, aonde eu estou nisso, em que ponto e como é que poderia ficar se eu não tivesse rompido nesse momento com a situação de violência e ter buscado ajuda. Então eu acho que essa idéia de que elas podem ter convivendo com outras pessoas que viveram a mesma situação é uma das coisas mais importantes que a casa oferece. Essa possibilidade de se dar conta melhor, de entender porque está nessa situação, quais são as causas disso não só as causas que fizeram elas entrarem nisso (técnica 2).

Os grupos tem que ter sempre, eu acredito muito no trabalho de grupo, na questão da organização delas na casa, para elas poderem falar sobre isso, muito da violência que elas tem dentro delas é por não falar disso, é importante que elas possam falar, se falar, ouvir, se ouvir, até as mulheres se solidarizarem com essa questão, também poderem discutir seus direitos enquanto cidadãs grupos para discutirem a violência, para discutirem a relação delas com os filhos, a relação delas com o corpo (técnica 4).

Os grupos é uma beleza, quanta coisa eu aprendi nos grupos de segunda-feira. As quartas-feiras então, que a gente bota para fora o que a gente está sentindo no momento e o que aconteceu no passado, como é que a gente está agora no momento e o que aconteceu no passado, o que a gente pretende para o futuro, tanto de bom quanto de ruim, a gente aprende muita coisa. Nas terças-feiras que é sobre as crianças, como é que a gente está, como lidar com as crianças, que eu aprendi também muito, os grupos é uma beleza muito bom (ex-moradora 3).

Os grupos, se tivesse mais seria melhor ainda, porque a pessoa aprende bastante, tanto para as mulheres como para as crianças, quanto mais grupo tem é melhor. O importante do trabalho de grupo é para as mulheres aprenderem a se respeitar (ex-moradora 2).

Os grupos são maravilhosos, todos, até eu acho bastante importante o de quarta-feira, até os de segunda eram bons, para mim foi ótimo o grupo de terça-feira, o grupo de mães, cada um expõe a sua opinião, a técnica dá a opinião dela também. O trabalho em grupo é importante principalmente para ouvir a opinião de todas e pegar um pouquinho da opinião de cada uma, várias cabeças pensam melhor do que uma. Cada uma vai expondo sua opinião (ex-moradora 6).

Além do trabalho em grupo, o programa da casa também conta com as oficinas de terapia ocupacional, e define como oficina “um espaço diferenciado de atendimento, onde prevalece a produção singular de cada sujeito” (PORTO ALEGRE, 1997, f.5).

Nesse sentido, adota a idéia das oficinas como recurso para ensinar e aprender de maneira mútua e participativa, nas quais se estimula a aprendizagem, através de reflexões, testemunhos e condutas de mudança, repensando a trajetória de vida, como um espaço de prática democrática, de comunicação, de criatividade, de educação, reeducação e transformação (FERREIRA, 1998).

As oficinas ocorrem uma vez por semana, com temas variados: oficina de beleza, relacionamento no trabalho, negociações do cotidiano, resgate de sonhos, culinária, artesanato, seleção para emprego, dupla jornada de trabalho, público/privado e outros temas conforme a demanda das moradoras. As oficinas mobilizam as trabalhadoras e as moradoras num convívio saudável e com vivências prazerosas conforme se constata nos depoimentos.

As mulheres chegam aqui com a auto-estima muito baixa, e crescem bastante nas oficinas sentem orgulho de terem capacidade de produzirem alguma coisa, ou aquelas oficinas de maquiagem elas se sentem bonitas isso é bom, eu sempre elogio (funcionária 7).

Nas oficinas a gente pode mostrar a criatividade que a gente pode ter, muitas nem acreditavam em poder fazer mais alguma coisa, pintar uma flor, um enfeite de Natal, muitas não acreditavam que fosse nós que tinha feito. Eu acho que os grupos propiciam momentos só para as mulheres usando a criatividade que muitas deixaram de ter pelo problema da violência, desenham, fazem coisas para a casa que sonham ter de novo. A gente reflete sobre a vida, sobre alguém que a gente vai ter no futuro se vai ser bom para a gente (ex-moradora 2).

As oficinas é bom, ajudam a me lembrar mais de mim como mulher, que a gente acaba se esquecendo que é mulher a me querer bem, a gostar de mim, tem aula, oficina de pintura para a gente se pintar, se arrumar, se gostar, dançar coisa que eu nem me lembrava mais, é muito bom (ex-moradora 5).

Eu era uma pessoa que quando entrei aqui não gostava de me pintar, de passar batom, nessas oficinas eu aprendi que a mulher deve se olhar no espelho tem que se arrumar, colocar uma roupa legal, fora as outras coisas. Enfim, todas as reuniões que a gente tem até a das tarefas a gente aprende, tudo é proveito, até a se administrar dentro da sua casa para mim foi ótimo (ex-moradora 9).

No estudo realizado em 1998, “Mulheres cuidando de mulheres: um estudo sobre moradoras da Casa de Apoio Viva Maria”, foi feito um chamamento às ex-moradoras para participarem de três encontros de avaliação/confraternização que aconteceram na própria casa-abrigo.

Os encontros tinham temas específicos, trabalhados em forma de oficinas, e após a sua realização foram oferecidos chá e lanche para as mulheres, constituindo-se num momento de bate-papo e confraternização. Estes três encontros foram tão produtivos que na avaliação final do estudo ficou como recomendação a importância do retorno sistemático das mulheres que estiveram abrigadas para um reencontro e relatos de experiências (MENEGHEL *et al.*, 2000).

Nesse sentido, desde 1999 instituiu-se, na Casa de Apoio Viva Maria, um encontro mensal, denominado “chá”, que ocorre no segundo sábado de cada mês e para o qual todas as ex-moradoras são convidadas a participar. Num primeiro momento, se desenvolve uma oficina coordenada por uma das técnicas. O objetivo é que as ex-moradoras possam falar sobre como estão e mostrar para as atuais moradoras que é possível sair da casa-abrigo e retomar suas vidas sem violência, além de promover uma integração entre as atuais e as ex-moradoras.

Os chás tornaram-se parte do programa de atendimento da casa, tendo já ocorrido 46 encontros, e pelas falas das ex-moradoras e trabalhadoras são parte importante do mesmo.

Eu procuro vir em todos. Quando eu estava aqui, o primeiro chá foi duas semanas depois que eu tinha chegado, eu ainda não estava bem acostumada e aí a gente vê as pessoas fazendo seus relatos e vai vendo como foi o caso das outras e vendo o caminho. Agora quando eu venho eu faço questão de falar, procuro trazer o que estou sentindo, o que eu passei quando estive aqui, porque assim como eu precisei que elas falassem, me explicassem, para seguir o meu rumo, procuro sempre vir, conversar. Acho muito importante (ex-moradora 6).

Nos chás, quando eu estava aqui, o importante era ver e ouvir as pessoas que voltavam, as ex-moradoras para contar que estão bem, trabalhando, para mim eu não conseguia me ver naquela situação, mas sonhava em estar naquela situação (ex-moradora 7).

O chá é tão bom, a gente se encontra, conversa. Quando eu estava aqui, gostava de ouvir as outras, o que tinham conseguido, a experiência dela. Agora quando eu venho eu gosto de vir e contar como estou, dá mais coragem para as que estão aqui, dá uma força para elas lutarem também (ex-moradora 9).

O chá é uma coisa muito importante, é um exemplo para as que estão aqui. As outras contarem como chegaram e como saíram e como estão vivendo. Elas têm aquelas brincadeiras, aquela aproximação com as daqui que estão no momento e dá força para as que estão na casa. Ainda é uma esperança que elas também vão poder fazer o que as que saíram já estão fazendo e a amizade que elas fazem. O chá é muito importante, mantém sempre aquele movimento, elas estão vendo que a coisa anda mesmo (funcionária 2).

Os chás são maravilhosos para quem está aqui na casa porque elas podem presenciar os depoimentos das que já estiveram aqui e de como elas conseguiram se reerguer, e mostrar como estão na vida atual delas, trabalhando, lutando. Conseguiram o ideal delas e recuperar a auto-estima.(...) É importante elas poderem passar isso para as que estão aqui, que elas também tem condições, que se elas quiserem é possível com a ajuda e o apoio que a casa dá, mostrar que elas conseguiram dar a volta por cima e superar o sofrimento, a violência (funcionária 7).

Os chás tornaram-se importantes no programa de atendimento da casa, como um lugar para compartilhar problemas e soluções, possibilitando às mulheres, atualmente abrigadas, escutarem os relatos de experiência das ex-moradoras, que já passaram pelo abrigo e retomaram suas vidas de maneira diversa. Também tem importância para promover a participação das ex-moradoras, como partícipes ativas

dos esforços para enfrentar a violência, e no processo de reorganização de outras mulheres.

6. 2. 1 As identificações com a equipe

No programa, cada família é atendida integralmente por uma das trabalhadoras da equipe técnica da casa. Elas têm uma técnica de referência para todo o período que permanecerem no abrigo e para o atendimento de todas as questões que envolvem a situação. “Técnica” é a denominação que foi surgindo das próprias mulheres atendidas na casa para denominar a profissional que as acompanham durante a permanência no abrigo.

Nas entrevistas das trabalhadoras aparece a preocupação com o “modelo” que as mesmas são ou representam para as mulheres abrigadas e a importância do vínculo estabelecido entre as mulheres e a “técnica” que as atendem.

No primeiro ano de funcionamento, todas as profissionais da equipe técnica, individualmente, atendiam as famílias. A psicóloga fazia uma entrevista, a assistente social tinha seu momento de atendimento e a advogada também. Após o primeiro ano, essa forma de atendimento foi modificada. Atualmente, cada mulher abrigada tem uma técnica responsável integralmente por todos os aspectos envolvidos no seu atendimento, desde a chegada na casa até o momento do seu desligamento. A própria equipe foi percebendo a fragmentação que o atendimento às mulheres realizado individualmente pelos profissionais, em separado, causava. Isso pode ser observado nos prontuários dos anos de 1992 e muitos de 1993. Ao analisá-los,

observam-se poucos registros sobre a evolução dos casos, ou mostram-se incompletos e sem continuidade. O fato de nenhum dos profissionais ter a titularidade sobre o caso provocava a incompletude dos registros. Essa experiência gerou mudanças, e desde 1993 o programa da Casa de Apoio Viva Maria, é desenvolvido por uma equipe multidisciplinar que atua de forma interdisciplinar.

A partir de então, foram adotadas contribuições de autoras, entre as quais as de Grossi (1996, p. 142), quando afirma que, para um atendimento eficaz às mulheres em situação de violência doméstica, é necessária “a formação de equipes interdisciplinares, tendo em vista que as diferentes perspectivas e enfoques se complementam para atender à pluralidade dos sujeitos”. Para a autora, a “interdisciplinaridade consiste numa relação de reciprocidade, de mutualidade, que pressupõe uma atitude diferente assumida frente ao problema do conhecimento, substituindo a concepção fragmentária pela unitária do ser humano” (GROSSI, 1996 p.142).

A preocupação da equipe com a identificação entre os sujeitos (técnica e abrigadas) e com o vínculo é referida por autores como Ruffa (1990) e também está contemplada nos depoimentos das trabalhadoras.

Ela salienta que

a identificação com as semelhantes se complementa, reforça e em definitivo cresce em legitimidade pela gravitação de outras figuras femininas, as organizadoras e trabalhadoras da Casa. Elas também se configuram em outros significativos que, desde uma postura de horizontalidade e compenetração com o problema, provêm opções plurais acerca dessas maneiras diferentes de ser mulher. Prevalece a experiência compartilhada e a empatia e, neste caso, predomina o processo de identificação com o ideal, processo que pode resultar no desenvolvimento e apropriação de novos desejos, regras e projetos (RUFFA 1990, p. 41).

O vínculo entre a moradora e a técnica que a atende é, portanto, um aspecto a ser considerado no desenvolvimento do trabalho e o reconhecimento do quanto

isso representa no atendimento proposto. Segundo Gayotto e Domingues (1995 p.32), vínculo é “uma estrutura complexa de relações interpessoais que envolve comunicação e aprendizagem”. Sobre esse vínculo, dizem moradoras e trabalhadoras:

A gente foi vendo que a importância estava mais no vínculo que se pudesse vir a estabelecer com essa mulher e que essa mulher pudesse vir a estabelecer com uma pessoa, com uma referência na casa do que propriamente o conjunto de conhecimentos que a gente viesse a colocar ali em prática. Então a gente foi modificando isso e passamos para aquela fase de redistribuir os casos. Cada profissional teria um número x de casos e ficaria totalmente responsável por esses casos, claro que tinha as especificidades à medida que a equipe foi se ampliando (técnica 3).

Elas se sentem mais seguras de cada uma ter a sua técnica e elas dizem a minha técnica, elas falam com orgulho da técnica às vezes elas chegam e não perguntam pelo nome elas perguntam pela minha técnica, elas se sentem proprietárias da técnica e isso dá segurança para elas é como se fosse um ‘porto seguro’. Elas chegam e sabem que aquela pessoa está preocupada com o problema delas e vai procurar resolver e eu acho que se fosse diferente elas iam se sentir inseguras, soltas, agora elas terem uma técnica só para elas dá segurança é como se fosse uma mãe (funcionária 2).

Nas falas das trabalhadoras e das ex-moradoras fica evidenciado que a metodologia de atendimento, em que cada moradora tem a sua técnica responsável durante a permanência na casa-abrigo, efetivou-se e encontra justificativa para permanecer como proposição do programa.

A minha técnica me auxiliou, me tratou, ela é firme, não passa a mão por cima, ela é direta, tá errado, tu errou, pára para pensar, ó tá bom, tá ótimo, meus parabéns, sabe ela te levanta, porque aí tu pára, pensa, depois quando tu vai te deitar é verdade, não vou mais fazer isso, tu vai aprendendo. Cada dia que passa porque é uma semana toda, corrida, duas três vezes por semana que a gente conversa com elas, então a gente vai aprendendo quando a gente entra para dentro da sala para conversar e é muito bom isso. Eu gostei (ex-moradora 3).

É bom ter uma técnica para atender cada mulher, porque aí a técnica aprende a conhecer cada mulher, para a gente é melhor a gente tem mais liberdade, tem que ter alguém que tu possa chegar e conversar, é a tua técnica, tu sente um pouco de proteção chegou ali aquela lá é a minha técnica eu vou conversar com ela, vou

desabafar, vou perguntar como é que está o meu caso, acho ótimo (ex-moradora 1).

Elas andam atrás, depois, né, querendo sempre conversar estar perto das técnicas, quando elas se referem às técnicas elas dizem a 'minha técnica'. Elas têm orgulho, parece que é delas, alguém da família delas. Acho que também pelo carinho, que muitas não têm carinho. Eu achava estranho elas chegavam aqui, não tinham família, eu acho que a equipe atende elas com muito carinho, tanto que elas ficam que é uma coisa boa de se filmar, a chegada das técnicas a maneira que elas recepcionam é incrível (funcionária 2).

Elas querem sempre estar em roda das técnicas, sei lá, acho pela expectativa, pelo carinho que elas têm, elas se apegam a técnica que atende elas, tanto que se uma mulher está lá me ajudando chegou a técnica dela ela larga tudo e vai atrás da técnica. Até coisas que já foi explicado, mas parece que ela sempre quer ouvir mais e mais, elas têm uma paixão assim, acho que é a segurança (funcionária 3).

Também fica evidenciada a importância, dentro do contexto do programa de atendimento da casa, dos atendimentos individuais.

No atendimento individual, a gente procura avaliar, ver tudo o que precisa do caso, todos os direitos que a pessoa tem e que não são assistidos, poder acenar isso também, assim como poder fazer com que cada uma individualmente, consiga entender melhor porque entrou nisso, como é que foi, conhecer a história de vida de cada uma mais detalhadamente é um exercício superimportante para a pessoa se dar conta do que ela está vivendo. No atendimento individual isso dá para aprofundar, no individual a gente vai mais fundo em cada caso (técnica 2).

Em todas as falas das mulheres entrevistadas que estiveram abrigadas na casa apareceu, com destaque, a questão de terem sido bem tratadas, com respeito e de igual para igual, de maneira oposta ao que vivenciam nas famílias ou junto ao companheiro. Esse aspecto representa o investimento e a característica do trabalho da equipe da Casa de Apoio Viva Maria, que se propõe a mostrar não só pelo discurso, mas também na atitude de quem atende, novas formas de relacionamento, de tratamento humanizado, de convivência e de resolução de conflitos. Os depoimentos a seguir transcritos evidenciam o exposto.

Fui bem recebida por todos, com atenção, com respeito, dignidade, tinha escuta, apoio. Todos se empenharam, de maneira acolhedora, de braços abertos, com carinho. Fui bem tratada, de igual para igual, todos se envolvem de forma amigável para tentar resolver teu problema, recebi ajuda de todos, que são disponíveis e bem acessíveis. O atendimento da equipe é ótimo (ex-moradora 10).

Esses sentimentos foram expressos nas falas das ex-moradoras em relação ao que mais chamou a atenção das mesmas durante o período em que estiveram abrigadas.

Nas falas das trabalhadoras também aparece a preocupação de procurar fazer o melhor, dar um bom atendimento, com respeito e de igual para igual:

Na casa a gente tem que procurar fazer bem feito, preparar uma boa comida, atender elas o melhor possível mas nunca falar que elas não conhecem isso que qualquer coisa para elas é coisa porque elas não conhecem o que é bom. Eu acho que isso é o único desrespeito e não é só mulheres pobrezinhas, miseravezinhas que vêm para cá, já recebemos mulheres de classe média, essa casa é para todas, então todas têm que ser tratadas com respeito igual (funcionária 2).

Quando as mulheres podem receber esta ajuda no momento de crise sentem que existe a possibilidade de evitar situações mais graves de violência, assim como a crescente deterioração familiar. Nesse sentido, o abrigo é importante para a mulher perceber a real gravidade da situação que está vivendo. Sabe-se que as mulheres, ao não encontrarem respostas adequadas as suas necessidades no momento de crise da violência, tendem a negar ou minimizar a gravidade da situação de violência que vivem. Assim, entrar em uma casa-abrigo permite que a mulher possa sentir medo, reconhecer o perigo a que estava exposta e desejar viver melhor.

A possibilidade de, genuinamente, poder contribuir com a mudança, com a transformação da vida das pessoas, isso é uma coisa incrível. E o interessante é que o trabalho ao mesmo tempo que te consome, que ele se assenta em coisas miudinhas, quando dá certo ele tem um efeito que é uma estrela que ilumina porque é uma coisa incrível tu poder ver uma pessoa tomando outro rumo na vida, ela não está apenas comprando outra camisa, trocando uma panela de pressão, ela está decidindo sobre a vida dela, ele tem um fazer às vezes muito

miúdo, mas tem um impacto na saúde total da pessoa imenso, é fascinante (técnica 3).

Às vezes, a pessoa pensa que é o destino que está levando ela, ou é um azar, uma sina e a gente vai mostrando que não é bem assim. Que a pessoa tem responsabilidade sobre as decisões que ela toma, ela faz escolhas e ela tem que avaliar isso, o que ela está fazendo, o que ela está escolhendo para a vida dela. Podendo sinalizar coisas que estão acontecendo e que elas acabam não se dando conta. É tão corriqueiro até o maltrato, que acabam fazendo isso, banalizando esse tipo de educação da violência e tudo isso a gente vai alertando, vai dando toques, vai fazendo que a própria pessoa perceba que ela está reproduzindo a mesma situação, que ela vivia na infância com seus filhos. A violência é um padrão de funcionamento muito forte, que fica internalizado e que sem se dar conta a pessoa vai repetindo, sem perceber que ela pode parar e fazer diferente. Às vezes nem consegue perceber que pode fazer diferente, aí a gente entra com o trabalho profissional de poder ajudar nisso, que a pessoa perceba melhor e consiga ver outras formas de negociação e de resolver os problemas (técnica 2).

A imersão na casa-abrigo possibilita a reflexão sobre a situação de violência vivida, o relacionamento e a troca com outras mulheres em situações semelhantes e, nesse sentido, as diversas modalidades de atendimento propostas pelo programa promovem uma tomada de consciência e uma avaliação do rumo a ser seguido.

A Viva Maria me mostrou que agora eu posso ir embora e enfrentar o mundo lá fora com mais força, quando eu cheguei aqui eu não tinha força para nada eu era um bicho acuado eu pedia para me levar para qualquer lugar, agora eu sei que tem muita coisa que eu vou ter que passar ainda mas eu sei que eu tenho força graças a Viva Maria, eu não vou mais ter medo dele (ex-moradora 2).

A casa me ajudou a ver a coisa por outros lados. Depois que eu saí da casa não tive nenhum relacionamento, mas se eu tiver um eu não vou mais permitir isso desde o começo se a gente permitir uma vez vai acontecer sempre. A casa foi importante, foi um amadurecimento como pessoa para mim, foram importantes as conversas com a técnica, ver o que acontecia com as outras mulheres a situação de cada uma me fez pensar, conversando também, pensando numa nova vida para mim, um pouco de tudo ajudou (ex-moradora 5).

O programa desenvolvido pela Casa de Apoio Viva Maria, na visão dos atores sociais envolvidos, estimula a valorização do respeito mútuo, propõe novas formas de relacionamento e alternativas para a resolução de conflitos. Tem como objetivo

levar as mulheres a uma visão crítica da sua situação conscientizando-as de suas responsabilidades, além de propor o apoio que a mulher precisa para construir novas opções de vida.

6. 2. 2 A proposta e a transformação: uma nova mulher

Desde o início das atividades, da casa havia a preocupação da equipe com o significado da permanência na casa-abrigo para as famílias. Leva-se em consideração o curto período de tempo, a gravidade e cronificação das situações de violência, além das condições emocionais das mulheres atendidas. Nas entrevistas, ficam evidenciados os sentimentos relacionados à transformação da situação de vida.

Para elas é muito bom, elas entram aqui sem saber fazer nada, não tinham noção de fazer nada. Aqui elas aprendem bastante coisa, aprendem a ter responsabilidade com os filhos, aprendem a ter responsabilidade de horários, das tarefas. Se elas aproveitarem bem o que aprendem aqui elas tem um bom meio para reiniciar suas vidas (funcionária 5).

É evidente o sentimento de antes, insegurança, pouca confiança em si, a baixa auto-estima, a falta de vontade e o que “aprenderam” durante a permanência na casa-abrigo.

Aprendi a sorrir, a viver, a ser gente a ver a vida de outra forma, que a vida não era só como a que eu vivia com o meu marido e que a vida tinha muita coisa boa, que eu podia sorrir, podia usar as roupas que eu queria, que eu podia ser gente. Foi a coisa mais importante que aconteceu comigo. Aprendi a ser gente. Hoje eu sou a mulher que sou graças ao Viva Maria. Se eu não tivesse vindo para cá, provavelmente eu não seria a mulher que eu sou hoje. Hoje tudo o que eu quero eu luto e busco, aprendi aqui dentro, lutar pelo que eu queria, nunca fiquei acomodada e quem me ensinou foi a minha

técnica. Agradeço muito a ela. Tive muito carinho também de todas aqui, pois quando vim para cá entrei em depressão, foi muito importante para mim (ex-moradora 4).

Aqui é um lugar que eu nunca mais vou esquecer, para mim foi um trampolim, eu dei um salto na minha vida, tamanha a importância que teve na minha vida, me reformular, me entender, me aceitar, entender meus filhos. Porque eu não compreendia nada, do jeito que eu cheguei, do jeito que eu saí e de como estou agora. Quando eu saí ainda estava com medo, aqui eu estava protegida, eu só tenho a agradecer. Quem dera que todas as mulheres que passassem por aqui tirassem proveito para melhorar a si própria, serviu muito para o meu crescimento pessoal (ex-moradora 7).

A casa, para mim foi um momento difícil e um momento bom. Um momento que eu me alertei mais, eu hoje consigo ser uma pessoa mais livre para fazer as coisas bem independente porque antes eu não tinha independência minha mais. Eu achava que eu tinha perdido essa independência, para mim foi uma experiência maravilhosa que a cada momento, a cada passo que eu vou dar eu penso muito no que eu aprendi aqui. Talvez hoje se eu não tivesse vindo para cá eu teria voltado a conviver com a violência e hoje estou bem mais esperta sei até onde eu posso ir e sei o meu limite. Então estou bem mais atenta, eu agradeço muito porque se não fosse a casa eu não sei o que seria de mim. Para muitas pessoas eu digo que eu estive em um lugar que me ajudou muito, eu sei que eu saí daqui de dentro tirando bastante proveito de cada coisa que eu aprendi aqui dentro (ex-moradora 1).

As falas das ex-moradoras se referem ao “aprendizado” durante a permanência na casa-abrigo, desde as coisas bem simples do cotidiano até o seu fortalecimento para enfrentar as dificuldades que surgem.

Aqui na casa aprendi muitas coisas como lidar com minhas filhas, o pessoal ajuda a ter paciência em coisas que eu não tinha quando eu vim para cá eu estava completamente estressada agora já estou melhor, tudo com a ajuda do pessoal da casa. Quando eu estou deprimida sempre tem alguém da equipe para conversar, para me ajudar, seja da enfermagem, os técnicos, até os estagiários, quando eu sair da casa eu vou me lembrar como uma experiência bem legal (ex-moradora 8).

Ajudam a me lembrar mais de mim como mulher que a gente acaba se esquecendo que é mulher a me querer bem, a gostar de mim (ex-moradora 2).

Aprendi a agir, a viver, foi uma escola, o que não tinha coragem de fazer antes aprendi aqui na casa. Hoje eu me sinto outra pessoa, hoje sei agir, foi uma experiência boa, eu saí muito bem daqui, fiz um curso, estou trabalhando, aproveitei bem a ajuda que eu tive aqui (ex-moradora 9).

Acho que é muito importante que vocês vão mostrando não é só chegar aqui que nós temos a porta mágica, vocês vão sair da violência lá do companheiro vão passar por aqui e vão sair lá na rua e tá tudo bem. Vocês procuram mostrar no período que eu passei aqui que tu vai sair, que a violência continua lá fora, só que tu tem que estar preparada para conviver com essa violência e não aceitar mais, tu sai daqui com a cabeça mudada, algumas pessoas conseguem entender bem essa mensagem, outras pessoas acham que a casa tem que dar tudo de mão beijada ninguém está dando nada, está ensinando a maneira da gente reagir com a situação que estava vivendo. Eu da minha parte consegui pegar bem isso daí tanto que eu estou vivendo muito bem até agora não tive problema nenhum (ex-moradora 10).

Para Ruffa (1990, p. 48), ao analisar as relações que se estabelecem entre a casa-abrigo e as moradoras

existe o risco de que a mulher deposite na casa-abrigo ou na equipe fantasias mágicas, aqui me salvarão, aqui tem a solução. É importante estarmos atentas para não reforçar a dependência, esperanças ilusórias, depositar as expectativas fora delas e em consequência não haverá motivação e esforço para a autonomia.

Corroborando com a autora, identifica-se a preocupação das trabalhadoras da casa-abrigo durante o atendimento às mulheres, de desenvolverem abordagens que possam levá-las a uma compreensão e consciência frente a responsabilização por suas escolhas e atos, através de questionamentos sobre a sua participação na tomada de decisões e sobre um novo projeto de vida sem violência, permitindo a conquista da sua autonomia.

Através da entrevista de uma das trabalhadoras da Casa de Apoio Viva Maria, em que se refere ao processo de transformação das mulheres que passam pela casa e cita a música “Uma Nova Mulher” (em epígrafe nesta dissertação), buscou-se, nas entrevistas realizadas com as ex-moradoras, o compartilhamento desse sentimento. Encontrou-se em 11, dos 12 depoimentos de ex-moradoras, descrições que salientam a expressão de “nova mulher”, “mudança” e “transformação”. Estes

depoimentos demonstram que uma das dificuldades que se pensava, inicialmente, do trabalho da casa-abrigo, referente ao período de permanência de noventa dias, como insuficiente para a recuperação ou reformulação do projeto de vida da mulher, não se verifica.

Corroborando com a idéia do significado da permanência em uma casa-abrigo, mesmo que por breve período, uma das trabalhadoras refere-se a esse período de forma complexa e entusiasmada.

Elas saem daqui sabendo os direitos delas, todo o mundo se empenha, elas não tinham nada e ao sair daqui saem com perspectivas boas, sabendo de onde tirar, conseguir um emprego, conseguirem casas, nós temos exemplos disso .Aqui elas deixam as crianças e podem sair bem tranqüilas alimentadas para procurar emprego, procurar casa, aí em seguida elas já são senhoras de si, tem o hino delas Maria, Maria, mas tem uma outra música muito importante Uma Nova Mulher, onde elas estão livres para amar, não só para amar, elas são uma nova mulher, elas estão livres, para uma nova vida, uma nova caminhada. E é o que as daqui conseguem e tem. E que a gente nunca enfraqueça que a gente continue assim para manter o serviço e poder ter orgulho e nunca se envergonhar do trabalho que é um trabalho muito bonito. Elas saem daqui bem, com vaidade, bonitas, corpo bonito e aprendem a ficar exigentes com roupa, as técnicas incentivam elas a se arrumar, se enfeitar, eu vejo nos meus plantões de fim de semana elas se arrumam que quando elas saem ali na rua ninguém diz que foi aquela coitadinha que entrou um dia toda roxa, toda cheia de hematomas e toda machucada e como saem no fim de semana para passear, é lindo, aí a gente percebe que mulher bonita estava escondida por baixo daquela sujeira (funcionária 2).

As ex-moradoras ressaltam os sentimentos de mudança, de transformação, de sentir-se uma nova mulher:

Comecei a mudar como pessoa, hoje me sinto outra, eu era muito bobinha, agora sou mais esperta, sou uma nova mulher, estou ficando mais forte, descobri uma outra vida, sou uma pessoa mais leve, independente. Ter ficado na Casa de Apoio Viva Maria foi um salto na minha vida, um trampolim, um crescimento como pessoa. Aprendi a ser gente, a ver a vida de outra forma, é o renascer, é ter nascido de novo. Significou a melhor coisa, foi a única solução no fim do túnel que eu achei (ex-moradora 7).

As trabalhadoras também salientam como a permanência na casa-abrigo contribui para a mudança, para uma vida melhor para as mulheres.

Quando elas estão para sair sempre estão melhor. Claro que não na perfeição, em vista de como vieram evoluem muito, pelo trabalho desenvolvido pela equipe da casa. Elas tem que ter força para lutar, para sair dessa situação, elas podem melhorar, isso tudo a equipe da casa passa para elas, mesmo que quando elas saem daqui elas caem de novo, pelo menos passaram por aqui, tentaram, e elas viveram aquele momento e sabem que tem condições de sair dali. Elas sempre levam algo de bom daqui. Eu encontro muitas delas na rua e elas sempre falam de como foi bom aqui, deixa marcas nelas (funcionária 3).

O tempo é curto, três meses, para mudar radicalmente, mas é o início de um processo que a gente vê que é importante continuar acompanhando após a saída. Muitos casos que precisam de um atendimento continuado a gente não faz milagre, a gente pensava no começo da casa a casa é mágica, passou pela casa ela automaticamente vai se recuperar e a gente viu que não é bem assim, que depende não só de como é feito o trabalho, como também da capacidade que a pessoa tem de aprender isso (técnica 2).

Essas falas corroboram o que Ruffa destaca sobre o significado da permanência na casa-abrigo, mesmo por um período curto.

Outra contribuição da casa-abrigo é a de possibilitar o rompimento do ciclo de violência. A estada em uma casa-abrigo mesmo que seja breve, dentro de um ideal de convivência não violento é um estimulante para a auto-estima. Outra questão importante é que a decisão de separar-se apesar de não por definitivo tem um efeito de desnaturalização para ambos os cônjuges. A situação foi tornada pública e não voltará a ser a mesma, mesmo que a mulher decida voltar para seu companheiro violento, esta mulher volta com uma nova consciência do problema, ela não é a mesma mulher e não está na mesma situação. Ela saberá aonde ir em uma próxima crise e não está só nem isolada (RUFFA, 1990, p. 46).

Embora a casa-abrigo represente uma solução provisória e tenha a função primeira de salvar a vida das mulheres em situação de violência doméstica, deve estar empenhada em ser o recurso especializado no atendimento às mulheres, com vistas ao rompimento do ciclo da violência em que ela se encontra, entendendo que é um processo complexo, por todas as dificuldades decorrentes do grau de

vulnerabilidade da clientela atendida, e sempre procurando respeitar a vontade, o tempo e o ritmo de cada uma delas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo propô-se a dar visibilidade aos dez anos de existência da Casa de Apoio Viva Maria e às dinâmicas do Programa de Atendimento às mulheres ali abrigadas, através do olhar, das vivências e da memória dos atores sociais que fizeram parte da mesma.

Acredita-se que conhecer esses locais de abrigo, esse aparato de saúde pública e divulgar sua forma de atuação, poderá servir como referência para serviços dessa natureza que estão se constituindo no Brasil.

O caráter crítico/descritivo do estudo aqui pretendido, a dinâmica cotidiana do programa de atendimento às mulheres e crianças em situação de violência, ao desvendar o processo de desvitimização, deseja ser, também, uma contribuição à implementação desse tipo de serviço, além de contribuir para melhor acolher, atender e encaminhar os usuários em situação de violência doméstica que chegam aos serviços de saúde, reforçando o sistema de referência e contra-referência.

A casa oferece moradia protegida e um programa de assistência integral, onde são desenvolvidas ações de saúde, apoio psicológico, social, jurídico, orientação ocupacional e pedagógica, visando proteção à integridade física e psicológica da mulher e seus filhos em situação de violência.

A violência contra a mulher envolve um complexo de atitudes que se desenrolam no tempo e no espaço e que se expressam na dificuldade das mulheres em romper com a situação de violência. As mulheres se vêm aprisionadas,

paralisadas, numa situação da qual só serão capazes de sair se contarem com ajuda especializada. A casa-abrigo propõe-se a ser a ajuda especializada, um recurso para as mulheres em situação de violência doméstica conseguirem romper o ciclo da violência, tendo como paradigma diferenciar-se de todas as abordagens da assistência tradicional.

A Casa de Apoio Viva Maria é um abrigo protegido para mulheres em situação de violência doméstica e sexual, em risco de vida e/ou de novo episódio de agressão grave. Localiza-se em Porto Alegre e pertence ao Programa Municipal de albergues para mulheres vítimas de violência. Foi inaugurada em setembro de 1992, sob a gerência da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, conforme Lei 6919, de 1991, e Decreto 10172, também de 1991. A casa-abrigo é uma unidade especializada da Secretaria Municipal da Saúde pelo entendimento de que a violência contra a mulher é um agravo à saúde e pela importância do atendimento articulado na rede de saúde. Entende-se que a casa-abrigo, um serviço de saúde pública, deva ser a retaguarda do atendimento às mulheres em situação de violência.

O programa da casa é desenvolvido por uma equipe multidisciplinar que atua de forma interdisciplinar. O endereço da Casa é protegido. Para chegar até o abrigo, a mulher deve, primeiro, ser atendida nos serviços de saúde, na Delegacia para a Mulher, nos Conselhos Tutelares, ou em qualquer outro serviço que tenha conhecimento deste tipo de encaminhamento.

Desde sua inauguração, a Casa de Apoio Viva Maria vem atuando ininterruptamente e é o abrigo com maior tempo de atuação no Brasil. Nesses dez anos de atividade, muito se tem refletido sobre a prática de atendimento às mulheres e seus filhos e pouco se tem pesquisado e publicado.

Uma das questões que, desde o início das atividades da Casa de Apoio Viva Maria, tem estimulado a equipe a pensar é sobre o significado da permanência na casa-abrigo para estas mulheres: “o que se faz em três meses?” Até que ponto a intervenção da Casa-abrigo possibilita o rompimento do ciclo da violência e ajuda na constituição de novas condições de vida? Os depoimentos das moradoras mostram que, apesar de toda a complexidade da situação, a permanência na casa-abrigo tem, entre seus significados, o de desencadear a transformação de uma nova mulher.

Existe um amplo consenso em considerar a casa-abrigo um recurso necessário e útil, apesar de transitório. É um serviço que tem que estar preparado para incidir na situação de crise, mas também na proposição de alternativas para que as mulheres possam adquirir auto-estima, alcançar maior autonomia para poderem criar novas opções de vida e sair em melhores condições.

A casa-abrigo não é um albergue nem uma nova moradia, mas um local de passagem, é um serviço especializado, uma parte essencial dos programas de prevenção e assistência às mulheres em situação de violência.

Este estudo constata que, apesar da casa-abrigo ser uma unidade especializada, fazendo parte da rede de saúde de Porto Alegre, ainda não está sendo referenciada pela mesma. A rede de saúde ainda não está capacitada para acolher, orientar e encaminhar as mulheres em situação de violência, ficando esta incumbência para o Conselho Tutelar, com 32,5% dos encaminhamentos, e para a Delegacia para a mulher, com 30,1%, constituindo-se nos maiores encaminhadores para a casa-abrigo, e os serviços de saúde representam apenas 11,3% dos mesmos.

Em relação à caracterização da mulher abrigada na Casa de Apoio Viva Maria no período de setembro de 1992 a dezembro de 2002, constata-se um predomínio da faixa etária de 20 a 39 anos, a média de idade é 29 anos, mulheres na faixa de idade produtiva e reprodutiva. Em relação ao número de filhos, a média é de 2,7 por mulher; a maioria das mulheres abrigadas são solteiras (75,5%), e 18,3% são formalmente casadas. O agressor, em 92,8%, é o companheiro, marido ou ex-companheiro e ex-marido. Quanto ao tempo de permanência na violência, 77,7% delas permaneceram convivendo com o companheiro violento de dois a mais de dez anos, evidenciando a tendência à rotinização da relação de violência, com prováveis reflexos na saúde física e mental dessas mulheres. Quanto ao motivo da procura, 70,9% referem agressão e ou ameaça.

Quanto à escolaridade, 69,1% tem apenas o 1º grau incompleto, 8,6% são analfabetas e apenas 9,7% delas tem o primeiro grau completo, evidenciando a baixa escolaridade, com conseqüências na inserção no mercado de trabalho, pois 50,8% delas trabalha no ramo de higienização e cozinha que sabidamente remunera mal.

Quanto à raça/cor, das mulheres abrigadas no período estudado observa-se o maior número de mulheres brancas, mas, ao se estabelecer relação entre as mulheres abrigadas e a população de Porto Alegre, nessa categoria, observa-se que as mulheres brancas abrigadas correspondem a 0,05% da população estimada de mulheres brancas da cidade de Porto Alegre, enquanto que as mulheres negras correspondem a 0,17% da mesma população. Esse dado indica correlação entre as precárias condições socioeconômicas da população abrigada e os índices relativos à situação de pobreza da população negra em geral.

Os dados apresentados revelam que, majoritariamente, as mulheres atendidas na Casa de Apoio Viva Maria, no período estudado, são as que enfrentam condições de subsistência as mais adversas, portanto, com maiores dificuldades para a superação dessa situação de violência. Apesar disso, constata-se que a média de permanência na casa-abrigo, 62 dias, está adequada ao recomendado pela Lei de Criação da mesma.

Portanto, pode-se afirmar que o programa de atendimento desenvolvido na Casa de Apoio Viva Maria, através de abordagens individuais e em grupos, centrado na promoção da auto-estima e da autonomia, com tratamento respeitoso, com ênfase no vínculo com as profissionais, aproveitando o convívio coletivo como espaço terapêutico, exercitando outras formas de negociação, está adequado ao esperado para esse tipo de serviço.

Ao final, considerando o perfil das mulheres atendidas, justifica-se a importância em sinalizar a necessidade do trabalho articulado da casa-abrigo com outras instituições, com políticas estratégicas integradas, potencializando-se para um efetivo sistema de atendimento às mulheres. As casas-abrigo, isoladamente, não dão conta de todas as necessidades que apresentam as mulheres em situação de violência doméstica e do que precisam para, efetivamente, romper com a situação de violência, como serviços de creches para os filhos, programas de qualificação profissional e geração de renda, melhor acesso a programas de moradia popular e acompanhamento pelos serviços da comunidade de residência. Também, escola, serviços de saúde, centros comunitários e outros representam estruturas fundamentais, pois considera-se que, apesar da passagem pela casa-abrigo ainda assim serão famílias vulneráveis do ponto de vista social.

REFERÊNCIAS

ANGULO-TUESTA, Antônia de Jesus. **Gênero e violência no âmbito doméstico: a perspectiva dos profissionais de saúde**. 1997. 138 f. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. 127 p.

BRASIL, Ministério da Justiça. **Políticas para a mulher: relatório da gestão 1999/2002 do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher**. Brasília (DF): 2002a 104 p., il. color.

_____. Ministério da Justiça. Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres. **Termo de Referência do Programa de Casas-Abrigo**. Brasília (DF): 2002b. Disponível em: <<http://www.mj.gov.Br/sedh/cndm/termo.http>> Acesso em: 05 set. de 2002.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução 196/96 sobre pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da União** 16/10/96:21082-21085.

CARLOS, Sérgio Antonio. O processo grupal. *In*: Strey, Marlene Neves *et al.* **Psicologia social contemporânea**: livro texto. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 199-206.

CASTILLO-RUIZ, Paz *et al.* **Refúgios para mujeres en situación de violencia doméstica**. New York: Banco Interamericano de Desarrollo, 2001 16 p. (Violencia doméstica: intervenciones para su prevención y tratamiento, 5). Distribuição limitada aos participantes da Oficina de 10 a 13 de set. de 2000.

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE. **SUS é legal**. Rio Grande do Sul, legislação federal e estadual. Porto Alegre: Secretaria da Saúde, 2000. 151 p.

D'OLIVEIRA, Ana Flávia L. Gênero, violência e práticas de saúde. *In*: VIOLÊNCIA contra a mulher: um novo olhar. modelos de protocolos e capacitações sobre violência doméstica para os serviços de saúde e Anais do seminário nacional "Saúde, mulher e violência intrafamiliar". Santos: Casa de Cultura da Mulher Negra, 2001. cap. 7, p. 156-159.

FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória: a problemática da pesquisa**. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

FERREIRA, Graciela B. **Hombres violentos, mujeres maltratadas**. aportes a la investigación y tratamiento de un problema social. Buenos Aires: Sudamericana, 1995. 430 p.

_____. **Manual de capacitación y recursos para la prevención de la violencia familiar**. Asociación Argentina de la prevención de la violencia familiar. Buenos Aires, 1998. 192 p.

FONTANA, Mônica; SANTOS, Simone Ferreira dos. Violência contra a Mulher. *In*: REDE NACIONAL FEMINISTA DE SAÚDE E DIREITOS REPRODUTIVOS: **Saúde da mulher e direitos reprodutivos: dossiês**. São Paulo: Rede Saúde, 2001. p. 101-128. Disponível em: <<http://www.redesaude@uol.com.br>> Acesso em: 29 ago.2002.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo, [2002?]. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/nop/nop.htm>>. Acesso em: 28 jun. 2003.

GAYOTTO, Maria Leonor Cunha; DOMINGUES, Ideli. **Liderança: aprenda a mudar em grupo**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 29-49.

GLOSSÁRIO. *In*: NUNES, Maria do Rosário (Org.). **Os direitos humanos das mulheres e das meninas: enfoques feministas**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2002. 111 p. (Caderno de textos), p. 107-108.

GREENHALGH, Laura. A Conspiração Feminista. **Época**, São Paulo, v. 4, n. 198, p. 74-85, 4 mar. 2002.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo, 1993. 218 p.

GROSSI, Patrícia Krieger. Violência contra a mulher: implicações para os profissionais de saúde. *In*: LOPES, Marta Julia Marques; MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina (Org.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1996. 156 p., p. 131-149.

GROSSI, Patrícia Krieger. **Violência contra a mulher na esfera doméstica: rompendo o silêncio**. 300 f. Dissertação – (Mestrado em Metodologia do Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

HEISE, Lori. **Violencia contra la mujer: la carga oculta sobre la salud**. Washington (DC): OPAS, 1994. 103 p.

INSTITUIÇÃO. *In*: FERREIRA Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p.1119.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2000**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> > Acesso em: 5 de maio 2003.

INSTRUMENTOS internacionais de proteção aos direitos humanos. Rio de Janeiro: CEPIA, 2001. 127 p. (Traduzindo a legislação com a perspectiva de gênero, 1).

LEAL, Sandra Maria Cezar. **A violência como objeto da assistência: o “olhar” da enfermagem**. 2003. 162 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992. 553 p.

_____. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 318 p.

LERT, France. L'approche de la vulnérabilité face à la dépendance dans le champs de la santé publique. **Seminaires de recherche du Crips**. Paris: Centre Regional d'Informatiment de Prevention du SIDA, 1996.

LIEBMANN, Marion. **Exercícios de arte para grupos**. São Paulo: Summus, 2000. 285 p.

LOPES, Marta Julia Marques. Divisão do Trabalho e relações sociais de sexo: pensando a realidade das trabalhadoras do cuidado de saúde. *In*:_____; MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina (Org.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. 156 p. p. 55-62.

LOURO, Guacira Lopes. Nas redes do conceito de Gênero. *In*: LOPES, Marta Julia Marques; MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina (Org.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

LOZANO, J.E.A. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. *In*: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. 304 p.

MENEGHEL, Stela Nazareth *et al.* Mulheres cuidando de mulheres: um estudo sobre a Casa de Apoio Viva Maria, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 747-757, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 2.ed. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1993.

NEGRÃO, Télia. **Os nós e as rupturas da rede de apoio às mulheres em situação de violência de gênero**. 105 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Participativa) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

PERES, Lícia. Albergues para mulheres. **Zero Hora**, Porto Alegre, v. 28, n. 9388, p. 4, 17 de maio de 1991.

PIANCATELLI, Carlos Haroldo; FARIA, Horácio Pereira de, SILVEIRA, Marília Rezende da. O trabalho em equipe. *In*: SANTANA, José Paranaguá de. **Organização do cuidado a partir de problemas: uma alternativa metodológica para a atuação da equipe de saúde da família**. Brasília (DF): OPAS, 2000. 80 p. p. 45-50. Disponível em: < <http://www.opas.org.br/rh/publicações/textos/ACF18.pdf> > Acesso em: 22 jul. 2003.

PORTO ALEGRE. Decreto nº 10.172. Regulamenta a Lei 6919 de 22 de outubro de 1991. **Diário Oficial do Estado**, Porto Alegre, p. 24, 30 de dez. 1991a.

_____. Lei nº 6919 de 22 de outubro de 1991. Institui o Programa Municipal de Albergues para Mulheres Vítimas de Violência. **Diário Oficial do Estado**. Porto Alegre, p. 12, 24 de out. 1991b.

_____. **Programa de Albergues para Mulheres Vítimas de Violência**. Porto Alegre, 1991c. 3 f. Documento datilografado de arquivo interno da Casa de Apoio Viva Maria .

_____. **Programa de Albergues para Mulheres Vítimas de Violência:** normas de funcionamento do albergue para mulheres vítimas de violência. Porto Alegre, [1992]. 8 f. Documento datilografado de arquivo interno, assinado por Márcia Camargo.

_____. Secretaria Municipal da Saúde. **Exposição de motivos.** Porto Alegre, [1992?]. 3 f. Documento, parte datilografado e parte manuscrito, de arquivo interno.

_____. Secretaria Municipal da Saúde. Casa de Apoio Viva Maria. **Contextualização do Grupo de Integração.** Material elaborado pela equipe que atua na Casa de Apoio Viva Maria. Porto Alegre, 1995. 8 f. (Não publicado).

_____. Secretaria Municipal da Saúde. Casa de Apoio Viva Maria. **Descrição das dinâmicas do programa de atendimento.** Material de apoio didático utilizado em palestras e capacitações. Elaboradas pela equipe que atua na Casa de Apoio Viva Maria. Porto Alegre, 1998. (Não publicado).

_____. Secretaria Municipal da Saúde. Casa de Apoio Viva Maria. **Programa de atendimento à clientela de crianças e adolescentes da Casa de Apoio Viva Maria.** Material elaborado pela equipe que atua na Casa de Apoio Viva Maria. Porto Alegre, 1997. 7 f. (Não publicado).

PRÁ, Jussara Reis. Políticas públicas de gênero e governabilidade. *In:* BRASIL. Ministério da Justiça. **Políticas para a mulher.** relatório da gestão 1999/2002 do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher. Brasília (DF): 2002 a. 104 p. : il. color. p. 82-83.

RUFFA, Beatriz. **Mujeres maltratadas:** casas-refugio y sus alternativas. Buenos Aires: SENDA, 1990. 126 p.

RUFINO, Alzira. Violência contra a mulher: um novo olhar. *In:* VIOLÊNCIA contra a mulher: um novo olhar. modelos de protocolos e capacitações sobre violência doméstica para os serviços de saúde e Anais do seminário nacional "Saúde, mulher e violência intrafamiliar". Santos: Casa de Cultura da Mulher Negra, 2001. cap. 8, p. 172.

SAFFIOTTI, Heleieth; ALMEIDA, Suely. **Violência de gênero:** poder e impotência. Rio de Janeiro: Revinter, 1995. 218 p.

SANTOS, Jildete dos. Violência doméstica: uma questão de saúde pública. *In:* VIOLÊNCIA contra a mulher: um novo olhar. modelos de protocolos e capacitações

sobre violência doméstica para os serviços de saúde e Anais do seminário nacional “Saúde, mulher e violência intrafamiliar”. Santos: Casa de Cultura da Mulher Negra, 2001. cap. 7, p. 128-130.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez., 1990.

SILVA, K.C. **Pesquisa nacional sobre as condições de funcionamento das delegacias especializadas no atendimento às mulheres**. Brasília (DF): Ministério da Justiça/Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, [2001?]. Resumo executivo. (Não publicado).

SOARES, Bárbara Musumeci. **Guia prático para um programa de segurança para a mulher**. Rio de Janeiro, [2000 ?]. (Não publicado).

_____. **Mulheres invisíveis: violência conjugal e as novas políticas de segurança**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 318 p.

A VIOLÊNCIA contra a mulher é também uma questão de saúde pública. *In*: CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE ON LINE. [Anais...]. Belo Horizonte: DATASUS, 1998. 10 f. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cns/temas/tribuna/violencia_contra_mulher.htm>. Acesso em: 29 jun. 2003.

VIOLENCIA intrafamiliar. *In*: ORGANIZACION PANAMERICANA DE LA SALUD. **Las condiciones de salud en las Americas**. Washington: OPAS/OMS, 1990. v. 1. p. 133-134 (Publicacion científica, n. 524).

**APÊNDICE A – GUIA DE ENTREVISTA REALIZADA COM A EQUIPE DA CASA
DE APOIO VIVA MARIA**

- 1- Tempo de atuação na Casa de Apoio Viva Maria.
- 2- Categoria profissional.
- 3- Descreva o início de sua atuação na Casa de Apoio Viva Maria.
- 4- Descreva as principais características do trabalho desenvolvido na Casa de Apoio Viva Maria.
- 5- Descreva o seu dia típico de trabalho.
- 6- Descreva o relacionamento que ocorre na Casa de Apoio Viva Maria entre equipe de trabalho e usuárias.
- 7- Como avalia o programa de trabalho desenvolvido nesta instituição.
- 8- Quais normas institucionais facilitam o trabalho e quais o dificultam.
- 9- Descreva os aspectos positivos e os negativos do trabalho.
- 10- Como vê o trabalho em rede.

**APÊNDICE B – GUIA DE ENTREVISTA REALIZADA COM AS MULHERES
ABRIGADAS NA CASA DE APOIO VIVA MARIA**

- 1- Ano em que esteve na casa.
- 2- Tempo de permanência na casa.
- 3- Como chegou na Casa, veio encaminhada por quem?
- 4- Dados: idade, escolaridade, tempo de permanência na situação de violência, filhos, tempo de permanência na casa, raça/cor, ocupação.
- 5- Descreva o que significou para você ter ficado abrigada na casa.
- 6- Como avalia as características do trabalho desenvolvido na casa.
- 7- Descreva o que mais chamou sua atenção no período de permanência na casa.
- 8- Descreva o relacionamento que ocorre na casa entre equipe de trabalho e usuárias.
- 9- Descreva os aspectos positivos e os negativos da casa-abrigo.
- 10-Quais normas institucionais facilitam a permanência na casa e quais normas dificultam a permanência na casa.

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMADO

Sou mestranda em enfermagem na UFRGS e estou realizando uma pesquisa sobre os dez anos de funcionamento da Casa de Apoio Viva Maria. A pesquisa tem como orientadora a Prof^a Dr^a Marta Julia Marques Lopes da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – EENF/UFRGS.

O estudo será realizado na Unidade Especializada da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre – Casa de Apoio Viva Maria, com a equipe que atua na mesma e mulheres que estiveram abrigadas. As entrevistas serão gravadas, as fitas serão de uso exclusivo da mestranda e sua orientadora e ficarão guardadas.

Necessito de sua autorização para realizar a referida entrevista. Você poderá desistir a qualquer momento de participar desta pesquisa. Estou a sua disposição para esclarecimentos inclusive durante o tempo em que o estudo estiver sendo realizado.

Sou a pesquisadora e a responsável por este projeto é a orientadora Marta Julia Marques Lopes. Este projeto dará origem a minha dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Enfermagem pela Escola de Enfermagem da UFRGS.

Agradeço antecipadamente,

Ana Lúcia de Leão Dagord

Telefones para contato: 3222.5502 / 99633839 com a pesquisadora e 3331.1031 com a orientadora.

Concordo em participar do estudo acima referido.

Nome : _____

Assinatura : _____

Data : _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
COORDENADORIA GERAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
EQUIPE DE CONTROLE EPIDEMIOLÓGICO

Parecer para a Comissão de Ética e Pesquisa

Trabalho: "Quem ama não mata:" A Casa de Apoio Viva Maria: dez anos de história

Autor: Ana Lúcia de Leão Dağord

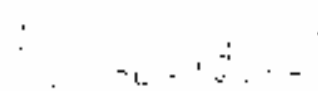
Projeto de Dissertação de Mestrado em Enfermagem, Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Orientação: Professora Dr^a Marta Julia Marques Lopes.

Os aspectos éticos estão adequados, portanto aprovo o projeto para ser desenvolvido em Serviço desta Secretaria. Ao término da pesquisa a enfermeira deverá entregar cópia da dissertação de Mestrado para a Assessoria de Planejamento e Programação desta Secretaria, e a para a Casa Viva Maria.

Observamos que a autorização para a pesquisa ser realizada deverá ser fornecida pela Chefia do Serviço (Casa Viva Maria) ou pelo Gabinete do Secretário da SMS/POA. A Comissão de Ética avalia somente os aspectos éticos e científicos dos projetos.

Porto Alegre, 11 de novembro de 2002


Maria Regina Varnien Brito
Chefe da Equipe de Controle Epidemiológico
Mestre em Saúde Pública ENSP/FIOCRUZ
Doutorando em Saúde Pública, ENSP/FIOCRUZ

